

**SOB A LUZ DO VELHO FAROL**  
Construindo novas narrativas  
para as ruínas da casa do faroleiro

Orientador | Tomás de Albuquerque Lapa  
Autor | Oséias Liverson Ferreira Dos Santos





# **Universidade Federal De Pernambuco**

Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Oséias Liverson Ferreira Dos Santos

## **SOB A LUZ DO VELHO FAROL**

Construindo novas narrativas para as ruínas da casa do faroleiro

---

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santos, Oséias Liverson Ferreira dos.  
Sob a Luz do Velho Farol: Construindo novas narrativas  
para as ruínas das casa do faroleiro. /  
Oséias Liverson Ferreira dos Santos. - Recife, 2023.  
139 p : il.

Orientador(a): Tomás de Albuquerque Lapa  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universi-  
dade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comuni-  
cação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2023.  
Inclui referências.

1. Ruínas. 2. Restauro. 3. Projeto. 4. Patrimônio cultural. I.  
Lapa, Tomás de Albuquerque. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)”.

**Oséias Liverson Ferreira dos Santos**

## **SOB A LUZ DO VELHO FAROL**

Construindo novas narrativas para as ruínas da casa do faroleiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Prof.Dr. Tomás de Albuquerque Lapa



Dedico este trabalho a todas as pessoas que acreditaram em mim, apoiaram minhas decisões e escolheram permanecer comigo ao longo desta jornada, mesmo quando eu duvidava de mim mesmo.

À minha família, por seu amor incondicional e constante incentivo. À minha mãe e ao meu pai, que conduziram e incentivaram minha educação formal, e pelo seu carinho constante. À minha irmã, por sempre estar ao meu lado me dando apoio e me encorajando.

Aos meus amigos, por permanecerem ao meu lado nos momentos difíceis e compartilharem as alegrias nas horas boas.

Aos meus professores e, em especial, ao meu orientador, por sua orientação valiosa e paciência incansável desde o primeiro momento.

Este trabalho é dedicado a todos vocês, pois cada um desempenhou um papel importante na minha jornada acadêmica e pessoal.

## Agradecimentos

---

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram para o sucesso deste trabalho. Esta jornada acadêmica não teria sido possível sem o apoio e orientação de vocês.

Primeiramente, quero agradecer a Deus, pelo dom da vida e por todas as oportunidades que me deu, por não ter me desamparado em nenhum momento até aqui.

À minha família, em especial aos meus pais Solange e Ozeas, à minha irmã Lívia, e à minha irmã do coração Jéssica, pelo amor incondicional, incentivo constante e sacrifícios que fizeram para me possibilitar conquistar meus sonhos. Agradeço também aos meus tios Sandro e Lucicleide pelo apoio durante esta jornada. Sem a base que vocês estabeleceram, eu não estaria aqui hoje.

Aos meus amigos, Gustavo, Idalice, Rafany, Ana Clara, Naylla, Alyssa e tantos outros que não mencionei, que compartilharam as alegrias e desafios dessa jornada comigo, agradeço por estarem sempre presentes, fornecendo apoio emocional e momentos de descontração que equilibraram os momentos intensos de estudo.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Tomás por topar este desafio desde o primeiro momento, por todos os ensinamentos e parceria. Sua orientação, conhecimento e paciência foram inestimáveis. Suas valiosas contribuições ajudaram a moldar minha visão acadêmica.

Também quero estender minha gratidão a todos aqueles que, direta ou indiretamente participaram do processo de pesquisa para este estudo. Suas contribuições foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Por fim, agradeço a todas as fontes de inspiração e sabedoria que encontrei ao longo deste caminho, Prof. Joelmir, Rafaela, Jonas, Ana Carolina, Lídia. Este trabalho é dedicado a todos vocês, em reconhecimento do papel que cada um desempenhou na minha jornada acadêmica.



## Resumo

---

A perspectiva contemporânea sobre o restauro de remanescentes de edificações degradadas ao longo do tempo busca, a princípio, priorizar o perfeito equilíbrio entre preexistência e intervenção. Desse modo, são consideradas as distintas experimentações, metodologias e práticas que permitem a exploração de uma estratégia de mediação cuja finalidade é valorizar as características documentais, materiais e estéticas, inerentes ao seu estado de “antiguidade”. Tal procedimento se coloca como à continuação do seu esquecimento, ou seja, busca reabilitá-la, sem recorrer necessária ou exclusivamente ao refazimento ou à repriminção. O presente trabalho busca colocar em discussão as estratégias metodológicas e técnicas, concernentes às intervenções contemporâneas no patrimônio edificado em estado de ruína, com vistas a estabelecer alternativas de projeto que consideram as possibilidades de preservação e reuso, seu valor documental e o potencial narrativo, enquanto testemunha da ação do tempo.

**Palavras-Chave:** Ruínas, restauro, projeto, patrimônio cultural.

# 01

## Introdução

|                             |    |
|-----------------------------|----|
| 1.1 Problemática            | 13 |
| 1.2 Justificativa           | 14 |
| 1.3 Objetivos               | 15 |
| 1.3.1 Objetivo geral        | 15 |
| 1.3.2 Objetivos específicos | 15 |
| 1.4 Fundamentação teórica   | 15 |
| 1.5 Processos metodológicos | 16 |

# 02

## Construir no Construído

|   |    |
|---|----|
| 2.1 Teorias contemporâneas do restauro                                | 20 |
| 2.2 Problemática  | 28 |
| 2.2.1 Conceitos e aspectos de definição                               | 30 |
| 2.2.2 A ruína na contemporaneidade                                    | 33 |
| 2.3 O restauro no campo dos bens culturais arquitetônicos brasileiros | 38 |

# 03

## Cabo, um Breve Panorama

|                             |    |
|-----------------------------|----|
| 3.1 Cabo de Santo Agostinho | 46 |
| 3.1.1 Descobrimento         | 49 |
| 3.1.2 Esquecimento          | 52 |
| 3.1.3 Redescoberta          | 55 |
| 3.2 Áreas de interesse      | 60 |
| 3.3 Valoração e atributos   | 70 |
| 3.3.1 Valor arqueológico    | 74 |
| 3.3.2 Valor histórico       | 76 |
| 3.3.3 Valor paisagístico    | 79 |
| 3.3.4 Valor geológico       | 81 |
| 3.3.5 Valor imaterial       | 83 |

# 04

## Sob a Luz do velho Farol

4.1 Intervenções em ruínas e outros projetos em preexistências 86

4.1.1 *Reabilitação de taberna romana no mercado do Fórum de Trajano* 88

4.1.2 *Caminhos para o Forte de Santo Antônio de Noronha* 91

4.1.3 *Percurso para o mirante das antigas minas de gesso de Igualda* 93

4.2 A paisagem como mote de projeto 96

4.2.1 *A intervenção na paisagem natural* 98

4.2.2 *Um percurso para o velho farol* 103

# 05

## Considerações Finais

Considerações finais 128

Referências 131

## Seção

1.1 Problemática

1.2 Justificativa

1.3 Objetivos

- *Objetivo geral*

- *Objetivos específicos*

1.4 Fundamentação teórica

1.5 Processos metodológicos

# INTRODUÇÃO

## 1.1 Problemática

Por definição, ruínas são restos ou partes, mais ou menos informes de um ou mais edifícios, degradados pelo tempo, cujo caráter evoca a perenidade das coisas do homem. Como indica Ustárroz (apud JÚNIOR, 2017, p. 136), ruínas são “piezas conceptuales, técnicas o formales donde la imagen final no es unívoca y tampoco predeterminada”. Fica claro, portanto, que mesmo que não se encontrem mais em seu estado primeiro de glória, as ruínas são

[...] um exemplo da combinação indissolúvel de desejos espaciais e temporais que desencadeiam a nostalgia. No corpo da ruína, o passado está presente nos resíduos, mas ao mesmo tempo não está mais acessível, [...] Essa obsessão contemporânea pelas ruínas esconde a saudade de uma era anterior, que ainda não havia perdido o poder de imaginar outros futuros (HUYSSSEN, 2014, p. 91 apud BAETA e NERY, 2017, p. 218).

Com o crescente apreço pela temática, percebe-se uma linha tênue entre o fascínio e o temor nos tratamentos com a ruína, dando margem ao pensamento de que, por seu estado frágil e aparente inutilidade, este elemento não se encaixa na dinâmica das cidades contemporâneas (BAETA e NERY, 2017). Se, por um lado, não há dúvidas quanto à fácil identificação de uma ruína, por outro lado, percebe-se que os tipos de intervenção colocados em prática nem sempre se alinham à condição tão delicada destes objetos.

Acerca do debate contemporâneo sobre as práticas de intervenção nestes objetos, deve-se levar em consideração as teorias postuladas por Francisco De Gracia (1992), discutidas na obra “Construir en lo construido: la arquitectura como modificación”, bem como as reflexões de Cesare Brandi, Muñoz Viñas e Giovanni Carbonara sobre o patrimônio cultural. Na contemporaneidade, busca-se preservar a preexistência, através de experimentações, metodologias e práticas que permitam a exploração de uma estratégia de mediação entre o novo e o antigo.

Busca-se, acima de tudo, a valorização das características documentais, materiais e estéticas, inerentes à sua “antiguidade”. Tal procedimento se coloca como alternativa ao seu esquecimento, ou seja, busca reabilitá-la, sem recorrer necessária ou exclusivamente ao restauro ou à repriminção (SANTIAGO, 2015).

Diante deste cenário, questiona-se: quais as principais recomendações e critérios para se intervir em ruínas, sem que se comprometa seu equilíbrio, coesão e autenticidade, bem como do sítio onde estão inseridas? Em que medida a pátina do tempo ou as marcas da destruição podem ser incorporadas ao projeto?

O presente trabalho busca fomentar a discussão sobre as estratégias contemporâneas nos tratos para com o patrimônio em estado de ruína, com vistas a estabelecer alternativas de projeto, levando em conta as possibilidades de preservação e reuso, o valor documental, bem como o potencial narrativo enquanto testemunha da ação do tempo.

Neste sentido, busca-se identificar os conceitos inerentes à discussão sobre a ruína, seus significados e demais questões particulares. Consciente da impossibilidade de aplicar uma única teoria ou método a qualquer situação, procura-se, neste trabalho, adotar uma estratégia propositiva, relacionada com

um objeto empírico determinado. Dessa maneira, busca-se ilustrar a complexidade dos problemas e questões afeitas à discussão sobre a ruína, na contemporaneidade, e as medidas interventivas cabíveis

Para esta finalidade, selecionou-se como objeto de estudo as ruínas da Casa do Faroleiro, peça fundamental para a histórica Vila de Nazaré, situada no litoral do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, visto que estas ruínas oferecem uma variedade de situações e problemáticas que ensejam a aplicação das teorias apresentadas.

## 1.2 Justificativa

O conceito de ruína transcende a mera deterioração física de suas estruturas. As ruínas evocam uma conexão intrínseca entre passado e presente, entre o que foi e o que é. Elas representam a interseção do tempo, materializando a passagem das eras e carregando consigo as histórias e memórias das sociedades que as criaram. O interesse contemporâneo pelas ruínas reflete não apenas um fascínio estético, mas também uma busca pelo entendimento das camadas de significado que se acumulam ao longo dos anos.

A escolha da Casa do Faroleiro como objeto de estudo é estratégica. As ruínas dessa casa não são apenas portadoras de vestígios físicos, pois carregam consigo uma narrativa rica que remonta às origens da Vila de Nazaré. Através dessa escolha, é possível investigar de maneira concreta como estratégias contemporâneas de intervenção podem ser aplicadas para preservar a integridade histórica das ruínas, enquanto se promove sua revitalização e funcionalidade dentro do contexto urbano atual.

O presente trabalho visa, portanto, a preencher uma lacuna na compreensão das abordagens contemporâneas para a preservação e intervenção na ruína. Ao aplicar os ensinamentos de Francisco De Gracia, de Brandi, de Muñoz Viñas e

de Carbonara, sobre o patrimônio cultural, ao caso específico das ruínas da Casa do Faroleiro, pretende-se contribuir para a discussão acadêmica sobre o equilíbrio entre a valorização da história e da autenticidade e as necessidades do presente, garantindo que os fragmentos do passado continuem a enriquecer a paisagem urbana contemporânea.

## 1.3 Objetivos

### 1.3.1 Objetivo geral

Elaborar uma intervenção para acesso às ruínas da Casa do Faroleiro, no Cabo de Santo Agostinho, a título de diretrizes gerais para projeto, tomando como ponto de partida e elemento condutor a paisagem, seguindo os princípios contemporâneos do restauro.

### 1.3.2 Objetivos específicos

1. Analisar a problemática da ruína no contexto contemporâneo.
2. Identificar as problemáticas e potencialidades do objeto e seu entorno.
3. Desenvolver proposta de intervenção adequada ao contexto da ruína.

## 1.4 Fundamentação Teórica

No campo do restauro, em determinadas situações, há a possibilidade de introduzir novas entidades na cena histórica consolidada, tomando, como ponto de partida, os vestígios de antigos edifícios ou áreas urbanas remanescentes. Nesta relação, há o “[...] instigante confronto entre as estruturas incompletas e degradadas das ruínas, e o aspecto fechado e arrojado da nova arquitetura” (BAETA e NERY, 2017, p. 232), coexistindo em um processo metodológico que, a princípio, pode gerar um tom contraditório. Tal postura, surge na intenção de agregar valor utilitário às ruínas, uma vez que não se pode mais recuperar sua unidade potencial original; ao passo em que também as preserva enquanto “resíduo de um monumento histórico ou artístico” (BRANDI, 2004, p. 67).

Vale salientar que, nestes casos, a intervenção deixa o campo do restauro de monumentos para lançar-se na composição arquitetônica, criando híbridos que tratam a ruína não mais como um bem a ser meramente conservado, mas sim como peça fundamental constituinte do todo (ANDRADE JÚNIOR, 2008, p.11) Apesar dessa possibilidade, deve-se tomar o cuidado para que não haja interferência na leitura desvelada deste bem em consequência dos novos acréscimos.

Segundo o filósofo alemão Andreas Huyssen (apud ANDRADE JÚNIOR, 2008, p. 3), atualmente a humanidade passa por uma “volta ao passado”, caracterizada pela “emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais”. Huyssen afirma que a partir da década de 1980 o aceleração dos “discursos da memória” transfere o foco, que durante quase todo o século XX esteve nos “futuros presentes”, para os “passados presentes”, em um processo de valorização exacerbada de uma “cultura da memória” (ibid., 10-15). Nesse sentido, o antigo parece ser invariavelmente mais interessante que o novo.

Considerando a cidade contemporânea como uma justaposição impermanente e diversificada de fragmentos, frutos da própria efemeridade humana, as ruínas figuram como o final antecipado deste ciclo de nascimento e decadência. Ao mesmo tempo em que são consequência do abandono e indefinições, uma vez que não possuem mais valor utilitário, estas estruturas passam a ser, ao contrário da arquitetura concluída e consolidada, ilimitadas em possibilidades. Enquanto o circuito da cidade formal se encerra na realidade cotidiana, na sua utilização propriamente dita, as estruturas ociosas se desenvolvem de forma mais profunda, não no espaço físico, mas no imaginário coletivo que prospecta sobre o que poderia ter sido ou o que ainda pode vir a ser.

Na atmosfera de expectativa que envolve os vazios urbanos, a intervenção arquitetônica é, concomitantemente, a concretização de sua integração ao conjunto edificado consolidado da cidade formal e o fim das possibilidades e fantasias que caracterizam a indeterminação desses lugares.

A geração de novos valores, atribuídos a tais remanescentes, sem a ruptura definitiva com o passado, é uma forma de continuidade alternativa, na construção de uma nova identidade sem a tentativa de apagar o momento em que foi ruína. Ao contrário, são tomados como ponto de partida para novas possibilidades, um outro lugar ou melhor, um lugar outro.

## 1.5 Processos metodológicos

A metodologia adotada para a elaboração deste estudo abrange um processo de simulações que se iniciam com a compreensão, de maneira abrangente, acerca dos tratamentos dos bens culturais pelas teorias e práticas do restauro contemporâneo. A análise contempla a exploração detalhada das principais perspectivas e correntes de pensamento que influenciam as práticas do restauro, buscando não apenas identificar abordagens tradicionais, como também as interpretações mais atuais que enriquecem o diálogo sobre a preservação

do patrimônio edificado.

A pesquisa mergulha, pois, na investigação de metodologias empregadas por arquitetos e urbanistas contemporâneos, destacando as nuances que envolvem a busca do equilíbrio entre a autenticidade histórica e a necessidade de adaptação aos novos usos e dinâmicas urbanas.

### 1.5.1 Levantamento bibliográfico e documental

Esta etapa é constituída pelo levantamento do referencial bibliográfico pertinente ao tema, bem como da documentação correspondente ao processo do projeto arquitetônico (legislação, estudos de caso etc.), com vistas ao embasamento das diretrizes projetuais.

### 1.5.2 Reconhecimento do contexto

Esta etapa caracteriza-se pela compreensão dos aspectos inerentes ao objeto de estudo e seu entorno imediato, bem como os fenômenos urbanos incidentes sobre a paisagem local. Para isso, procedeu-se a visitas ao sítio para a aplicação de questionários e entrevistas com os residentes da Vila, bem como o levantamento arquitetônico das ruínas da Casa do Faroleiro e o registro da iconografia.

---

### 1.5.3 Dimensionamento do projeto

Esta etapa consiste na realização do estudo preliminar para a definição das diretrizes de projeto, bem como o dimensionamento dos espaços relativos ao projeto final e a revisão do programa proposto de necessidades.

Ao concluir o presente trabalho, além da capacitação do pesquisador, com vistas ao seu amadurecimento no processo de produção científica, espera-se que o estudo sirva como estímulo à população civil e aos pesquisadores, com vistas à sistematização do conhecimento no domínio ora investigado. Por outro lado, deseja-se que esta pesquisa, ao representar um exercício de projeto arquitetônico, ofereça a possibilidade do resgate daquilo que se entende como *o poder de imaginar outros futuros*.

---

## Seção

2.1 Teorias contemporâneas do restauro

2.2 A problemática da ruína

– *Conceito e aspectos de definição*

– *A ruína na contemporaneidade*

2.3 O restauro no campo dos bens culturais arquitetônicos brasileiros

## CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO

No cenário atual, o debate em torno das teorias contemporâneas do restauro e a forma como as ruínas são tratadas ganham cada vez mais destaque. O processo de restauração de monumentos e sítios históricos envolve não apenas a preservação física, mas também considerações conceituais e filosóficas acerca do patrimônio cultural e sua relação com a sociedade.

Esta seção tem como objetivo explorar as teorias contemporâneas do restauro e os conceitos de patrimônio, bem como examinar como as ruínas são tratadas na contemporaneidade, desde sua origem, na Europa, até o *modus operandi* brasileiro.

# 2.1

## Teorias contemporâneas do restauro

**O DEBATE CONTEMPORÂNEO** sobre a noção de restauro e sua prática resulta em uma grande variedade de abordagens e correntes teóricas. Nota-se a diversidade de conceitos contemporâneos, começando pela exposição das ideias de Cesare Brandi (2013) sobre o restauro crítico. Como complemento, e até mesmo oposição às teorias de Brandi, leva-se em consideração as observações e críticas de Salvador Muñoz Viñas (2005 apud VIEIRA; NASCIMENTO, 2012), assim como as de Giovanni Carbonara (1997 apud KÜHL, 2005). Além disso, surgem ainda as práticas de restauro propostas por Steve Tiesdell, Taner Oc e Tim Heath (1996 apud VIEIRA, 2007), bem como os conceitos de autenticidade e integridade desenvolvidos por Jukka Jokilehto (2006 apud VIEIRA, 2007).

A corrente teórica proposta por Brandi tem como objetivo abranger uma ampla gama de obras de arte, desde a pintura até a arquitetura, buscando estabelecer uma teoria de restauração universal através de “uma série de concessões para abrigar todo o restauro sob um mesmo manto” (CARSALADE, 2014 apud ALMEIDA, QUEIROZ, GOES, 2018, p. 53).

O teórico italiano define sua concepção de restauro com base em dois princípios fundamentais. O primeiro princípio estabelece que “a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici-polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2013, p. 30). O segundo orienta que “a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte<sup>1</sup>, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 2013, p. 33).

---

<sup>1</sup>. Para Brandi, a unidade potencial da obra de arte representa o estado ideal e completo da obra, no qual todas as suas características estéticas e históricas estão plenamente integradas. É a expressão máxima da obra de arte em sua forma original, antes de sofrer danos, desgaste ou perdas ao longo do tempo. A unidade potencial é o objetivo a ser alcançado no processo de restauro, buscando restabelecer a integridade física e conceitual da obra, preservando sua autenticidade e transmitindo sua essência para as gerações futuras.

Por meio desses princípios, Brandi introduz o conceito direcionador de unidade potencial, que representa a finalidade principal a ser alcançada com o restauro crítico, e isso é realizado por meio de intervenções que buscam equilibrar as dimensões histórica e estética da obra de arte.

Como estratégia para alcançar o restabelecimento da unidade potencial, Brandi emprega o conceito de integração, que se baseia na teoria gestáltica da figura e fundo. Essa abordagem permite que a obra restaurada se sobreponha à intervenção nas lacunas, ainda que “qualquer eventual integração, mesmo se mínima, deverá ser identificável de modo fácil” (BRANDI, 2013, p. 126-127).

A integração, portanto, não deve se destacar em relação ao todo, embora seja imediatamente reconhecível. Isso pode ser alcançado por meio do uso de tonalidades e luminosidade distintas, priorizando o contraste entre a intervenção e o próprio bem cultural, em vez de buscar uma harmonização perfeita. Dessa forma, é presumido que a continuidade do bem a ser restaurado se destaque em relação ao conjunto, “de modo que não possam surgir dúvidas sobre a autenticidade de uma parte qualquer da própria obra de arte” (BRANDI, 2013, p. 126).

Brandi aborda também questões relacionadas à problemática da remoção, argumentando que “a remoção [...] na realidade destrói um documento e não documenta a si própria, donde levaria à negação e destruição de uma passagem histórica e à falsificação do dado” e que ela “deve ser feita de modo a deixar traços de si mesma e na própria obra” (BRANDI, 2013, p. 71). Além disso, o autor defende que o próprio processo de restauro deve ser registrado na intervenção como o produto de um contexto histórico específico:

A ação de restauro [...] deverá ser pontuada como evento histórico tal como o é, pelo fato de ser ato humano e de se inserir no processo de transmissão da obra de arte para o futuro. Na atuação prática, essa exigência histórica deverá traduzir-se não apenas na diferença

das zonas integradas, [...], mas também no respeito pela pátina, que pode ser concebida como o próprio sedimentar-se do tempo sobre a obra, e na conservação das amostras do estado precedente à restauração e ainda das partes não coesas, que representam a própria translação da obra no tempo (BRANDI, 2013, p. 61 - 62).

No que diz respeito à marcação do tempo histórico da restauração realizada, o autor propõe que a intervenção seja reversível, permitindo, desse modo, possíveis intervenções futuras de forma mais facilitada (BRANDI, 2013).

A influência das ideias de Brandi pode ser observada na redação de documentos orientadores, relacionados à prática do restauro, como é o caso da Carta de Veneza (1964) e da Carta do Restauro (1972). No que diz respeito à questão do uso, a primeira carta enfatiza que a conservação dos monumentos é benéfica quando eles são destinados a uma função útil à sociedade. Essa destinação é desejável, mas não deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios (IPHAN, 2004). Além disso, destaca-se a importância de adaptações mínimas e conscientes para atender a uma função diferente da original, preservando assim os valores do monumento (LYRA, 2016, p. 25).

Nesse sentido, a Carta do Restauro complementa que as obras de adaptação devem ser limitadas ao mínimo, preservando cuidadosamente as formas externas e evitando alterações significativas nas características tipológicas, na organização estrutural e na sequência dos espaços internos.

Em sua teoria, Brandi demonstra a influência de ideias que predominavam na Europa do início do século XX, aproximando-se das concepções de Camillo Boito em relação ao conceito de autenticidade. Boito definiu a autenticidade como a relação intrínseca existente entre um determinado conjunto e o tipo de intervenção realizada em seu estoque construído (VIEIRA, 2007).

Esse conceito refere-se ao aspecto material antigo do bem cultural, enquanto a integridade está relacionada à sensação de completude do conjunto. Esses conceitos são incorporados à teoria do restauro crítico, ao enfatizar a importância da distinção e da intervenção mínima, pois somente é possível reverter ou realizar novas intervenções se as intervenções anteriores forem perceptíveis e tiverem afetado minimamente o bem (OLIMPIO, 2015, p. 41).

Um exemplo notável é a questão da reconstrução, vista como uma tentativa de retroceder no tempo, representando assim uma falsificação histórica e interferindo no momento inicial da criação (CARSALADE, 2014 apud ALMEIDA, QUEIROZ, GOES, 2018, p.54). Além disso, Brandi incorpora influências do ponto de vista científico do restauro defendido por Boito, o que pode levar a problemas práticos não previstos. Para tentar solucionar essas lacunas, ainda hoje muitos restauradores e analistas das intervenções no patrimônio utilizam a teoria de Brandi, combinando-a com análises históricas e tipológicas, como base para sua prática e argumentação.

Na contemporaneidade, as ideias defendidas por Brandi são consideradas aplicáveis, embora apresentem limitações em relação à sua proposta de universalidade. Essas limitações resultaram em críticas aos seus princípios e levaram a revisões por parte de teóricos, especialmente no campo da arquitetura.

Salvador Muñoz Viñas (2005, apud VIEIRA; NASCIMENTO, 2012), em um contexto em que a noção de patrimônio se expandiu, desenvolveu uma visão antropológica e cultural, que relaciona o patrimônio a uma concepção ampla que engloba as manifestações cotidianas de crenças e valores de um grupo social específico. Esse conceito, denominado “intersubjetividade”, envolve a responsabilidade de todos os envolvidos no processo de atribuição de significado e reconhecimento de um determinado bem nas ações e decisões de conservação (VIEIRA; NASCIMENTO, 2012, p. 17). Isso descentraliza o papel dos especialistas em restauro em relação às ações

de conservação do patrimônio cultural.

Essa abordagem se baseia na crítica de Muñoz Viñas à teoria brandiana do restauro crítico, que tende a priorizar a integridade estética do patrimônio em detrimento de seus aspectos históricos. Segundo a interpretação de Muñoz Viñas acerca da teoria de Brandi, sua aplicação torna-se difícil, pois o respeito à esfera histórica entra em conflito com a tarefa de recuperar a integridade artística de uma obra de arte específica (2005, apud VIEIRA; NASCIMENTO, 2012).

Por outro lado, Giovanni Carbonara (1997, apud KÜHL, 2005), “considera a aplicabilidade da teoria de Brandi, desde que se observe a ampliação do conceito de bem cultural” (OLIMPIO, 2015, p. 44). Partindo desse ponto de vista, o teórico identifica a existência de três abordagens contemporâneas ao restauro, que ele define como “crítico-conservativa e criativa”, “pura conservação” ou “conservação Fintegral” e “manutenção-repristinção” ou “hipermanutenção” (KÜHL, 2005).

A primeira abordagem baseia-se na leitura de Brandi e sua teoria do restauro crítico, propondo uma conservação prudente que se afasta da ideia de congelamento do bem cultural e adota recursos criativos. Essa postura intervencionista considera “a análise da relação dialética entre as instâncias estéticas e históricas de cada obra”, promovendo “a remoção de acréscimos e a reintegração de lacunas” (KÜHL, 2005, p. 26).

Como exemplo desta abordagem, tem-se a intervenção no Mercado de Trajano, em Roma, Itália. A sutileza no gesto com o qual o projeto é concebido demonstra uma postura respeitosa, seguindo os princípios da conservação prudente e criativa, buscando analisar as instâncias estética e histórica da obra.



### Imagem 01

*Fórum de Trajano*, 112 d.C.,  
por Apolodoro Damasco.

Vista externa do conjunto  
do Mercado de Trajano, ao  
fundo, e da intervenção  
contemporânea no Fórum  
de Trajano, à frente.

Fonte: Marco Cappelletti,  
2004.

No caso da passarela, o objetivo foi remover acréscimos não originais e preencher as lacunas de forma respeitosa, levando em consideração tanto a estética original da estrutura quanto seu contexto histórico. Isso significa que, ao realizar um restauro, é importante identificar os potenciais adjacentes à obra, levando em consideração sua integridade estética e histórica, com vistas à perpetuação ao longo das gerações.

Já a abordagem da “pura conservação” ou “conservação integral” prioriza a instância histórica, além de enfatizar a manutenção como etapa essencial, eliminando causas de degradação e removendo patologias e sujeiras. Essa postura rejeita o tratamento de lacunas e a reintegração da imagem, encarando a restauração e a conservação como ações inconciliáveis. “O momento da criação, na conservação integral, comporta-se como uma adição à obra, excluindo, assim como na abordagem crítico-conservativa, qualquer possibilidade de imitação ou mimetismo, proporcionando também um imenso espaço para a liberdade expressiva” (KÜHL, 2005, p. 28).

Nesta categoria são agrupadas as ações de caráter minimalista, onde a intervenção sobre o monumento é quase inexistente. Como exemplo desta abordagem, tem-se o projeto da organização dos restos da Chiesa Madra e Piazza Alicia em Salemi, Itália.

A Chiesa Madra e Piazza Alicia, representam um conjunto arquitetônico significativo, de importância histórica e cultural para a cidade. A Chiesa Madra é uma igreja monumental com elementos artísticos valiosos, enquanto a Piazza Alicia é uma praça adjacente que desempenha um papel importante na vida social e cultural da comunidade local.

Por fim, a abordagem da “manutenção-repristinção” ou “hipermanutenção” propõe o tratamento da obra por meio de manutenções ou integrações, tanto ordinárias quanto extraordinárias, retomando formas e técnicas do passado, sem se preocupar com a marca do tempo (KÜHL, 2005, p. 28).

Steve Tiesdell, Taner Oc e Tim Heath (1996, apud VIEIRA, 2007) propõem três abordagens de intervenção, que se relacionam com os conceitos de autenticidade e integridade trabalhados por Jukka Jokilehto, a saber: “uniformidade contextual”, “justaposição contextual” e “continuidade contextual”.

A postura da uniformidade contextual é entendida pelos autores como a cópia ou imitação dos estilos presentes no entorno, aproximando-se dos princípios defendidos por Viollet-le-Duc em sua teoria da unidade estilística (VIEIRA, 2007). Essa prática intervencionista recebe críticas por enfraquecer a própria qualidade do lugar que se pretende preservar, resultando na diluição entre originais e cópias por meio de reconstituições arquitetônicas. Esse tipo de intervenção prioriza a integridade do local, buscando uma “sensação de completude do conjunto”, mas comprometendo a autenticidade (VIEIRA, 2007, p. 49).

Por outro lado, a postura da justaposição contextual é considerada uma abordagem intervencionista herdeira das ideias do Modernismo, buscando refletir o espírito do nosso tempo e valorizando o aspecto documental em detrimento do valor artístico (VIEIRA, 2007, p. 50). Conceitualmente, essa prática intervencionista está mais próxima dos princípios de Boito, destacando a instância histórica. Nesse caso, enfatiza-se a autenticidade do conjunto por meio da clara marca do tempo, mas a noção de integridade é prejudicada pelas interferências na leitura e na sensação de completude do conjunto (VIEIRA, 2007).

Por fim, a postura intervencionista da continuidade contextual estabelece um meio-termo entre as duas abordagens anteriores, sendo considerada a mais próxima dos preceitos de Brandi, ao abordar a dupla polaridade histórica e estética por meio de intervenções que evitam “falsificações históricas, mas também não comprometem a leitura estética de áreas consideradas patrimoniais” (VIEIRA, 2007, p. 50-51). Nessa categoria de intervenção, os conceitos de integridade e autenticidade são equilibrados (VIEIRA, 2007).

Em outras palavras, nesta abordagem as intervenções baseiam-se na apreensão do repertório linguístico fornecido pelo passado através do reprimado, da recuperação dos princípios compositivos ou do arquétipo linguístico do monumento. Nesses casos, há uma prevalência da manutenção do uso original do edifício, porém o rigor e juízo crítico em relação aos princípios de restauro e às instâncias estética e histórica ficam comprometidos.

Como exemplo desta abordagem, tem-se as intervenções na Igreja Frauenkirche, em Dresden, Alemanha; no Banco da Espanha, em Madri, Espanha; e na Igreja San Michele in Borgo, em Pisa, Itália. Estas se preocupam na manutenção do valor estético original do monumento.

Além das ideias e conceitos apresentados por Brandi e seus precedentes, tem-se mais à frente os autores Steve Tiesdell, Taner Oc e Tim Heath (1996, apud VIEIRA, 2007) que propõem três abordagens de intervenção, que se relacionam com os conceitos de autenticidade e integridade trabalhados por Jukka Jokilehto, a saber: “uniformidade contextual”, “justaposição contextual” e “continuidade contextual”.

Fica claro, portanto, que a discussão contemporânea sobre o restauro se baseia nas experiências práticas da aplicação das diversas vertentes do campo, reexaminando conceitos e avaliando a relevância das teorias. No que diz respeito à discussão levantada por teóricos como Muñoz Viñas e Giovanni Carbonara, sobre a aplicabilidade do restauro crítico de Brandi nas práticas atuais de restauração, as contribuições para o campo conceitual surgem da ênfase em certos aspectos privilegiados por Brandi em detrimento de outros.

Na contemporaneidade, a contextualização das ideias de Brandi, realizada por Carbonara, revela sua aplicabilidade nas práticas de restauração em vigor, mesmo em um cenário de pluralidade de abordagens e posturas de intervenção.

Nas práticas contemporâneas de restauro, reconhece-se que cada bem cultural – desde o edifício isolado até grandes conjuntos urbanos – é único e requer uma análise individual, afastando-se de regras fixas e modelos pré-concebidos. Nesse sentido, os princípios orientadores para a prática do restauro devem se basear na reflexão teórica do debate contemporâneo, adaptando os objetivos da intervenção às necessidades do contexto histórico e social específico. Além disso, é importante considerar a herança das práticas e teorias de restauro dos séculos XIX e XX, incorporando o conhecimento acumulado ao longo desses períodos.



# 2.2

## A problemática da ruína

**ATRAVÉS DOS SÉCULOS**, remanescentes de bens culturais em estado de ruína têm sido objeto de interpretações e abordagens diversas, tornando-se referência em várias áreas de estudo, como artes, filosofia, história e arqueologia. No campo da arquitetura, o estudo das ruínas é uma fonte valiosa de registros, muitas vezes representando as únicas evidências físicas das técnicas construtivas e dos conceitos arquitetônicos utilizados outrora. Ao mesmo tempo, essas estruturas arruinadas são testemunhos históricos dos processos de deterioração dos quais surgiram.

No âmbito da preservação do patrimônio, a valorização das ruínas desempenhou um papel fundamental ao longo do extenso processo de desenvolvimento do conceito de monumento histórico e das formas de preservá-lo que se solidificaram ao longo do século XIX (RODRIGUES, 2017).

No século XX, a experimentação nas ruínas de monumentos antigos foi ampliada, sendo destacado o emblemático colapso do Campanário de San Marco, em Veneza (1902). Além disso, as Guerras Mundiais apresentaram o desafio de lidar com o problema das recentes ruínas de edifícios ou áreas urbanas inteiras que faziam parte do cotidiano das pessoas. Isso trouxe uma atualização significativa ao tema das ruínas, deixando de ser apenas uma referência a civilizações antigas e arquiteturas distantes no tempo, passando a representar também a prova da barbárie humana nos tempos modernos.

### 2.2.1 Conceito e aspectos de definição

A percepção do tempo está profundamente enraizada na arquitetura, tornando-se um testemunho das experiências vividas, da criação de memórias e da nostalgia que se projetam para o futuro. A ruína é uma evidência concreta do tempo e de sua passagem, revelando como a arquitetura foi capaz de assimilar e transmitir memórias e valores.

A ruína pode ser considerada o melhor exemplo da fusão entre tempo, espaço e nostalgia, permanecendo em constante “conflito” entre o passado e o futuro, mostrando algo que já existiu, mas que não pode mais ser alcançado em seu estado primeiro.

A ruína transmite conhecimento, revela continuidade e identifica distância. Transmite conhecimento, uma vez que permite o reconhecimento de um lugar, dos modos de fazer, de um ofício; revela continuidade, na medida em que mostra aos arquitetos o que perdura através dos tempos, quais são os problemas de sempre da arquitetura, quais são as permanências; identifica distância, entre o que se transporta para o presente e o que se omite do passado (ALARCÃO, 2009 apud DEUS, 2019, p. 23).

Conforme Alberto Ustárróz (1998 apud DEUS, 2019), o tempo está intrinsecamente ligado ao conceito de ruína. Ao se deparar com uma ruína, o espectador encontra-se em um momento distinto daquele em que o monumento foi criado. No entanto, a nostalgia e os sentimentos ainda presentes adquirem uma intensidade significativa, pois, inevitavelmente, se relacionam com a existência do espectador, numa sequência de eventos passados, que contribuem para que a ruína desperte a imaginação.

[...] a verdade das ruínas para o arquiteto é tudo o que se torna real, a sua experiência a partir delas: um passado visto como apoio, não como um sistema fechado; um “contínuo” que é selecionado e aguçado com o presente. É por isso que as ruínas, através da sua tripla herança - conceitual, técnica e formal - mostram como se produz a relação do arquiteto com a arquitetura: o que resta, o que muda, o que ele expressa, o que simbo-

liza e o que constrói (USTARRÓZ, 1998, apud DEUS, 2019, p. 23).

Simultaneamente, a ruína carrega uma presença inegável e ancestral, mas já não possui os valores de solidez e utilidade, ou seja, o “firmitas e utilitas” abordados na tríade vitruviana. Ela passa a ser definida principalmente pela sua presença física, por meio de fragmentos e partes que já não existem. É por meio desses elementos que a compreensão de um todo remete a uma interpretação do passado.

Pode-se dizer que, durante o período do Quattrocento, consolidou-se a consciência em relação ao valor do passado. Os artistas começaram a olhar as antiguidades romanas como uma fonte de aprendizado da arte clássica. Um marco importante nessa mudança de perspectiva foi o tratado “De Re Aedificatoria”, de Leon Battista Alberti (2011), que abordou a importância das antigas construções como um recurso fundamental para a formação de novos arquitetos.

[...] é, sem dúvida, vergonhoso não poupar as obras dos antigos, [...]; pelo que, destruir, demolir e arrasar completamente o que quer que seja, em qualquer parte, deve ser uma opção a pôr de lado, sempre. [...] (ALBERTI, 2011 apud DEUS, 2019, p. 25).

A valorização e o estudo aprofundado das ruínas tomaram vulto durante o Renascimento, contribuindo conceitualmente para o olhar estético, presente de forma regular na arte ocidental. Em outras palavras, os escombros de edifícios e esculturas da Antiguidade passaram a desempenhar um papel importante no estudo das artes. O interesse e nostalgia melancólica pelo passado deram ori-

2. A tríade proposta por Vitruvius, composta por firmitas (estabilidade), utilitas (comodidade, utilidade) e venustas (beleza, estética), é fragmentada pela ação corrosiva do tempo nos edifícios, à medida que perdem sua estabilidade e função de uso.

3. O Quattrocento, que correspondeu ao século XV, foi uma das fases do Renascimento em que o Humanismo ganhou destaque, espalhando-se por todos os países da Europa e atingindo o auge na literatura, na arquitetura e nas artes plásticas, na Itália.

gem a uma nova área de estudo, a arqueologia, fazendo com que a ruína se tornasse um instrumento de estudo legível e tangível, capaz de estabelecer uma conexão direta com as evidências materiais de um passado “morto”, mas passível de ser “reavivado”.

## Imagem 02

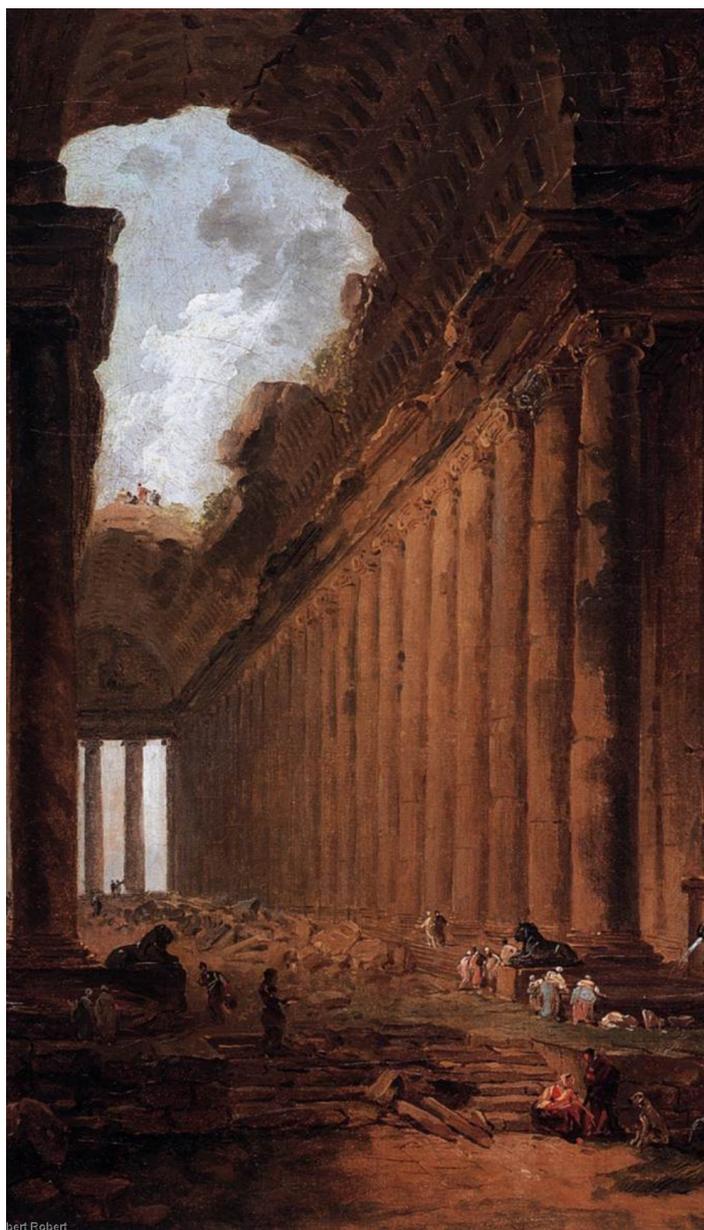
**Ruin Capriccio**, 1786, por Hubert Robert. Óleo sobre tela.

O assunto da galeria abobadada com suas ordens iônicas está relacionado a um dos projetos arquitetônicos de Robert, a remodelação da “Grande Galerie du Louvre”. A partir de 1778, ele fazia parte de um grupo de estudo com a tarefa de redesenhar a Grande Galeria como parte da construção de um grande museu no antigo Palácio Real. (Tradução livre).

Fonte: Adaptado de Web Gallery of Art, 2023.

Juntamente com a preocupação e o estudo das ruínas, no Ocidente, instaurou-se o senso de conservação e apreço pelos monumentos e movimentos arquitetônicos correspondentes, dando origem aos fundamentos conceituais do restauro e da conservação.

Considere-se o significado, ou o potencial significado, da ruína: uma lembrança da realidade universal do colapso e da destruição; um lembrete do passado sobre o destino de uma civilização; um ideal de beleza sedutor, exatamente por causa de suas falhas e imperfeições; o símbolo de um estado melancólico ou contemplativo da mente; uma imagem de equilíbrio entre natureza e cultura; um memorial aos mortos de guerras antigas ou recentes; a própria representação do declínio econômico ou industrial; um parque de diversões abandonado, com seus terrenos rachados e tomados por ervas daninhas, onde se encontram espaço e tempo para imaginar um futuro (DILLON, 2014 apud DEUS, 2019).



Grande parte dos edifícios da Antiguidade foi continuamente utilizado – apesar de seu estado de degradação, total ou parcial – permitindo assim a sua longevidade. O que chega hoje em dia é, em sua maioria, resultado de várias adaptações que garantiram a sobrevivência dessas estruturas. Ao longo da história da arquitetura, percebe-se que a destruição de edifícios considerados “sem função” ou a reutilização de seus materiais de construção era uma prática comum, levando a perdas irreparáveis. Em Roma, por exemplo, era comum retirar materiais nobres de templos e palácios da Antiguidade para serem reutilizados em novas construções (DEUS, 2019, p. 27).

Na obra “Pleasure of Ruins”, Rose Macaulay (1966 apud DEUS, 2019) demonstra que gregos e romanos não tinham grande apreço estético pelas ruínas. Embora ocasionalmente elas aparecessem em murais, como é o caso das cidades de Pompeia e Herculano, foi apenas no Renascimento que a ruína ganhou destaque, tornando-se um conceito estético e uma imagem recorrente

### Imagem 03

*Arches in Ruins*, 1753, por Hubert Robert. Óleo sobre tela.

No interesse de aumentar o efeito de ilusão, o artista posicionou as figuras em colinas gramadas com as ruínas afundadas ao fundo. Ele utiliza a ordem dórica, mais simples e robusta. (Tradução livre).

Fonte: Adaptado de Met Museum, 2011.



O termo “non-finito” surgiu durante o Renascimento para descrever intencionalmente obras que são incompletas e imperfeitas. Esse estado de inacabamento expressa sutileza e funciona como um intermediário entre a ideia concebida pelo artista e a forma criada. Assim, o estado de inacabamento corresponde à ideia da imperfeição humana, à incapacidade de compreender plenamente o mundo que nos cerca, por meio de uma noção fragmentada da realidade na arte ocidental.

O conceito de ruína assume diversas formas, desde as ruínas românticas até representações analíticas, passando pela arqueologia e pelas viagens pitorescas. Esse conceito se desenvolve ao longo do progresso do pensamento sobre as teorias de restauro, conservação e patrimônio discutidas durante o século XIX. Em outros contextos, a atenção se concentra nas próprias ruínas e no impacto que cada uma delas causa individualmente, seja pela sua beleza, estranheza ou pelas suas formas fragmentadas, capazes de abalar a coragem sensível que busca a destruição (MACAULAY, 1966 apud DEUS, 2019, p. 29).

### 2.2.2 A ruína na contemporaneidade

Durante o movimento artístico romântico, a ruína desempenhou um papel fundamental na criação do conceito do “pitoresco”<sup>4</sup>, graças à sua posição na natureza. Posteriormente, tornou-se um tema recorrente abordado pelos artistas, que enxergavam as cidades transformadas em ruínas como um todo. A interpretação da ruína sofreu mudanças significativas, a partir do século XX, especialmente após a Primeira Grande Guerra. A ruína passou a ser vista como um passado que ainda estava muito presente, uma memória viva de guerra e destruição. Durante esse período, passou a ser considerada um objeto decadente e devastador.

De acordo com Georg Simmel (1907 apud DEUS, 2019), a atração pela ruína surgiu como resultado da destruição do equilíbrio entre o espírito e a matéria presentes em uma obra arquitetônica. Em sua obra “Die Ruin”, Simmel explora a perspectiva da ruína como uma fusão entre natureza e cultura.

*Arquitetura é a única arte em que a grande luta entre a vontade do espírito e a necessidade da natureza termina em paz, na qual a alma na sua procura ascendente, e a natureza na sua gravidade são mantidas em equilíbrio (SIMMEL, 1907 apud DEUS, 2019, p. 41).*

Por volta de 1911, Simmel postulou que a atração estética pela ruína resulta do desequilíbrio entre matéria e espírito presente em uma obra arquitetônica. Inicialmente, a arquitetura simboliza uma vitória do espírito sobre a natureza. No entanto, esse equilíbrio é destruído quando o edifício deixa de existir, transformando-se em ruína. O autor expõe a recorrência da estética da ruína nos últimos dois séculos, revelando uma perspectiva em que a ruína serve como ligação entre a natureza e a cultura. Ela representa o objeto arquitetônico que simboliza o artificial, ao mesmo tempo em que se funde com a natureza (SIMMEL, 1907 apud DEUS, 2019). A concepção de um “passado recente” da ruína tornou-se um dos principais temas ex-

plorados por artistas e filósofos da época.

A despeito das restrições que se possa fazer ao nazismo, de acordo com a teoria do valor da ruína, desenvolvida por Albert Speer (1970 apud DEUS, 2019) em sua obra “Inside The Third Reich: Memoirs”, todos os edifícios deveriam ser projetados com o propósito de se transformarem em belas ruínas, seguindo os valores estéticos da Antiguidade grega e romana. Speer, influenciado pela estética romântica, argumentava que “os edifícios modernos estavam mal adaptados para se tornarem essa ponte entre a tradição e as gerações futuras, como solicitado por Hitler [...]. Hitler havia dado ordens para que, no futuro, os edifícios importantes do Reich fossem construídos de acordo com os princípios desta ‘lei das ruínas’” (SPEER, 1970 apud DEUS, 2019, p. 43).

Nessa perspectiva, Speer começou a projetar edifícios considerando desde o início o estado de ruína que eles deveriam assumir no futuro, buscando incorporar em suas obras sistemas estruturais que seriam benéficos para o tipo de deterioração desejado.

*[...] A utilização de materiais próprios e o respeito por certas considerações da estética deveriam propiciar a construção de edifícios que, transformados em ruínas, depois de centenas ou milhares de anos, se parecessem com os seus modelos romanos (SPEER, 1970 apud DEUS, 2019, p. 43).*

Na obra “Passagenwerk”, Walter Benjamin (1982 apud DEUS, 2019) retratou o declínio da época moderna e do otimismo do século XIX, concentrando-se principalmente na cidade de Paris e nas suas arcadas comerciais, construídas em 1850, que ora se encontravam abandonadas. Benjamin levantou a questão

4. Pitoresco é um conceito da Estética que faz referência às impressões subjetivas desencadeadas pela contemplação de uma cena paisagística em relação à pintura. Surgiu como um intermediário entre as ideias do Sublime e do Belo, durante o desenvolvimento do Romantismo (WIKIPÉDIA, 2021).

de se essa obra poderia ser considerada uma ruína, levando em consideração todas as conotações românticas que a palavra evoca.

Com as guerras do século XX e a extensa destruição que causaram, os arquitetos desenvolveram uma relação ambígua com a noção de ruína, em grande parte devido às imagens das ruínas deixadas pela Antiguidade. O tema da “Ruína” passou a fazer parte do presente dos artistas, deixando de ser apenas um vestígio de civilizações desaparecidas. Estes remanescentes passaram a ser produzidos no presente, na era moderna, e transformaram-se em espaços simbólicos que podem ser visitados.

No ensaio “Bunker Archeology”, Paul Virilio (1967 apud DEUS, 2019) apresenta uma série de fotografias que retratam os “monumentos de guerra” e as ruínas deixadas pela destruição resultante dos conflitos. O ensaio destaca as fortificações utilizadas pelo exército alemão durante a Segunda Guerra Mundial, evidenciando como uma construção moderna se transforma em ruína após o término do conflito.



#### Imagem 04

*O projeto das Arcadas*, 1927, Paris, França.

O projeto das Arcadas passou por muitos tipos de existência entre 1927 e 1939. Nunca alcançou uma forma completa. O que permanece são vastas quantidades de notas, imagens, citações e referências.

Fonte: Adaptado de Other Voices, 2023.

A atmosfera de desolação deixada pelas guerras gerou uma crescente preocupação em relação ao Patrimônio Histórico-Cultural, tornando a ruína um objeto mais presente no cotidiano das cidades. Ela deixou de ser apenas uma memória do passado e passou a representar uma preocupação hodierna.

Essa nova forma de ruína despertou sentimentos bastante diferentes daqueles evocados pelas ruínas da Antiguidade clássica. Surgiu, então, a reflexão sobre qual seria a melhor abordagem para a preservação ou reconstrução desses objetos, resultando na opção pela manutenção de alguns fragmentos. Dessa forma, emergiu uma espécie de valorização da ruína por meio da apreciação de seus fragmentos.

No final da década de 1970, Jon Savage (apud DEUS, 2019) compilou um conjunto de fotografias capturadas em Londres, retratando vários locais da cidade que transmitiam a sensação de terem sido recentemente bombardeados. Essa coleção de imagens revelava uma nova forma de “pitoresco”, surgindo em meio a uma época de crise cívica e econômica.

Robert Smithson (1973), um entusiasta das paisagens industriais, concentra seu trabalho na ideia de que a ruína é um objeto dinâmico que está situado entre um passado geológico e um futuro catastrófico. Ele argumenta que isso dá origem às chamadas “paisagens dialéticas”, onde elementos contrastantes se fundem e interagem. Para ele, estes remanescentes consistiam, principalmente, em instalações industriais devastadas, capazes de alcançar a imortalidade, uma vez que carregavam a memória das paisagens industriais perdidas. “A única solução é aceitar a situação entrópica e aprender a reincorporar mais ou menos essas coisas que parecem ser feias” (SMITHSON, 1973, p. 74, grifo nosso).

## Imagem 05

**Londres inabitada**, 1977, Londres, Inglaterra. Por John Savage.

John Savage fotografou as ruas do oeste de Londres, que, assim como grande parte da cidade interior, permaneceu abandonada desde que a área foi bombardeada na Segunda Guerra Mundial.

Fonte: Adaptado de Tate, 2009.



Smithson denomina esse panorama temporal de “Ruins in Reverse”, referindo-se a elas como “fragmentos que não caem em ruína depois de serem construídos, mas que surgem em ruína antes de serem construídos”. Isso sugere a desacreditada ideia de tempo e outras coisas “fora de moda”.

Desde o século XX, o reconhecimento da ruína como um objeto de valor, reconhecido pelo Patrimônio da Humanidade da UNESCO, tem levado a um aumento significativo na sua proteção e restauração. Ruínas em várias regiões e com diferentes períodos históricos têm sido preservadas, abrangendo continentes e intervalos temporais diversos.

Assim, observa-se que as ruínas podem apresentar uma grande complexidade como objeto de estudo. No mesmo grupo, encontram-se diversos exemplos, desde as ruínas da Antiguidade clássica, como o Coliseu de Roma, até exemplos contemporâneos, como a cúpula de Genbaku em Hiroshima.

### Imagem 06

*Cúpula de Genbaku*, 1945, Hiroshima, Japão.

Parte da cidade de Hiroshima após o ataque nuclear ocorrido em 6 de agosto de 1945. O edifício de pé, 160 metros a noroeste do epicentro da explosão, ficou depois conhecido como a “cúpula da bomba atômica”.

Fonte: Adaptado de Peace Memorial Museum, 2016.



A ruína está intimamente ligada a diferentes períodos, originando-se do passado e erguendo-se de forma incompleta no presente, abrindo espaço para a criação de um novo futuro. Ela evoca a memória do que poderia ter sido. Dessa forma, as ruínas contemporâneas trazem à tona a arquitetura modernista interrompida pela guerra, despertando novamente o apreço e admiração dos artistas pela ruína clássica. Portanto, as conexões entre passado, presente e futuro ficam assim estabelecidas.

As discussões em periódicos sobre os limites da intervenção nas ruínas convergiram para uma certa unanimidade. Era importante permitir a conservação do material antigo e consolidar as estruturas existentes com base em fatos seguros, evitando meras hipóteses.

Os resultados destas intervenções foram analisados e debatidos durante a Conferência de Atenas, e foram incluídos no documento final. A Carta de Atenas (1933) aprovou o princípio da reconstrução aplicado por Balanos 4 (colocar nota de rodapé, explicando do que ou de quem se trata), reconhecendo positivamente o uso de técnicas modernas, como o concreto de cimento e os grampos de ferro.

A partir desse documento inaugural, no campo da preservação patrimonial, surgiram regulamentações e cartas patrimoniais. Na Itália, o governo elaborou a Carta do Restauro Italiana em 1931, com a ativa participação de Gustavo Giovannoni, que estabeleceu uma série de 11 princípios reafirmando os conceitos de restauro filológico.

No que diz respeito às ruínas, destacam-se as seguintes diretrizes: manutenção; anastilose e utilização de materiais neutros para a integração das linhas gerais do monumento, garantindo condições de conservação; reconhecimento do caráter documental de todas as fases de um edifício; atenção à ambientação e distinção dos materiais. Nas escavações arqueológicas, os trabalhos de desobstrução deveriam ser seguidos de uma ordenação metódica das ruínas, a fim de proteger aquelas que pudessem ser conservadas *in situ* (GIOVANNONI, 1936 apud RODRIGUES, 2017, p. 25).

A década de 1930 consolidou um processo de debates que vinha se desenvolvendo desde o século XIX. A questão da ruína como uma condição que cria uma nova realidade para o monumento não é vista como um problema em si, mas sim como uma característica predominantemente associada aos conjuntos de monumentos antigos.

Em relação às prescrições de intervenção, os pontos de convergência estão relacionados à ideia de evitar a restauração em favor da conservação e autenticidade dos materiais, reconhecendo o bem como um documento histórico e valorizando todas as suas camadas e estratificações. É ressaltada também a necessidade de distinguir claramente a marca da intervenção contemporânea.



# 2.3

O restauro no campo dos bens culturais arquitetônicos brasileiros

**AO LONGO DO** século XX, a descaracterização irresponsável dos núcleos de antigas cidades brasileiras patrimoniais foi impulsionada por diversos interesses econômicos. A especulação imobiliária motivou a demolição ou descaracterização de edifícios históricos para dar lugar a empreendimentos mais lucrativos. A expansão urbana descontrolada, resultado do crescimento populacional e da falta de planejamento adequado, levou à ocupação desordenada de áreas próximas aos centros históricos.

O ideal de modernidade e progresso também teve um impacto significativo, com a substituição de construções históricas por edifícios de estilo contemporâneo, desconsiderando o valor cultural e histórico dos núcleos urbanos antigos. Além disso, a adaptação comercial dos espaços históricos, muitas vezes voltada para atender às demandas do comércio e do turismo, resultou na descaracterização de fachadas e intervenções inadequadas nos edifícios históricos.

No Brasil, a requalificação da paisagem urbana é um dos desafios mais urgentes no planejamento das cidades. Infelizmente, embora seja extremamente necessário, esse aspecto é amplamente negligenciado em prol dos mesmos interesses econômicos que, ao longo do século XX, contribuíram para a descaracterização irresponsável dos núcleos antigos (WEISSHEIMER, 2015, p. 120). Nesse contexto, a arquitetura desempenha um papel fundamental.

Uma reflexão crítica consistente requer considerar que o patrimônio urbano brasileiro é composto por exemplos diversos e heterogêneos, onde um modelo utilizado no Recife pode não ser adequado para Florianópolis ou Ouro Preto que, por sua vez, possuem dinâmicas urbanas distintas de Tiradentes ou São Francisco do Sul.

Além disso, não faz sentido simplesmente importar modelos sem uma reflexão atualizada e fundamentada nas questões específicas de cada contexto. Essa afirmação é válida tanto para questões relacionadas ao planejamento urbano quanto para aquelas relacionadas à arquitetura, seja em intervenções essencialmente “restaurativas” ou na incorporação de novas estruturas arquitetônicas.

No Brasil, a discrepância entre os dados populacionais e a quantidade de bens protegidos como patrimônio cultural torna-se evidente quando comparada com países europeus. Enquanto a França possui um território muito menor e uma densidade demográfica cinco vezes maior que a brasileira, abrigando mais de 44 mil bens protegidos, o Brasil possui pouco mais de mil bens tombados (IPHAN, 2015 apud WEISSHEIMER, 2015, p. 130). Essa diferença é acentuada quando observamos a relação entre bens protegidos e a distribuição espacial e populacional. Enquanto na França existe um bem tombado a cada 12 km<sup>2</sup> e um bem por 1.485 mil habitantes, no Brasil esses números são de um bem tombado a cada 6.670,25 km<sup>2</sup> e um bem por 157.180 habitantes.

Essa discrepância não se limita apenas à quantidade, mas também reflete diferenças históricas e estruturais entre o patrimônio edificado urbano francês e o brasileiro, assim como entre a Europa e a América Latina. Na Europa, além das questões históricas e do acúmulo de testemunhos materiais, as dinâmicas urbanas nos dois continentes possuem padrões quase incomparáveis. Enquanto a cidade de São Paulo cresceu significativamente entre 1980 e 2010, a capital francesa, Paris, teve um crescimento muito mais modesto no mesmo período

(WEISSHEIMER, 2015, p. 131).

Embora a experiência francesa seja uma referência importante para as práticas patrimoniais, é crucial considerar as diferenças históricas, econômicas, sociais, geográficas e culturais entre os dois países e entre a Europa e a América Latina. Essas diferenças exigem uma revisão e adaptação constantes dos conceitos formulados a partir de uma perspectiva europeia e aplicados internacionalmente.

Enquanto em países europeus também ocorre produção arquitetônica que pode ser considerada de qualidade inferior em relação às cidades históricas, o ritmo de transformação é muito menor do que o observado na maioria das cidades brasileiras, que passaram por mudanças drásticas nas últimas décadas.

Nas cidades europeias, a paisagem urbana é predominantemente caracterizada pela horizontalidade. As edificações possuem uma altura média que raramente ultrapassa seis ou oito pavimentos. Há uma homogeneidade nas cores, materiais e texturas e a linguagem arquitetônica é contínua, com destaque apenas para os grandes monumentos, em meio a uma paisagem urbana formada por edifícios contíguos. O ritmo das aberturas é bem definido, com o térreo geralmente destinado a uso comercial e apresentando pé-direito mais alto em relação aos pavimentos superiores, que abrigam o uso residencial.

O tecido urbano é composto por antigas ruas medievais, algumas das quais foram modificadas no século XIX com a introdução de boulevards e grandes avenidas. Exceto pelas destruições causadas pela Segunda Guerra Mundial, poucas transformações ocorreram nesse cenário urbano. A preservação teve um papel significativo, resultando em poucas novas construções ou intervenções ao longo do século XX que rompem com o gabarito, linguagem ou acabamentos existentes.

As cidades tradicionais brasileiras, com forte herança colonial portuguesa, apresentam características distintas. As edificações tendem a ter proporções modestas, formando um conjunto urbano com testadas estreitas, casas térreas ou de dois andares, paredes caiadas e telhados de duas ou quatro águas, feitos de telhas cerâmicas. A presença de monumentos da arquitetura civil ou religiosa é limitada. No entanto, ao longo do século XX, as cidades brasileiras, particularmente em se tratando das cidades acima referidas, passaram por transformações abruptas.

Com exceção das cidades históricas protegidas pelo Iphan, desde suas primeiras décadas de atuação, ou daquelas que mantiveram suas características antigas, devido ao declínio econômico, as cidades brasileiras são caracterizadas pela heterogeneidade de suas construções. Os últimos vestígios de sua origem urbana sobrevivem em meio a uma massa edificada que se estende indefinidamente pelo território, formando grandes aglomerações urbanas.

Isso implica dizer que os parâmetros ou conceitos, normalmente utilizados na análise de projetos de intervenção, para preservar paisagens urbanas protegidas, como harmonia de volumetrias, cores, alturas e ritmos, precisam ser revisados, reinterpretados e até mesmo reinventados para cada um dos casos que caracterizam os diversos contextos das cidades brasileiras.

A preservação do patrimônio cultural é uma tarefa complexa em qualquer situação, independentemente do país ou continente em questão. Cada local possui suas próprias questões históricas, culturais e políticas, que desempenham um papel fundamental na prática da preservação e devem ser consideradas em todos os momentos, seja ao buscar um título de patrimônio mundial ou ao analisar um projeto arquitetônico.

Tanto a prática da preservação quanto a teoria da restauração, assim como os próprios projetos de arquitetura, são permeados por ambiguidades e contradições. As questões locais, que variam

de acordo com o contexto, exercem uma influência muito maior na proteção e conservação do patrimônio urbano e, conseqüentemente, na arquitetura, do que quaisquer modelos ou padrões predefinidos.

Diante de um mundo globalizado, que passa por mudanças constantes e rápidas, a atuação profissional no campo do patrimônio – tanto do arquiteto criador quanto do gestor público responsável pela política de preservação – tornou-se ainda mais complexa e exigente. É necessária uma atualização contínua, assim como a acumulação de conhecimento e experiência, além de discernimento e bom senso. No entanto, essas habilidades e competências não são adquiridas facilmente, pois, exigem esforço, dedicação e um constante aprimoramento.

Ainda hoje, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan tem direcionado uma quantidade significativa de recursos humanos e financeiros para a elaboração de normas específicas para cada um dos bens e conjuntos históricos protegidos, em nível federal, assim como para suas áreas circunvizinhas. O objetivo é fornecer orientações claras e objetivas, tanto para os cidadãos quanto para os profissionais envolvidos, sobre o que é permitido ou não, em termos de intervenção nos bens de valor patrimonial. Essas normativas têm como propósito garantir uma atuação mais consciente e adequada, no processo de preservação, respeitando a importância histórica e cultural desses bens culturais.

É essencial que o esforço institucional realizado pelos órgãos de preservação leve em consideração a necessidade de estabelecer regras claras que expressem seu posicionamento. No entanto, tais regras nunca devem ignorar as particularidades locais e circunstanciais, as oportunidades e o sentido do que se ajusta e é mais apropriado para cada situação. A criação de normas e regulamentos a serem seguidos por arquitetos projetistas e analistas deve ser precedida pela adoção de conceitos gerais e critérios de análise que vão além da

simples aplicação de taxas de ocupação, afastamentos e gabaritos, abrangendo todo o conjunto de dispositivos que caracterizam os instrumentos de gestão urbana no Brasil.

É importante ressaltar que as soluções para a preservação e recuperação de áreas urbanas de valor patrimonial não devem resultar em um entrave conceitual ou jurídico para as áreas protegidas. A realidade, sempre mais complexa, pode exigir a transcendência das normas estabelecidas. A preservação do patrimônio vai além da aplicação simples de regras urbanísticas casuais e, no campo da arquitetura, a análise crítica deve ser abrangente e profunda, considerando as múltiplas dimensões envolvidas.

Nesse sentido, é fundamental promover uma abordagem flexível e sensível, que permita a adaptação das normas e regulamentos às peculiaridades de cada contexto. A preservação patrimonial requer uma compreensão holística e uma visão ampla, que vá além da mera conformidade com as diretrizes estabelecidas. É um desafio constante conciliar a proteção do patrimônio com as demandas contemporâneas e as transformações urbanas, exigindo uma análise crítica cuidadosa e um diálogo contínuo entre os diversos atores envolvidos.



## Seção

### 3.1 Cabo de Santo Agostinho

- *Descobrimiento*
- *Esquecimento*
- *Redescoberta*

### 3.2 Áreas de interesse

### 3.3 Valoração e atributos

- *Valor arqueológico*
- *Valor histórico*
- *Valor paisagístico*
- *Valor geológico*
- *Valor imaterial*

## CABO, UM BREVE PANORAMA

O Cabo de Santo Agostinho é uma região de relevância histórica e cultural que abriga um patrimônio riquíssimo a ser preservado e valorizado.

A gestão efetiva por parte do poder público, bem como a cooperação entre os setores privados e a consciência popular sobre o valor dos atributos da região são fundamentais para garantir sua perpetuação, respeitando a história e a identidade do lugar.

Esta seção destaca a importância de proteger e promover a região como um bem patrimonial, considerando sua significativa herança arqueológica, histórica, paisagística, geológica e imaterial. Acima de tudo, firmar um compromisso com a memória coletiva, com o legado das gerações passadas e com a construção de um futuro sustentável e enriquecido pela diversidade cultural.

# 3.1

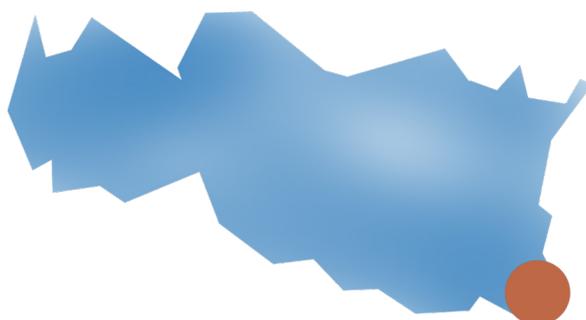
## Cabo de Santo Agostinho

**O MUNICÍPIO DO** Cabo de Santo Agostinho, localizado na porção sul da Região Metropolitana do Recife (RMR), figura como um expoente cultural e econômico no Estado de Pernambuco. Segundo município mais extenso da RMR, o Cabo possui uma área aproximada de 445km<sup>2</sup> de extensão territorial, segundo estudos recentes (IBGE, 2021). De grande importância socioeconômica para o Estado, o Cabo é um dos principais centros da efervescência histórico-cultural pernambucana, abrigando em seu território elementos de destaque na paisagem natural e construída, a exemplo do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - CIP Suape, sua extensa faixa litorânea, com as mais belas praias da região, e parques naturais, como o Parque Metropolitanno Armando de Holanda Cavalcanti - PMAHC.

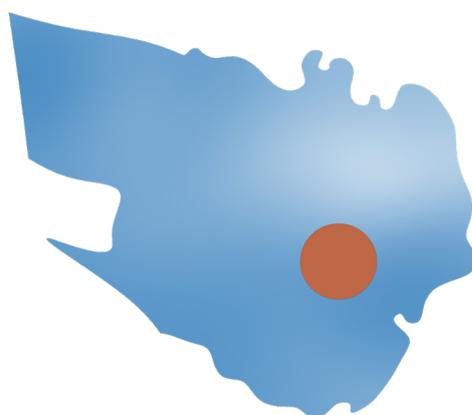
Pernambuco



Cabo



PMAHC\*



### Imagem 7

Localização da área de estudo.

Fonte: Adaptado de Google Maps, 2023.

\*Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti

O Parque, por sua vez, com uma área aproximada de 270 hectares de extensão, está localizado na faixa litorânea do município do Cabo de Santo Agostinho, mais precisamente na Baía de Suape, englobando, em seu território, as povoações de Gaibú, Calhetas, Suape, Paraíso e demais assentamentos, cuja ocupação corresponde a um processo de expansão urbana espontânea e irregular. Esta região reúne em um só local características distintas entre si, com grande significância dos pontos de vista da geologia, história, etnografia, arqueologia e da paisagem. Abriga uma diversidade de construções militares, religiosas e civis que, desde o século XVI, contam a história do Brasil (CUNHA, 2021).

A paisagem do Cabo de Santo Agostinho, discutida neste trabalho, corresponde ao recorte territorial constituído pela formação rochosa da Baía de Suape, bem como os elementos físico-espaciais do entorno imediato, os quais são contextualizados em três momentos:

#### **1 - DESCOBRIMENTO**

Período compreendido entre o início do século XVI até a Insurreição Pernambucana, em meados do século XVII.

#### **2 - ESQUECIMENTO**

Período compreendido entre a metade do século XVII até a década de 1960.

#### **3 - REDESCOBERTA**

Período compreendido a partir da década de 1960, quando a região portuária ganhou importância e visibilidade com o CIP-SUAPE.

A compilação de dados sobre os eventos, que marcaram a área do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, tem por objetivo produzir um arcabouço teórico que abrange desde o descobrimento do Brasil, o que permite compreender a formação da paisagem atual e identificar os atores envolvidos no seu processo constitutivo. (MEDEIROS, 2013).

O produto que se busca se refere a uma proposta de intervenção arquitetônica, compreendendo um conjunto de bens tombados que faz parte do Parque, bem como o tratamento paisagístico do entorno, relacionados ao processo de valorização ocorrido nos últimos anos na região. Desta maneira, busca-se reafirmar, acima de tudo, os valores culturais, paisagísticos e naturais existentes, por meio da sua adequação ao atual contexto turístico-cultural das cidades brasileiras.

#### **3.1.1 Descobrimto**

De acordo com alguns historiadores, o município do Cabo de Santo Agostinho foi o lugar exato onde o espanhol Vicente Yáñez Pinzón realizou a descoberta do território brasileiro, em 26 de janeiro de 1500. Partindo da cidade espanhola de Palos de la Frontera, em 19 de novembro de 1499, depois de enfrentar fortes tempestades, Pinzón avistou o cabo e ancorou seus barcos na baía que hoje corresponde à praia de Suape. Na ocasião, a esquadra deu ao cabo o nome de Cabo de Santa Maria de La Consolación. Apesar disso, sua descoberta não foi reivindicada, devido ao Tratado de Tordesilhas, que vigorava, impossibilitando a navegação espanhola na região (CUNHA, 2021).

No período das navegações a vela, a saliência rochosa do Cabo de Santo Agostinho foi um importante ponto de referência da região para os navegantes, conforme representado no poema de João Cabral de Melo Neto (1975, p. 85):

Quando os alísios empurravam da Europa à África as caravelas não buscavam farol de luz mas farol opaco: esta **pedra**. Na terra de mais luz da terra foi um farol cego este Cabo: às avessas, farol sem luz para navegantes encandeados (**grifo nosso**).

Nas cartas de navegação do século XVI, há indicações de referências constantes ao Cabo de Santo Agostinho, uma vez que os navegantes que seguiam as correntes marítimas do Atlântico, ao avistar o promontório, podiam entrar na corrente do Brasil e seguir viagem rumo ao sul (MELLO NETO, 1981).



### Imagem 08

*Descrição das Índias Ocidentais*, 1622. Por Antonio de Herrera y Tordesillas, Amsterdam.

O mapa mostra as terras exploradas e colonizadas pelos espanhóis nas Américas, fornecendo informações geográficas importantes para a época.

Fonte: Biblioteca do Congresso, 2009.



### Imagem 09

*Detalhe do mapa "Terra non descobirta"*, 1565. Por Giovanni Battista Ramusio.

Detalhe do mapa "Terra non descobirta", do geógrafo Giovanni Battista, que mostra o cotidiano dos povos originários nas Américas.

Fonte: Biblioteca Nacional, 2010.



### Imagem 10

*Terra non descobirta*, 1565. Por Giovanni Battista Ramusio.

Representação em carta do território brasileiro, feita em 1565, para o 3º volume da obra *Navigazioni et viaggi*, produzida pelo geógrafo Giovanni Battista.

Fonte: Biblioteca Nacional, 2010.

Segundo carta de D. João III, de 1534, as terras do Cabo eram de domínio dos índios Caetés (ANDRADE; LINS, 1984, p. 84) que, já no século XVI, enfrentaram os primeiros conflitos com os colonizadores portugueses. Com expedições realizadas entre 1560 e 1571, Duarte Coelho, então donatário da capitania de Pernambuco, conquistou definitivamente as terras e as distribuiu entre os nobres portugueses.

Se, por um lado, o promontório significou referência para os navegantes (um farol de pedra), por outro lado, a então baía de Suape - ancoradouro natural protegido por uma extensa linha de arrecifes onde deságuam quatro rios<sup>5</sup> - figurou como porto seguro. Essas características renderam à região grande importância econômica, pois, com a descoberta de melhores condições para o cultivo da cana de açúcar nas terras do sul da capitania, começaram a surgir, no final do século XVI, os primeiros engenhos, situados próximos aos cursos de rios, que serviram de canais para o escoamento da produção canavieira rumo à Europa.

O porto de Nazaré, como foi chamado o ancoradouro de Suape, serviu para o escoamento da produção dos engenhos mais produtivos. No topo do promontório, estava o povoado de mesmo nome (Nazaré), surgido em torno de uma ermida sobre a qual um roteiro de navegação português de 1597 descreve: “na ponta do cabo estava uma ermida que parece uma vela branca” (MELLO NETO, 1981 p. 45). Um navegador holandês, em 1623, relatou: “na planície vizinha está a igreja que os portugueses chamam de Nossa Senhora de Nazaré. Em dias claros esta igreja toda branca podia ser vista do mar à distância de 4 léguas” (op. cit., p. 46). Após sucessivas ampliações e reformas, acredita-se que apenas a capela-mor corresponda à construção original.



**Imagem 11**

*Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, 1597. Ordem carmelita.*

Construída no século XVI, 1597, conservando elementos de seus traços quinhentistas. Era uma ermida que, vista do mar pelos navegadores, parecia uma “vela branca”. Sua construção é em alvenaria, pedras graníticas e cantaria de arenito. Possui seteiras na lateral, e a sua fachada é composta de duas janelas e uma porta simples sem adornos, tem nave única e seu interior é simples. A torre é independente do coro da igreja, construções feitas em épocas diferentes.

Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Em 1630, os holandeses invadiram a capitania de Pernambuco e tomaram o porto do Recife. O porto de Nazaré, então, tornou-se o escoadouro por onde os portugueses mantinham comunicação com a metrópole, eram abastecidos de armamentos e enviavam sua produção (ANDRADE; LINS, 1984, p. 146). Nesse momento, iniciou-se um trabalho de fortificação, de modo que a área do porto e povoado de Nazaré tornou-se uma das mais fortificadas da capitania.

5. Estão presentes na hidrografia do município do Cabo de Santo Agostinho os rios Pirapama, Tatuoca, Massangana e Ipojuca, este último fronteiro ao município de Ipojuca.

Segundo Barreto (2007), até o ano de 1631, foram construídos o Forte Castelo do Mar, que fica na barra do porto, protegendo sua entrada, as baterias de São Jorge e a bateria de Calhetas. Por conta das fortes investidas holandesas, entre 1631 e 1632, os portugueses construíram o Forte de Nazaré, em torno da ermida. No ano seguinte, iniciaram a construção do Forte do Pontal, para proteção do porto, porém foi atacado em 1634 pelos holandeses, que posteriormente finalizaram sua construção.

Segundo Medeiros (2013), as investidas dos holandeses para tomar o território luso-brasileiro obtiveram sucesso graças à traição de Calabar que, por conhecer bem a região, fez com que os invasores tomassem um atalho em frente ao acampamento estabelecido pelas forças inimigas. Como marco dessa vitória,

*“[...] ergueram o Forte Ghyjselin, com o objetivo de firmar posição ao sul do CSA\*, sendo que, em outubro de 1634, a construção já sofria os danos causados pela pressa com que foi levantado e pela má localização, muito próxima às águas” (MEDEIROS, 2013, p. 52).  
\*Cabo de Santo Agostinho (grifo nosso)*

Segundo Nestor Reis (2000), no período em questão, o povoado de Nazaré era formado por vinte ou trinta casas, sendo esses elementos arquitetônicos parte da paisagem representada nas cartas da época, resultado das relações estabelecidas entre o homem e o território.

A insurreição pernambucana começou a se organizar por volta do ano de 1645, sendo uma das metas fundamentais a retomada do porto de Nazaré pelos portugueses. A reconquista não aconteceu por força armada, mas sim por meio de negociação. Em 1652, houve um embate entre a nau portuguesa Galeão São Paulo e uma embarcação holandesa. Apesar da vitória portuguesa, o navio naufragou em virtude de uma explosão acidental no paiol de pólvora<sup>6</sup> e, hoje, os restos da embarcação correspondem a um sítio arqueológico submarino, na porção sul da praia de Suape, denominada Pontal. (MELLO NETO, 1981).

Com o sucesso da campanha restauradora, o porto do Recife foi reconquistado pelos portugueses em 1654, voltando a ser o centro do interesse econômico da capitania de Pernambuco, colocando o porto de Nazaré, novamente, em segundo plano (BARRETO, 2007, p. 18). As edificações históricas, construídas até então, testemunharam o florescimento econômico de Nazaré e os conflitos entre os europeus, na busca pelo domínio daquelas terras. A maior parte das ruínas que chegaram até os dias atuais foi construída em pedra, com granito do próprio promontório e utilizando também arenito dos arrecifes. Atualmente, devido ao avanço do mar, acredita-se que a área onde deveria estar o Forte Ghyjselin e o acampamento holandês esteja submersa. Do Forte do Pontal, é possível ver apenas um aglomerado de pedras quando a maré está baixa.

### 3.1.2 Esquecimento

O período do esquecimento – compreendido entre a metade do século XVII até a década de 1960 – corresponde à decadência e perda de importância que, aos poucos, acometeram o povoado e o porto de Nazaré. Esse período teve como estopim a retomada do porto do Recife e, embora as atividades do porto de Nazaré tenham continuado até meados do século XIX, já não existia a necessidade de proteger a região contra os ataques dos holandeses (MEDEIROS, 2013, p. 54).

A construção do Convento Carmelita, iniciada em 1692 e finalizada em 1731, retrata bem o declínio do período aqui chamado de esquecimento. Em 1764, há registro de 18 religiosos residentes no convento (MELLO NETO, 1981, p. 48), que, por discordâncias doutrinárias, passaram da província carmelitana de Pernambuco para a da Bahia, o que dificultou sua manutenção. O último superior foi reeleito em 1859 e, sozinho, não demorou a abandonar o convento (idem). Entrou também em rápido processo de ruína uma capela construída

6. O naufrágio, hoje, faz parte do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), sob o nº 00085, sítio arqueológico “São Paulo”.

na Vila de Nazaré, na segunda metade do século XVIII, sob invocação de Nossa Senhora da Conceição, hoje conhecida por Capela Velha.

### Imagem 12

**Convento Carmelita**, 1731.

Vista dos remanescentes do convento das ordens carmelitanas, implantado ao lado da Igreja de Nossa Sr de Nazaré. Construção em granito local, tijolos cerâmicos e peças em cantaria.

Fonte: Acervo pessoal, 2023.



Sobre esse período, o escritor brasileiro Antônio Viana (2003, p. 11), em seu texto representativo, afirma que a Vila de Nazaré foi “uma cidade que permaneceu muito tempo adormecida, longe do progresso, dos meios de comunicação, mergulhada nas águas do esquecimento”. Uma descrição que se credita à data de 1740 (meados do século XVIII), apesar de também citar fatos que teriam acontecido posteriormente, relata a situação daquela vila, durante o período de esquecimento. Lê-se o seguinte:

“A povoação de Nazaré do Cabo, outrora grande e florescente, mas hoje em decadência, jaz na chapada de uma elevada colina, à beira-mar, cercada de outeiros, e situada entre o cabo e os fortes de Nazaré e Gaibu. A sua população muito resumida é na sua maior parte composta de pescadores. Pertencente à paróquia de Santo Antônio do Cabo, tem uma capela dedicada à N. Sra. de Nazaré, junto à qual existiu um convento de carmelitas, um cemitério público, e algumas fontes de águas termais e ferruginosas” (COSTA apud BARRETO, 2007, p. 20).

O cemitério, sobre o qual o relato faz menção, foi construído ao lado da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e data de 1871. Quanto às fontes, juntamente com as bicas e cacimbas, eram responsáveis pelo suprimento de água potável para o povoado. Em texto de 1774, lê-se que o Cabo de Santo Agostinho “seria inabitável se a natureza não o refrescasse com a corrente de oito fontes de cristalinas águas que destes montes desce” (IDEIA DA POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO apud MELLO NETO, 1981, p. 68).

Hoje, as mesmas cacimbas se encontram secas e abandonadas, restando, entretanto, poucos remanescentes, a exemplo da bica da ferrugem, um dos diversos atrativos naturais do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti. Viana (2003, p. 86) reflete: “E pensar que houve um tempo em que essas cacimbas eram ponto de encontro, fazendo parte da vida ativa de Nazaré, quando seus moradores vinham se abastecer de água, à luz da aurora”.

Deste período, tem-se ainda registro de uma relação do homem com o ambiente natural por meio da qual tirava do mar e das terras do promontório a sua subsistência. O uso dado a essas terras era essencialmente rural, havendo alguns aglomerados de casas de taipa nas enseadas de Gaibú e Suape, ocupadas por pescadores que, aos poucos, formaram pequenos assentamentos. A casa de farinha que existe próxima ao Quartel do Forte Castelo do Mar produzia farinha e goma de araruta para a região e esteve em funcionamento até a década de 1960 (VIANA, 2003, p. 88). Os recursos minerais também eram explorados: as jazidas de granito eram conhecidas como as “pedreiras de Nazaré”, no século XIX (MELLO NETO, 1981, p. 101).

No final do século XIX, foi erguido um farol na ponta mais a leste do promontório e, ao seu lado, foi construída uma edificação de dois pavimentos para moradia do encarregado e para apoio ao serviço. O farol foi substituído por outro mais moderno, por volta de 1940. Da casa do faroleiro, restam as ruínas das fachadas. Os versos seguintes, de João Cabral de Melo Neto (2003, p.218), não poderiam representar melhor o período:

Sem a luz não se explicaria  
um Pernambuco que existia,  
e seja a mesma luz, sem quebra,  
hoje é uma luz que não desperta.  
[...]

Dessa forma, desde o início da ocupação do Cabo de Santo Agostinho – a partir do século XVI, como local de defesa militar, a instalação de edificações militares e o desenvolvimento da capitania de Pernambuco, através do porto – ficaram expressos na paisagem vestígios da cultura dominante. Entre fins do século XVII e meados do século XX, outros agentes, como pequenos povoados de pescadores e ocupações rurais, começaram a ganhar destaque. Durante esses períodos a paisagem do Cabo foi se modificando lentamente.

Durante todo o período colonial, o açúcar foi o principal produto de exportação brasileiro. Até o século XIX, os engenhos,

de caráter mais rural, passaram a ser fornecedores de cana de açúcar (GOMES, G., 1997, p. 18; ANDRADE; LINS, 1984, p. 160). A estrada de ferro também atraiu outras indústrias, a exemplo da implantação da Fábrica de Pólvora Elefante, em 1861; o Cotonifício José Rufino, em 1926; e a Destilaria Central Presidente Vargas (1940).

Na década de 1960, o município do Cabo de Santo Agostinho recebeu o primeiro distrito industrial de Pernambuco, localizado às margens da Rodovia BR-101. A existência da destilaria favoreceu a proposta de implantação de uma fábrica de borracha à base de álcool – a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO). Em carta dirigida a um parlamentar, em julho de 1961, Israel Felipe enumera as indústrias existentes no distrito: “cinco fábricas de açúcar, uma destilaria, uma fábrica de tecidos, uma de vinho e vinagre, uma de pólvora, três cerâmicas etc.” (FELIPE, 1961, p. 403 apud MEDEIROS, 2013, p. 60).

Não somente pela implantação do Distrito Industrial do Cabo e sua consequente consolidação como polo industrial efervescente no Estado, como também pelas primeiras iniciativas de proteção do sítio histórico como patrimônio, o período iniciado na década de 1960 e que perdura até hoje foi denominado redescoberta. Na sequência dos acontecimentos, a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré foi tombada, no ano de 1961, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

### 3.1.3 Redescoberta

Em 1973, o município do Cabo passou a integrar a Região Metropolitana do Recife (RMR), processo institucionalizado por meio da Lei Complementar Federal nº 14, de 08 junho de 1973. No mesmo ano, também se deu início ao Projeto Suape, deferido por meio do Decreto Estadual nº 2.845, de 27 de junho de 1973, do governador Eraldo Gueiros. O projeto previa a instalação de um complexo industrial e portuário na divisa entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca e estava de acordo com o projeto político brasileiro, segundo o qual se pretendia

redistribuir espacialmente as atividades econômicas do país (PERNAMBUCO, 1976, p. 193). Para tanto, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) foi criado por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 1976.

Para atender ao projeto, no ano de 1977, foi desapropriada uma área de 13.500 hectares, incluindo a área correspondente ao Cabo de Santo Agostinho e à Baía de Suape. O então Secretário de Planejamento do Estado, Luiz Otávio Cavalcanti, justificou a escolha da localização:

“As características geo topográficas da área de Suape e a existência de infraestrutura física a ela contígua induzem a conveniência de se promover a construção do Complexo Industrial Portuário, perfeitamente compatibilizado com os objetivos nacionais de desenvolvimento.”

Nesse período, a área do Cabo de Santo Agostinho e da Baía de Suape permanecia estagnada. Em estudos comparativos do Censo de 1900 com a situação apresentada em meados do século XVII (1634), percebe-se que as 30 casas constituintes da Vila de Nazaré, somadas às outras 35 do povoado de Gaibú, não representaram um crescimento populacional significativo na região (REIS, 2000; FELIPE, 1961, p. 62). A implementação do complexo portuário (CIP-SU-APE), no entanto, contribuiu para resgatar o protagonismo destas terras, fomentando o desenvolvimento sustentável demonstrado pelo interesse econômico do Estado de Pernambuco, como atesta o título de uma notícia de 30 de abril de 1977 do Diário de Pernambuco: “Suape, a surpresa do progresso na vida simples do pescador”.

A proposta de implantação do Complexo gerou reação negativa por parte da comunidade científica que, em 1975, publicou uma carta conhecida como “Manifesto dos Cientistas”. No documento, reivindicaram a inclusão do debate técnico na tomada de decisão da empreitada, bem como a defesa da região, propondo o tombamento de todo o polígono que corresponde hoje ao Parque Metropolitano Armando de Holanda

Cavalcanti. A área foi considerada “sítio histórico de maior interesse”, “recanto de tão comovente beleza”, um “admirável cenário”, além de um “patrimônio artístico que a natureza ergueu”. Alegaram que as obras de implementação do Complexo, caso os investimentos não fossem efetivados, cometeriam “o crime irreparável de deformar a paisagem e profanar um sítio histórico” (CAVALCANTI, 1975).

Diversos documentos técnicos, produzidos a partir da década de 1970, defendem os aspectos paisagísticos e históricos da área do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape. No relatório da pesquisa arqueológica, coordenada pelo escritor Ulisses Pernambucano de Mello Neto e realizada entre 1978 e 1979, lê-se:

O castelo do mar próprio, parece-nos, que visto do alto, quer do mar, “pedra nascendo da pedra”, como disse-nos certa vez, com muita propriedade, o arquiteto Armando Holanda. Está a parecer, inclusive, que tais edificações, pelo menos no estado em que se encontram atualmente, sem telhados e quase sem estradas de acesso, se acomodam à paisagem e à ambiência como se sempre estivessem estado ali. Vamos ainda mais adiante: as ruínas dessas edificações vêm a conferir como que maior autenticidade à paisagem (MELLO NETO, 1981, p. 59). Grifo nosso.

### Imagem 13

**Forte Castelo do Mar**, 1630.  
Por Giovanni di San Felice.

Considerada a edificação militar mais importante no litoral de Pernambuco, tinha o objetivo de defender a entrada da barra do Porto de Nazaré e o estuário dos Rios Ipojuca e Massangana.

Fonte: Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, 2013



Nas décadas de 1980 e 1990, as áreas do litoral do Cabo, na porção mais ao norte do município, começaram a ser loteadas, a exemplo das praias de Gaibú, Enseada dos Corais e Itapoama. Enquanto na praia de Suape existiam poucas casas de veranistas, Gaibú era alvo do turismo de segunda residência e bastante procurada nos fins de semana (SENA CALDAS & POLITO, 1979, p. 16). Já em 1984, foi implantado o porto externo de SUAPE, dando início às atividades do complexo.

Com o desenvolvimento da região de Suape, não só no âmbito econômico, como também na esfera turística, em 1997, foi inaugurado o complexo turístico no pontal de Suape, o Blue Tree Park, hoje Vila Galé Eco Resort do Cabo. Com área de 117 hectares, o projeto inicial previa condomínios residenciais de luxo e campo de golfe.



#### **Imagem 14**

***Complexo turístico Vila Galé Eco Resort do Cabo, 1997.***

Vista aérea do complexo turístico Vila Galé Eco Resort do Cabo. Nota-se o espraiamento das dependências do resort rumo à praia.

Fonte: Vila Galé Hotéis, 2013.

Rocha (2000), p. 122) afirma que o complexo turístico alterou significativamente a relação de territorialidade das práticas cotidianas anteriores, bem como a relação dos residentes da região, uma vez que suas terras antes eram usadas como território de uso público. Com o passar dos anos, as práticas de posse dos assentamentos e demais terras lindeiras ao Resort se intensificaram. O ambiente tornou-se cada vez mais hostil ao público não consumidor dos serviços do Resort – habitantes locais, turistas etc. – numa tentativa de privatizar a praia que outrora fora palco da história do Cabo.

Para Barreto (2007, p. 34), “isto simboliza a perpetuidade através de gerações da relação da população com o meio em que vive”. No promontório, atualmente, existem comunidades representadas, muitas vezes, por famílias que vivem no Cabo por sucessivas gerações – há informação sobre uma moradora que representa a oitava geração de sua família morando na Vila de Nazaré (VIANA, 2003, p. 89) – sobrevivendo principalmente da pesca, da agricultura de subsistência e da coleta de frutas.

Ao longo desta narrativa, pode-se constatar que, embora os atores que vivenciam a paisagem do Cabo de Santo Agostinho tenham mudado ao longo do tempo, o território foi, com frequência, palco de conflitos que deixaram na paisagem suas marcas. Como cantaria Israel Felipe ao Cabo (FELIPE, 1962, p. 265):

[...]  
 Sempre olhando pro levante,  
 Permaneces mudamente,  
 Haja tempestade uivante.  
 Ou do mar calma somente.  
 [...]

Sejam as fortificações do período de batalhas pelo domínio das terras ou os grandes equipamentos industriais, como o CIP-SUAPE, ou ainda as construções desordenadas dos invasores das últimas décadas, o fato é que, tanto as culturas dominantes quanto as subculturas encontram alguma expressão no município do Cabo (COSGROVE, 1998, p. 105), tão fortemente marcado por sua constituição geológica e topográfica e por seu côncavo e convexo (MEDEIROS, 2013).



# 3.2

## Áreas de interesse

**DO PONTO DE** vista geológico, a região do Cabo de Santo Agostinho apresenta significativa relevância científica, com características únicas no território brasileiro, onde se podem encontrar afloramentos de rochas graníticas pertencentes ao período cretáceo, marcado pela fragmentação dos continentes sul-americano e africano. Conforme destacado por Cunha e Lapa (CUNHA; LAPA, 2021, p. 220), “há aproximadamente 102 milhões de anos, o Cabo de Santo Agostinho foi cenário de um intenso processo magmático, resultando na exposição abundante de formações rochosas”.

A existência dessa região, cuja área abrange cerca de 4 km<sup>2</sup> de extensão, indica que a formação granítica, em destaque, ocorreu durante a separação do megacontinente Gondwana e a subsequente abertura do Oceano Atlântico (NASCIMENTO & SOUZA, 2005, apud BARRETO, 2007, p. 5). Essa peculiaridade geomorfológica reforça a importância do Cabo como um município cujo registro físico, do passado remoto, permite investigações aprofundadas sobre os processos tectônicos e evolutivos que moldaram a crosta terrestre nesta região.

A ocorrência desse evento despertou o interesse não apenas de pesquisadores e cientistas ligados à geologia, mas também de gestores e especialistas em conservação urbana integrada. Eles perceberam que essa circunstância representava uma grande oportunidade

para promover a visibilidade do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti e garantir recursos financeiros para a sua efetiva implementação.

Desde 1999, a Unesco tem considerado a categoria de patrimônio geológico como um possível enquadramento para inclusão na prestigiada Lista do Patrimônio Mundial. Durante a reunião do Conselho Gestor do Parque, realizada em 18 de junho de 2019, Catarina Dourado, Secretária de Planejamento da Secretaria Executiva de Logística – PM-CSA, defendeu veementemente a ideia de que a inclusão do Parque Armando de Holanda na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco seria uma estratégia viável para sua implantação definitiva, além de assegurar a sustentabilidade financeira do empreendimento.

A inserção na prestigiada lista proporcionaria um reconhecimento internacional à região, despertando um maior interesse de visitantes e incentivando o turismo sustentável. Assim, por meio de parceria entre Suape e a Unesco, está sendo possível viabilizar a conservação do patrimônio geológico do Cabo de Santo Agostinho, no intuito de consolidar a área do Parque – que compreende às praias de Gaibú, Calhetas, Paraíso e Suape – como patrimônio cultural mundial (PERNAMBUCO, 2022). Além disso, tem-se registro de intensos investimentos para promover a educação ambiental e a conscientização sobre a importância da preservação da região, que é tida como tesouro natural a ser legado às futuras gerações.

As deslumbrantes praias que adornam o litoral do Cabo emergem como o principal apelo turístico dentre seus atributos naturais. Localizadas dentro dos limites do Parque, as praias de Calhetas, Gaibu e Paraíso, juntamente com o Pontal de Suape, atraem anualmente um considerável número de visitantes. Conforme destacado por Cunha e Lapa “A Praia de Calhetas é âncora de atratividade turística e tem repercussão nacional” (CUNHA; LAPA, 2021, p. 221). A presença destas praias nos limites do Parque reforça a relevância da conservação desses ambientes – seja a conservação dos

elementos naturais ou dos elementos construídos – e incentiva a adoção de práticas de turismo sustentável.

Em 2008, o governo do Estado de Pernambuco elaborou o Plano Estratégico de Turismo intitulado “Pernambuco para o mundo”, no qual o município do Cabo de Santo Agostinho foi identificado como uma área prioritária para o desenvolvimento do setor turístico. Devido ao seu notável potencial turístico e ao já expressivo número de visitantes, o município foi classificado no nível II<sup>7</sup>, dentro de uma escala de quatro níveis que avaliam o grau de consolidação das atividades turísticas (PERNAMBUCO, 2008, p. 10). Essa iniciativa buscou fortalecer a economia local, impulsionando o mercado de trabalho e fomentando a preservação e valorização dos recursos naturais e culturais do município.

Por outro lado, apesar dos esforços de estímulo ao turismo na região, os investimentos em infraestrutura não ocorreram conforme as expectativas estabelecidas. A atividade turística se desenvolveu de maneira desordenada, acarretando uma série de impactos negativos<sup>8</sup>. Notadamente, a construção irregular e clandestina de bares, pousadas e outros estabelecimentos comerciais tornou-se uma prática recorrente. Além disso, a infraestrutura existente mostrou-se insuficiente para suprir as demandas crescentes, especialmente no que se refere à coleta e tratamento adequado de resíduos sólidos, resultando em danos significativos ao meio ambiente (CARVALHO, 2012).

7. A classificação de nível II representa o pólo constituído por áreas que possuem grande potencial como importantes destinos turísticos para o Estado, inclusive algumas que já foram em um passado recente. São destinos majoritariamente de sol e praia, segmento de grande destaque em Pernambuco, mas que também agregam elementos de apelo natural e/ou cultural, porém ainda sem estrutura.

8. AConforme reportagem publicada pelo Jornal do Commercio em 15 de setembro de 2012, constata-se que as praias de Enseada, Gaibú e Calhetas, em particular, enfrentam sérias deficiências em termos de infraestrutura de acesso. Além disso, tais áreas litorâneas sofrem com a falta de manutenção e limpeza adequadas, resultando em orlas abandonadas e descuidadas. Um dos problemas mais alarmantes diz respeito à inadequada gestão dos efluentes, os quais, em diversas ocasiões, encontram-se expostos ao ar livre.

No ano subsequente, em 2013, empresários e comerciantes da Praia de Gaibu expressaram sua inquietação com a situação do destino turístico. Esses atores econômicos locais manifestaram preocupação em relação à falta de infraestrutura adequada e ao planejamento insuficiente para o desenvolvimento da região (G1PE, 2013, apud CUNHA, 2021, p. 53). Em alguns hotéis da região, durante a semana a lotação é completa. A maioria dos hóspedes é formada por empresários que trabalham em cidades próximas. Mas, durante os fins de semana, os turistas não aparecem.

Em relação às construções irregulares, a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do município do Cabo de Santo Agostinho informou que faz a fiscalização, mas que os assentamentos clandestinos são concluídos em pouco tempo. Por isso, terão que contratar mais fiscais para melhorar a ação.

Apesar dos desafios enfrentados, é inegável que a região do Cabo possui um significativo potencial para o desenvolvimento do turismo. Essa afirmação é corroborada pela recente atualização do Mapa do Turismo Brasileiro - 2019-2021, divulgado pelo Ministério do Turismo, que inclui o município entre os seis destinos turísticos de Pernambuco classificados como “história e mar” (BRASIL, s/d, online). É importante ressaltar que essa classificação coloca o município do Cabo em destaque, ao lado de outros municípios renomados, como a capital Recife, Olinda, Fernando de Noronha e Ipojuca, que abriga a famosa Praia de Porto de Galinhas.

É importante ressaltar que o Ministério do Turismo adotou critérios mais rigorosos na avaliação dos destinos turísticos, resultando na exclusão de 591 municípios, em comparação com as versões anteriores do mapa. Essa redução representa uma diminuição de 18% no número de municípios contemplados. No entanto, é notável que o Cabo de Santo Agostinho manteve sua posição como um destino turístico atrativo, apesar dos desafios existentes.

O Parque Metropolitano Armando de

Holanda Cavalcanti é delimitado geograficamente pelos decretos estaduais nº 5.554/1979 e nº 5.765/1979, os quais estabelecem seus limites e fronteiras. Tais decretos são parte integrante das normas que regulam a gestão e a preservação desse importante espaço. Além das legislações específicas, existem outras regulamentações que também estabelecem poligonais semelhantes, com o objetivo primordial de proteger a história do lugar, bem como seus bens simbólicos e materiais, sejam eles de caráter natural ou construído. As citadas normas têm como propósito garantir a preservação e a conservação dos elementos naturais e construídos, reconhecendo sua importância histórica, cultural e ambiental.

O processo de tombamento estadual do Cabo de Santo Agostinho, registrado sob o número 166/1982, resultou na emissão do Decreto Estadual nº 17.070/1993 que estabeleceu a criação de um polígono de proteção conhecido como Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho. Notavelmente, essa área abrange uma extensão maior do que o polígono do Parque propriamente dito, que foi estabelecido em 1979 durante sua criação. O mencionado polígono abriga não apenas o promontório geograficamente identificado como Parque, como também uma porção adjacente a sudoeste, correspondente à baía de Suape.



Áreas de Interesse

### Imagem 15

#### *Poligonal do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho*

A demarcação desta área de preservação engloba não apenas o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, mas também uma porção do bairro de Suape, presente na baía de mesmo nome.

Fonte: Adaptado de Fundarpe, 1998.

TIRIRI



ST° AGOSTINHO  
OU NAZARETH

PRAIA DE GAIBU

Outro documento relevante publicado pelo Governo do Estado de Pernambuco é o Plano Diretor Suape 2030, que estabelece um polígono com uso diferenciado em relação às demais áreas do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIP Suape). Trata-se da Zona de Proteção Cultural (ZPC) cuja configuração se assemelha ao polígono desapropriado pelo Governo do Estado.

De acordo com as normas estabelecidas, os usos dentro da ZPC são condicionados à preservação da sua paisagem cultural e podem ser destinados a atividades turísticas, de lazer, educação patrimonial e ambiental. Tais diretrizes buscam garantir a conservação e valorização da riqueza presente na área.

No âmbito municipal, a Lei nº 2.179/2004 trata sobre o uso e ocupação do solo urbano, ao definir um polígono específico, diferenciado dos demais, embora compartilhe sua fronteira leste com eles. Os limites do polígono são naturalmente delineados pela orla oceânica, ficando expressamente proibido qualquer tipo de intervenção que possa acarretar riscos à integridade física e ambiental nas Zonas de Interesse Histórico (CABO DE SANTO AGOSTINHO, 2004, art. 39).

As medidas legais de proteção estabelecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) conferem amparo jurídico às importantes estruturas localizadas dentro do polígono do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti. Entre as edificações, destacam-se a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e as ruínas do Convento Carmelita, cujo valor histórico e cultural foram reconhecidos por meio do processo de tombamento, ocorrido em 1961 e oficializado pela inclusão no Livro de Belas Artes, conforme Resolução do Conselho Consultivo do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 13 de agosto de 1985 (CONSELHO GESTOR DO PMAHC, 2014, p. 10).

## Imagem 16

*Sistema de construções no território do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti.*

Conjunto de edificações de interesse cultural, apresentando exemplares tombados (Conjunto da Vila de Nazaré), em estado de ruínas (Casa do Faroleiro, Forte Castelo do Mar etc), bem como edificações com uso original reconvertido (Escola Municipal Vicente Yáñez Pinzón).

Fonte: Adaptado de Medeiros, 2013.

## LEGENDA

1. Forte Ghyjselin
2. Pontal de Suape
3. Arrecifes
4. Forte do Pontal
5. Barra
6. Baterias de São Jorge
7. Forte Castelo do Mar
8. Quartel do Forte Castelo do Mar
9. Sítio Arqueológico Submarino
10. Casa do Faroleiro
11. Bateria de Calhetas
12. Forte e Quartel de Gaibú
13. Igreja de Nazaré e Convento
14. Capela Velha



Embora apresentem variações em suas geometrias, os polígonos mencionados compartilham um objetivo em comum: a proteção do patrimônio cultural da região. Sua delimitação busca preservar e salvaguardar elementos de valor histórico e cultural, estabelecendo diretrizes e normativas específicas para o uso e ocupação do solo.

Áreas de Interesse



### Imagem 17

*Limites da Zona de Proteção Cultural (ZPC) do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho.*

Polígono proposto demarca a Zona de Proteção Cultural, no intuito de salvaguardar o patrimônio cultural da região, bem como submete normativas mais rigorosas e específicas para o uso e ocupação do solo.

Fonte: Conselho Gestor do PMAHC, 2014.



# 3.3

## Valoração e atributos

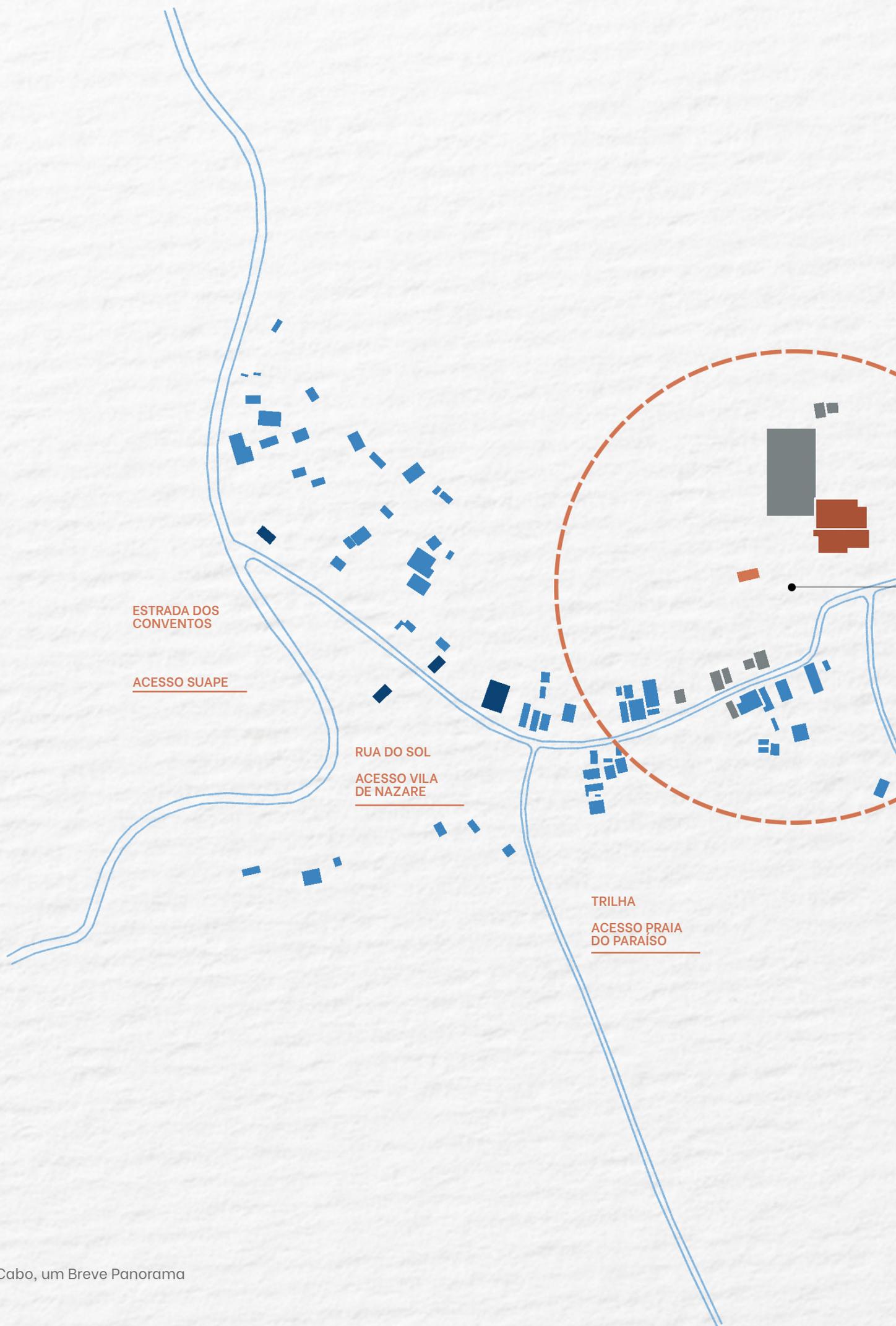
**DE ACORDO COM** o disposto na Carta de Burra (1980), significância cultural representa “o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras” (IPHAN, 2004, p. 247). De acordo com Argan (1992), o conceito de bem patrimonial em si revela uma dicotomia em termos de valor, abrangendo tanto a sua manifestação material quanto o significado que ele incute na mente do observador (ARGAN, 1992, apud BARRETO, 2007, p. 26).

A preservação por meio do tombamento visa à salvaguarda dos valores atribuídos a um exemplar ou conjunto de caráter excepcional, devido à sua significância cultural, seja em termos de importância histórica, etnográfica, arqueológica, bibliográfica, artística ou outra, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana (IPHAN, 2006 apud BARRETO, 2007, p. 26).

Com base nos estudos realizados sobre a área do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape, tendo em vista a bibliografia relacionada ao patrimônio cultural abordada neste trabalho, identifica-se a existência de quatro grupos valorativos inter-relacionados, sejam eles: arqueológico, histórico, paisagístico e geológico, este último não amparado pelo Decreto-Lei nº 25/1937.



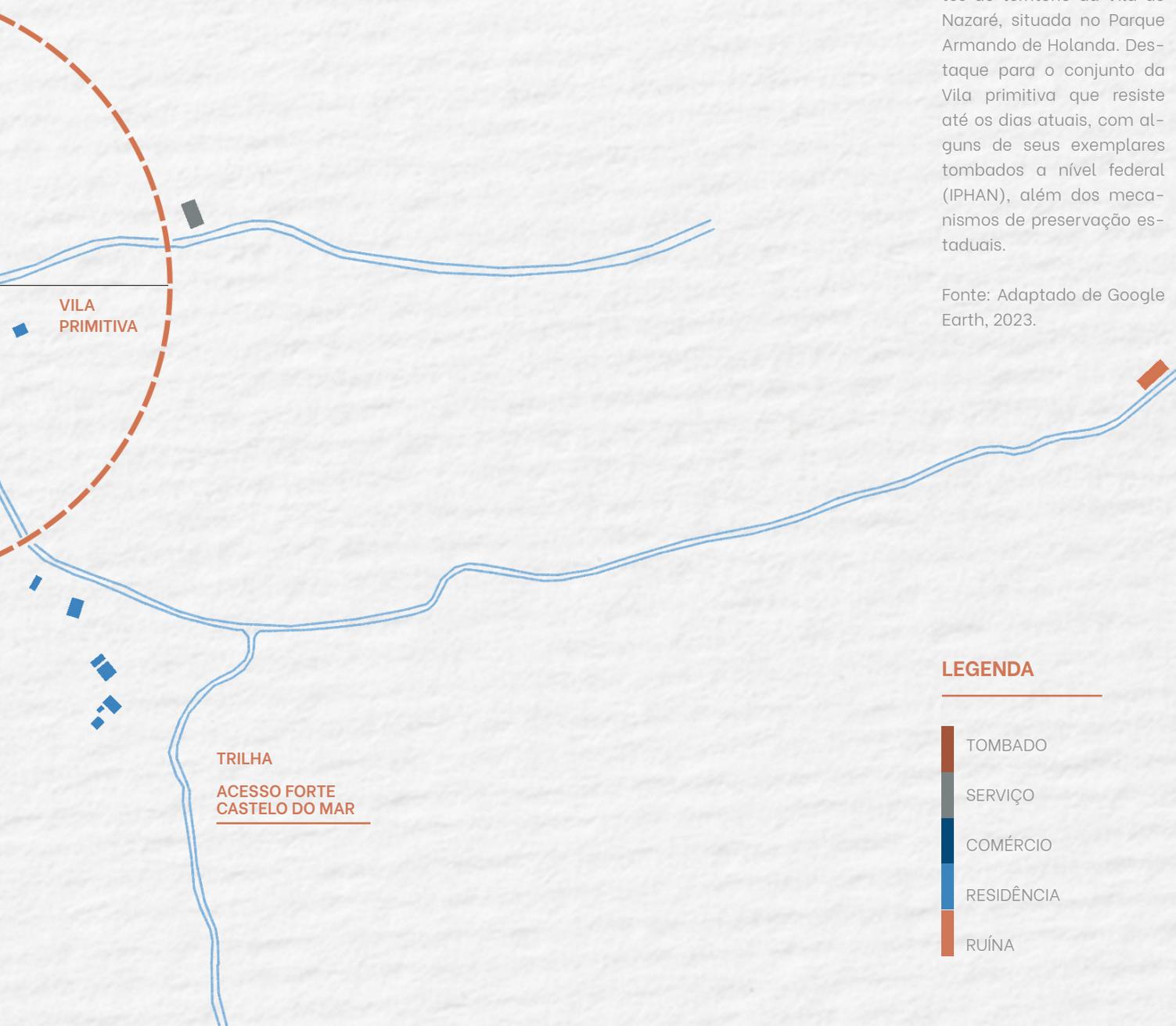


## Imagem 18

### Síntese da situação atual da Vila de Nazaré

Relação de acessos e limites do território da Vila de Nazaré, situada no Parque Armando de Holanda. Destaque para o conjunto da Vila primitiva que resiste até os dias atuais, com alguns de seus exemplares tombados a nível federal (IPHAN), além dos mecanismos de preservação estaduais.

Fonte: Adaptado de Google Earth, 2023.



### 3.3.1 Valor arqueológico

Segundo o artigo 1º da Carta de Lausanne, patrimônio arqueológico é definido como

[...] a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (IPHAN. 2004. p. 304).

A região do Cabo de Santo Agostinho possui um valor arqueológico distintivo, caracterizado pelos vestígios das ocupações de diversos grupos ao longo da pré-história, como caçadores, coletores, ceramistas e horticultores. Além disso, há evidências do processo de colonização do Brasil pelos portugueses e holandeses no século XVI, incluindo locais de fortificações que estão em ruínas ou foram demolidos, como o Forte Ghijselin e o Forte de Nazaré.

Também foram localizados naufrágios de embarcações, edificações e ruínas, como o Forte e Quartel Castelo do Mar, Forte do Pontal, Bateria e Quartel de Gaibú, Baterias da Calheta e São Jorge I e II, além da Igreja de Nazaré. A presença de materiais arqueológicos superficiais, subsuperficiais e subaquáticos permite a fácil identificação e comprovação das ocorrências destas ocupações.

#### Imagem 19

**Vista das ruínas do Forte Castelo do Mar, 1630.** Por Giovanni di San Felice.

A relação de composição entre a arquitetura e a paisagem natural se destaca como atributo da região, como que numa relação de simbiose, em que ambos elementos coexistem.

Fonte: Acervo pessoal, 2023.



#### Imagem 20

**Ruínas do Quartel do Castelo do Mar, 1635.**

Com o passar dos anos, na parte de trás do Forte (no alto do morro), foi construído também pelo Conde de Bagnoli, o Quartel Velho, para exercer apoio ao forte. Atualmente, o que restou disso tudo foram apenas ruínas que atraem turistas e concedem belos visuais a Cabo de Santo Agostinho.

Fonte: Zarpo, 2017.



Segundo Barreto (2007),

No ano de 1973 foi empreendida uma pesquisa visando recolher todas as evidências de material histórico que se encontrava na superfície da praia, entre a área do Forte Van der Dussen (Pontal) e a dos armazéns da alfândega, que existiam ao lado da fortificação. O material coletado na superfície da praia, bem como o documentário fotográfico foram expostos à visitação pública no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano naquele ano, pelo período de 20 dias. O material exposto esteve por anos armazenado na Casa da Cultura e na FUNDARPE, onde possivelmente ainda restam alguns objetos (BARRETO, 2007, p. 27-28, grifo nosso).

Durante o período compreendido entre abril de 1978 e julho de 1979, uma equipe de estudiosos, sob a coordenação do arqueólogo Ulysses Pernambucano de Mello Neto, realizou pesquisas aprofundadas de história e arqueologia na região do Cabo de Santo Agostinho e na Baía de Suape. As pesquisas abrangeram estudos submarinos, escavações parciais em alguns sítios, além de levantamentos arquitetônicos e fotográficos dos monumentos existentes.

Como exemplos de material arqueológico subaquático, pode-se mencionar os naufrágios de navios holandeses e portugueses dos séculos XVI e XVII, como o navio Zee Ridder (1634) e o Galeão São Paulo (1652), que pertencia à Companhia Geral do Comércio do Brasil. O Galeão São Paulo, inclusive, está registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA, sob o número 00085, como o sítio arqueológico "São Paulo". Do Galeão São Paulo, foram resgatadas quatro peças de artilharia que estão atualmente em exposição no Museu do Estado de Pernambuco (BARRETO, 2007).

A definição dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos é estabelecida pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, conforme o artigo descrito a seguir:

Art. 2º - Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos: a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente. b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rochas. c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleo etnográfico, das inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios (IPHAN, 2006 apud BARRETO, 2007, p. 28).

Dentre as intervenções antrópicas, a construção do Complexo Industrial Portuário de Suape destaca-se como principal modificador do relevo e ameaça à integridade do patrimônio.

A implantação do Complexo causou alterações significativas na morfologia da Baía de Suape, que vão desde a retificação de rios, dragagens (totalizando mais de 3 milhões de metros cúbicos), terraplanagens, engordamento da faixa de areia da praia até a remoção de 300m na linha de recifes de arenito. Essas modificações afetaram consideravelmente não apenas a dinâmica dos corpos d'água da região, como também as formas de relevo emersas.

O patrimônio arqueológico, principalmente o subaquático, é particularmente afetado por essas alterações. Devido a tais intervenções, as mudanças nas correntes marítimas dispersam, soterram e, em muitos casos, destroem os sítios arqueológicos. Além disso, a coleta inadequada de material arqueológico por pessoas não qualificadas e as escavações clandestinas para o comércio ilegal de artefatos também contribuem para agravar a situação.

Apesar das diversas intervenções que modificaram o meio ambiente natural, ainda hoje é possível encontrar com facilidade vestígios arqueológicos expostos na praia de Suape e arredores. Em meados de 2007, durante visita à região das instalações do Vila Galé Eco Resort do Cabo (Pontal de Suape), foram encontrados vários fragmentos de objetos históricos, como artefatos que datam do início do século XVII (BARRETO, 2007, p. 29).



**Imagem 21**

**Artefatos arqueológicos encontrados na praia de Suape, 2007.**

Artefatos arqueológicos encontrados: tijolo manual do século XVIII em barro vermelho; alça de boião em cerâmica. Datados do séc. XVII, e aspecto da lente conchífera na praia, com fragmentos de instrumento lítico e cerâmica modelada (cultura material pré-histórica ou de contato).

Fonte: Rosyone Rebouças, 2007.

De acordo com o arqueólogo Paulo Tadeu de Albuquerque, o patrimônio arqueológico do Sítio Histórico Cabo de Santo Agostinho é cientificamente comprovado e possui importância reconhecida. Abrangendo um período cronológico que vai do final do Pleistoceno Superior<sup>9</sup> ao início do Holoceno, essa região do nordeste brasileiro está associada ao ótimo clima e tem uma datação aproximada de 8 mil anos.

Indiscutivelmente, a região do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape apresenta um imenso potencial para a realização de estudos e pesquisas arqueológicas. Essas investigações têm o poder

de revelar detalhes sobre os modos de vida e práticas das comunidades pré e pós-coloniais, evidenciando a evolução e intercâmbio cultural que ocorreram e contribuíram para a formação da identidade do povo brasileiro contemporâneo.

### 3.3.2 Valor histórico

De acordo o artigo 8º da Carta de Florença (1981), “um sítio histórico é uma paisagem definida, evocadora de um fato memorável: lugar de um acontecimento histórico maior, origem de um mito ilustre ou de um combate épico, assunto de um quadro célebre etc” (IPHAN, 2004 p. 254).

O Cabo de Santo Agostinho, juntamente com a baía de Suape, constitui um conjunto de elementos que têm favorecido a ocupação e o estabelecimento humano ao longo do tempo. Além de sua notável beleza natural, essa região oferece fontes de água mineral, solo fértil, uma rede de rios, um estuário, pontos de observação panorâmica, um porto natural e uma rica diversidade de fauna e flora.

Acerca dos grupos étnicos primitivos, como os índios caetés, é sabido que estiveram presentes nesta região, fato comprovado não apenas por relatos históricos ou crença popular, mas também por evidências arqueológicas concretas. Entre essas evidências, destacam-se sítios cerâmicos que contêm artefatos líticos lascados e germânicos (BARRETO, 2007).

No início do século XVI, iniciou-se o processo de descoberta, reconhecimento e ocupação do litoral brasileiro, especialmente na região do Cabo de Santo Agostinho. Existem indícios históricos que apontam o Cabo como o primeiro local do território brasileiro a ser alcançado, em 1500, pelo espanhol Vicente Yañes Pinzón, antes mesmo do descobrimento oficializado por Pedro Álvares Cabral. Nesse momento, ocorreram os primeiros encontros entre povos de diferentes etnias, resultando na interrupção do domínio da cultura indígena diante

9. Período geológico em que foram encontrados os primeiros vestígios da presença humana e considerado o início da Pré-História.

do processo de colonização do Brasil pelos portugueses. Essa interação gerou a formação de uma nova cultura para o povo brasileiro, marcada pela miscigenação entre indígenas, europeus e africanos.

Com a instalação do primeiro engenho de açúcar do Brasil, na Capitania de Pernambuco, e a conquista de Recife e Olinda pelos holandeses, o Porto de Nazaré tornou-se alvo de intensa proteção, com a construção de diversas fortificações, baterias, trincheiras e quartéis militares. O Cabo foi palco de grandes batalhas, dos luso-brasileiros em defesa do território nacional, contra várias nações europeias, especialmente os holandeses, que chegaram a ocupar parte do litoral nordestino brasileiro no século XVII.

Segundo Barreto (2007), o valor histórico de um bem reside no fato de ser um testemunho do passado, revelando os modos de vida, as marcas do tempo e sendo uma expressão única de uma determinada sociedade em um determinado período. Estes bens representam momentos significativos da evolução das atividades humanas e seu valor é atribuído com base nas referências do presente, à medida que coerentemente testemunham o passado.

Devido à sua relevância histórica e beleza deslumbrante, a paisagem local foi retratada em pinturas de renomados artistas, como Frans Post e Albert Eckhout, no século XVII. Post dedicou-se a pintar as paisagens, enquanto Eckhout retratou com minúcia os detalhes da natureza, incluindo os habitantes, a fauna e a flora do Brasil holandês sob o governo de Maurício de Nassau. Ao final do século XIX, Teles Júnior, que se destacou em âmbito nacional com paisagens marinhas, também pintou o promontório do Cabo de Santo Agostinho.

## Imagem 22

**Mameluca**, 1641. Por Albert Eckhout. Óleo sobre tela.

Seu cabelo curto e encaracolado é adornado com uma tiara e ela usa jóias simples, o que não sugere que ela seja rica, mas que provavelmente foi arranjada para o retrato. Ao brincar com luz e sombra, Eckhout também cria um efeito maravilhoso em camadas nas roupas da menina, que mais parecem uma túnica usada na antiguidade. Ela está descalça e a seus pés pequenos roedores se reúnem.

Fonte: Citaliarestauro, 2021.





### Imagem 23

*Homem tapuia*, 1643. Por Albert Eckhout. Óleo sobre tela.

O quadro apresenta um homem inteiramente nu, com um amarriho peniano, o rosto perfurado com espetos e um cocar de plumas. Em suas costas leva amarrado o enduape, um adereço feito com penas de ema. Nas mãos leva uma ibirapema, uma espécie de tacape, arma feita de madeira dura com as bordas afiadas usada para golpear o inimigo, dardos e um propulsor para lançar setas envenenadas.

Fonte: Ensinar História, 2015.

### 3.3.3 Valor paisagístico

O anexo à Recomendação n.º R (95) 9, elaborado pelo Conselho de Ministros da Europa, em 1995, para a conservação integrada das áreas de paisagens culturais europeias, apresenta o conceito de paisagem como a manifestação visual dos diversos relacionamentos existentes, em um determinado período, entre o indivíduo ou uma sociedade e um território claramente definidos, em termos topográficos. Essa aparência resulta de ações ou cuidados especiais, influências naturais e intervenções humanas, sendo a combinação de ambos. Em outras palavras, a paisagem figura como testemunho do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente, ocorrido tanto no passado como no presente (IPHAN, 2004, p. 332).

De acordo com o arquiteto paisagista Carlos Fernando de Moura Delfim, a paisagem cultural é o ambiente natural no qual o ser humano deixou suas marcas por meio de ações e formas de expressão. Essa paisagem resulta da soma de todas as manifestações provenientes da interação entre o homem e a natureza, assim como da influência recíproca da natureza sobre o homem.

A grande riqueza da abordagem do patrimônio como paisagem cultural reside na possibilidade de conectar o material e o imaterial, o cultural e o natural, o homem e a natureza.

O valor excepcional da paisagem do Cabo de Santo Agostinho se manifesta tanto em seu aspecto natural quanto cultural. A paisagem natural é notavelmente marcada pela presença da linha de recifes, promontórios, diversidade de fauna e flora, o mar, a baía, os rios e estuários, cuja beleza singular pode ser apreciada e contemplada a partir dos diversos mirantes naturais existentes.

Por outro lado, a paisagem cultural é caracterizada pelos traçados dos caminhos históricos e atuais, pela Vila de Nazaré, pelas ruínas e construções militares que compõem uma linha estratégica de defesa da costa nordestina, representando marcas significativas do processo de formação da cultura brasileira durante o período colonial. A paisagem cultural dessa região é detentora de valores especiais e pode ser considerada como um documento, um grande arquivo, da história natural e humana.



### Imagem 24

**Arquitetura típica da cultura local: Ateliê do Artista.**

Construída com as técnicas rudimentares populares, o Ateliê do Artista figura como promotor da arte e cultura local tanto para os turistas quanto para os residentes da Vila de Nazaré, legando a história dos antepassados às futuras gerações.

Fonte: Acervo pessoal, 2023

### Imagem 24

**Arquitetura típica da cultura local: Museu do Pescador.**

Situado na histórica Vila de Nazaré, no município do Cabo de Santo Agostinho, é um pequeno museu temático, implantado numa edificação histórica, que retrata uma das principais atividades da região: a pesca.

Fonte: Acervo pessoal, 2023.



### Imagem 24

**Arquitetura típica da cultura local: Escola Municipal Vicente Yañez Pinzón.**

A instituição de educação básica fica na histórica Vila de Nazaré, no município do Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco e oferece aulas para a população local desde a educação infantil até o ensino fundamental 1. Implantada em edificação histórica com traços mais simples, remetendo ao estilo maneirista pela composição das esquadrias, empenas e cores.

Fonte: Acervo pessoal, 2023



De acordo com Barreto (2007),

A Vila de Nazaré, o Cabo de Santo Agostinho e a baía de Suape formam um sistema estruturado de relações visuais, espaciais, simbólicas, funcionais e ambientais, que deve ser mantido coeso, entendido e gerenciado como uma unidade: a unidade da paisagem (BARRETO, 2007, p. 32).

A paisagem costeira e submarina, devido às suas características naturais e à sua relevância como referência histórica e cultural, tanto nacional quanto internacionalmente, é digna de ser considerada como uma paisagem cultural a ser incluída no patrimônio mundial. Seu valor transcendente, que abrange aspectos naturais e culturais, a torna merecedora de reconhecimento e preservação em nível global.

As paisagens deslumbrantes, compostas harmoniosamente pelos elementos aquáticos, pela fauna, flora e pelas formações rochosas, são verdadeiramente encantadoras e devem ser preservadas para as gerações futuras. O valor desses bens não se limita apenas à sua aparência visual e material, também está ligado a outras sensações e significados experimentados pelo observador durante sua contemplação. São experiências sensoriais e simbólicas que enriquecem a percepção e a apreciação desses ambientes.

### Imagem 25

*Simbiose entre a paisagem construída e natural.*

A paisagem construída se faz natural a partir do momento em que não se consegue distinguir entre o objeto natural e o construído, sendo ambos elementos coexistentes em um mesmo ecossistema, carregando consigo, entretanto, sua marca sem sobrepor-se.

Fonte: Acervo pessoal, 2023



#### 3.3.4 Valor geológico

A paisagem local é composta por duas formações distintas: a baía de Suape e o Cabo de Santo Agostinho. A baía de Suape caracteriza-se como uma planície costeira estuarina, com a presença de lagoas costeiras separadas do Oceano Atlântico por um cordão dunar. Nessa área, podem ser encontrados diversos vestígios geomorfológicos do período quaternário, relacionados ao processo de transgressão marinha ocorrido após o período ótimo climático, aproximadamente 10.000 anos atrás (NETO et al., 2003 apud BARRETO, 2007, p. 33).

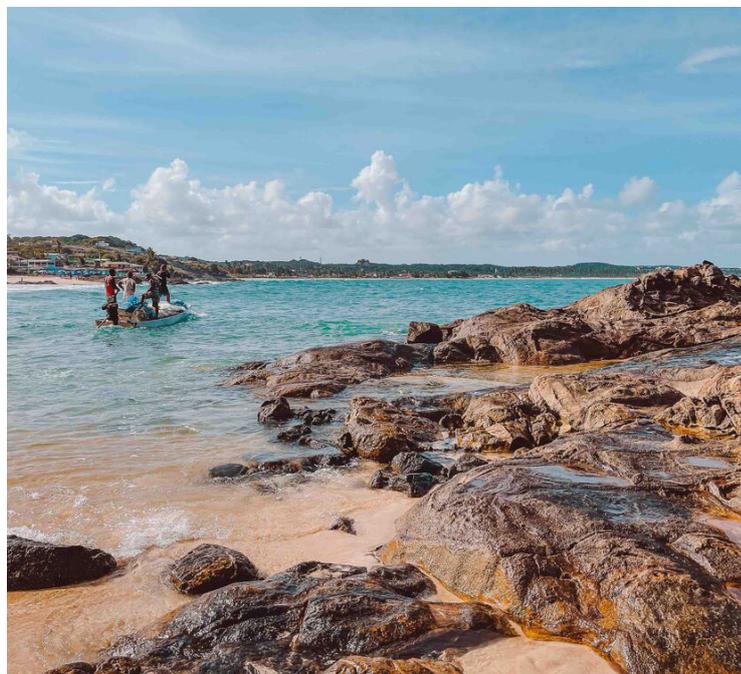
De acordo com pesquisas, na região do Cabo de Santo Agostinho, encontra-se uma formação rochosa semicircular de aproximadamente 4km<sup>2</sup> de área exposta. Essa formação, conhecida como Granito do Cabo, é considerada o único exemplar de rochas graníticas da era cretácea em todo o Brasil. Pertencente às rochas ígneas da província magmática do Cabo, o granito é resultado da intensa atividade magmática que ocorreu na região há cerca de 102 milhões de anos (NASCIMENTO, 2006, p.2).

## Imagem 26

*Formações rochosas do Cabo de Santo Agostinho: Praia do Paraíso e Pedra do Xaréu, respectivamente.*

O granito do Cabo, como são conhecidas as formações rochosas presentes nesta região, são famosas pelo fato de serem remanescentes da separação do mega continente Gondwana, resultando nos continentes americano e africano.

Fonte: Acervo pessoal, 2023



Além disso, conforme mencionado por outros autores (Sial, 1976; Vandoros & Valarelli, 1976; Sial et al., 1987), acredita-se que o Granito do Cabo esteja relacionado aos estágios finais do processo de separação continental entre a América do Sul e a África, que juntos formavam o megacontinente Gondwana (NASCIMENTO, 2006, p.3).

Essa região possui um grande potencial para o desenvolvimento de atividades como o Geoturismo, que se baseia em princípios científicos e sustentáveis, com o objetivo de promover a conservação do patrimônio geológico. Atualmente, esse patrimônio encontra-se ameaçado devido à falta de conhecimento sobre sua real importância.

### 3.3.5 Valor imaterial

Conforme mencionado na Declaração do México (1985), a cultura engloba o conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e afetivas que distinguem uma sociedade e um grupo social.

De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), o termo “patrimônio cultural imaterial” refere-se às práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que são reconhecidos pelas comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos como parte integrante do seu patrimônio cultural.

O que se compreende como patrimônio cultural na região do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e baía de Suape, está abundantemente imbuído

de significados simbólicos para a população, servindo como referência de memória e representação de modos de vida que têm suscitado um sentimento de identidade e continuidade.

A estrutura funcional da Vila de Nazaré, por exemplo, mantém-se praticamente inalterada, quando comparada aos registros cartográficos históricos da época da colonização do Brasil, em termos de uso do solo, dimensões das propriedades, traçados e acessos. Esse fato simboliza a continuidade, ao longo das gerações, da relação da população local com o seu ambiente, natural ou construído, preservando suas tradições e crenças e consolidando uma cultura tradicional popular. Essa cultura é expressa por meio de celebrações, práticas sociais, rituais e outros eventos festivos (BARRETO, 2007, p. 34).

A preservação dessa escala de relação e interação entre a população local, o espaço físico e sua cultura desempenha um papel fundamental na transmissão da paisagem como um patrimônio universal para as futuras gerações. No entanto, quando se trata da realização de eventos de grande porte na Vila de Nazaré, é necessário estabelecer previamente um planejamento espacial para evitar usos inadequados ou incompatíveis com o local. Isso garante a proteção e integridade do sítio.

## Seção

### 4.1 Intervenções em ruínas e outros projetos em preexistências

- *Reabilitação de taberna romana no mercado do Fórum de Trajano*
- *Caminhos para o Forte de Santo Antônio de Noronha*
- *Percurso para o mirante das antigas minas de gesso de Iqualda*

### 4.2 A paisagem como mote de projeto

- *A intervenção na paisagem natural*
- *Um percurso para o velho farol*

## SOB A LUZ DO VELHO FAROL

Esta seção aborda uma série de questões sobre intervenções em ruínas e outros projetos em preexistências que retratam a relação entre passado e presente. Desde a reabilitação de uma taberna romana no Mercado de Trajano até os caminhos traçados para o Forte de Santo Antônio, em Fernando de Noronha, destaca a paisagem como o cerne de inspiração para esses empreendimentos.

Neste contexto, apresenta também a intervenção proposta para as ruínas da Casa do Faroleiro, objeto de estudo deste trabalho, que exemplifica a maneira como essas iniciativas não apenas preservam o patrimônio cultural, mas também proporcionam uma experiência rica e significativa para as gerações atuais e futuras. Analisa, acima de tudo, como esses projetos entrelaçam história, cultura e natureza, proporcionando um olhar instigante sobre a capacidade da arquitetura e do desenho urbano de unir o passado e o presente em harmonia.

# 4.1

**Intervenções em ruínas  
e outros projetos em preexistências**

**AS INTERVENÇÕES EM** ruínas e demais projetos em pre-existências têm se tornado cada vez mais relevantes no contexto brasileiro, configurando “um profícuo campo de experimentações, aplicações de métodos, práticas e digressões teóricas referentes ao patrimônio edificado” (RODRIGUES, 2018). Ruínas representam vestígios tangíveis de um passado histórico e cultural, e sua conservação e valorização são fundamentais para preservar a identidade e memória coletiva de uma sociedade. Desta forma, a reutilização de espaços abandonados promove o desenvolvimento urbano sustentável, tendo em vista a revitalização de áreas degradadas, em detrimento de novas construções.

Os desafios frente à conservação do patrimônio cultural são constantemente renovados e, no Brasil, têm se manifestado de maneiras cada vez mais evidentes. Desde a preservação de arquiteturas que compõem sítios arqueológicos, até a recuperação de bens edificados em estado avançado de deterioração, o debate contemporâneo tem figurado como mediador para a preservação da materialidade e da memória destas obras.

A complexidade que envolve o tratamento de bens arquitetônicos danificados gera uma série de questionamentos, uma vez que a ruína, em sua essência, contradiz os propósitos finais da preservação. O que pode ser entendido como ruína? Em que medida as marcas da destruição são incorporadas às propostas de intervenção nesses bens? Quando da experimentação das práticas de restauro em bens arruinados, projetistas e técnicos se lançam na busca por novas abordagens que valorizem cada vez mais estes objetos.

Um exemplo notável de intervenção em ruínas é o projeto de reabilitação do Mercado do Fórum de Trajano, em Roma, realizado pelo escritório Labics, em 2004 (GONZÁLEZ, 2021). Esse antigo complexo arquitetônico, datado do século II, passou por um processo cuidadoso de restauração que preservou a grandiosidade e autenticidade de suas estruturas originais. O projeto possibilitou a abertura do local para visitação pública, proporcionando uma experiência imersiva na história romana e tornando-se um importante ponto turístico e cultural da cidade.

No Brasil, destaca-se o projeto para o Forte de Santo Antônio, em Fernando de Noronha, desenvolvido pelo Consórcio Forte, em 2022 (BARBOSA, 2022). As ruínas se erguem sobre uma pedra, com paredes solitárias e arcos cativantes contam a história de uma fortaleza do século XVIII, outrora imponente com canhões e edifícios. Hoje, essas ruínas oferecem um cenário pitoresco, onde o passado e o presente se fundem em um local sereno e evocativo, convidando os visitantes a imaginar tempos passados enquanto admiram a vista do Porto de Santo Antônio e suas embarcações coloridas.

Outro exemplo notável é o projeto para criação de um percurso cultural nas antigas minas de gesso de Igualda, na Espanha, desenvolvido pelo escritório Battleiroig, em 2018 (SANTIBAÑEZ, 2018). O projeto se insere no esquema mais amplo do Anel Verde de Igualada, cujo objetivo é gerar uma série de intervenções com espaços de permanência para pedestres e ciclistas em forma de cintura verde em torno do perímetro da cidade. Esta nova infraestrutura de mobilidade sustentável pretende conceber um sistema de parques e espaços abertos periurbanos que funcionem como uma rede adequada a atividades de lazer, adaptando e recuperando, em grande parte, espaços atualmente degradados ou subutilizados.

Fica claro, portanto, que as intervenções em ruínas e outros projetos em preexistências desempenham um papel fundamental na preservação do patrimônio

cultural, estimulando a criatividade e a inovação. Ao respeitar a identidade e memória coletiva destes espaços, as intervenções proporcionam uma conexão entre passado e presente, agregando valor cultural, social e econômico.

#### 4.1.1 Reabilitação de taberna romana no mercado do Fórum de Trajano.

O projeto realizado no Mercado do Fórum de Trajano compreende duas intervenções de naturezas distintas: a primeira foca na reabilitação de um estabelecimento de hospedagem histórico situado na Via Biberatica; já a segunda se debruça na implementação de uma nova via exclusiva para pedestres ao longo do Fórum de Trajano, adjacente à antiga rota de Campo Carleo, a qual serve como referência imediata para o presente trabalho.



#### Imagem 27

*Fórum de Trajano*. 2004. Por Marco Cappelletti.

Fonte: ArchDaily, 2021.

Segundo o escritório Labics (apud GONZÁLEZ, 2004), a primeira intervenção, cujo projeto se volta para a reabilitação da taberna, engloba não apenas a restauração das antigas paredes romanas, mas também a reconstrução das superfícies ausentes em todos os espaços, além de algumas intervenções pontuais necessárias para assegurar a continuidade e eficiência dos ambientes. Uma parte fundamental desse empreendimento foi a definição de uma linguagem que estabelecesse uma comunicação com a história do monumento, bem como com sua materialidade e espacialidade.

A construção da nova passarela em direção ao Campo Carleo reconstituiu um trajeto ancestral que conectava o Fórum ao bairro de Suburra. A imponente parede que outrora abrigou essa rota primordial detém um valor arqueológico singular, ao servir como a divisória entre o Fórum de Augusto e o Mercado de Trajano. Nesse sentido, o propósito era assegurar que a nova estrutura mantivesse sua autonomia e estivesse nitidamente apartada do contexto subjacente. A recém-erigida passarela, assim, foi concebida com distintas características materiais, estruturais e formais, com o intuito de ser considerada como um elemento independente em contraste com a trama romana preexistente.

A passarela segue a antiga parede, mas se destaca dela, estabelecendo uma relação íntima e sutil entre o novo e o antigo. Construída em aço corten, a passarela se mistura com as tonalidades das antigas paredes romanas, como pano de fundo, enquanto sua contemporaneidade discreta expressa nos cabos de aço garantem a primazia de vistas em perspectiva de todo o local.



**Imagem 28**

*Via peatonal entre o Mercado e o Fórum de Trajano*

Fonte: ArchDaily, 2021.



**Imagem 29**

*Detalhe da implantação da passarela.*

Fonte: ArchDaily, 2021.



### Imagem 30

*Relação novo-antigo na composição.*

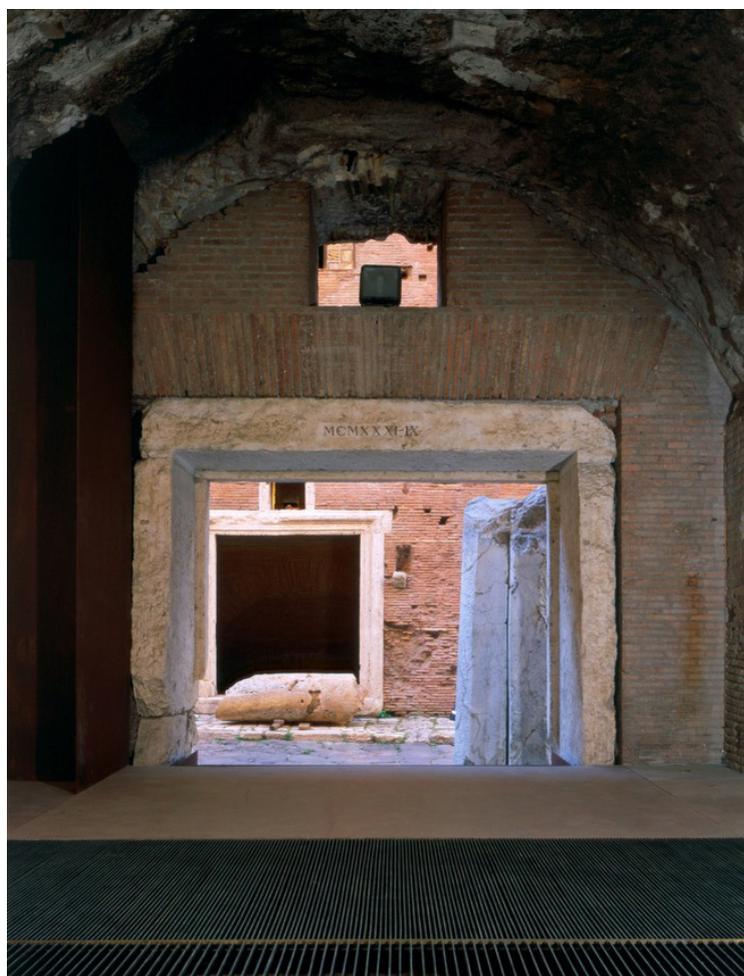
Fonte: ArchDaily, 2021.



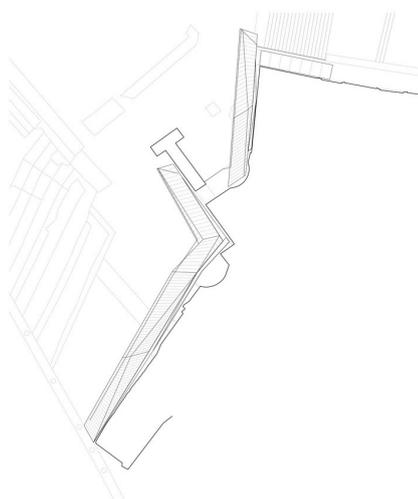
### Imagem 31

*Vista interna do Mercado de Trajano.*

Fonte: ArchDaily, 2021.



Neste sentido, para a Vila de Nazaré, região de interesse para o presente trabalho, se faz necessária a construção de um percurso que minimize as condições adversas da natureza selvagem, oferecendo livre acesso para todo tipo de usuários, desde a entrada dos limites da vila até os alicerces do velho farol. Tomando como referência o projeto para o Fórum de Trajano, é possível estabelecer uma relação de equilíbrio entre a natureza e a arquitetura proposta, levando em consideração questões como cores, texturas, desníveis para que o destaque permaneça nas preexistências.



### Imagem 32

*Planta baixa do projeto.*

Fonte: ArchDaily, 2021.

#### 4.1.2 Caminhos para o Forte de Santo Antônio de Noronha

O projeto de acessibilidade às Ruínas da Fortaleza de Santo Antônio é uma fusão impressionante de história, arquitetura e beleza natural. A localização estratégica da fortaleza, posicionada sobre uma pedra com vista para o Porto de Santo Antônio, cria um cenário espetacular que combina a grandiosidade do oceano com a imponência das ruínas do século XVIII.



### Imagem 33

*Vista das ruínas do Forte de Santo Antônio (Morro de Fora, ao fundo).*

Fonte: Barbosa, 2022.

A construção em formato trapezoidal e a presença de oito canhões e dois edifícios sugerem a importância militar e defensiva da fortaleza em seu auge. Apesar de hoje restarem apenas arcos e paredes solitárias, esses vestígios oferecem aos visitantes um vislumbre do passado e incentivam a imaginação a evocar as épocas em que a fortaleza atuava como barreira protetora da ilha.



### Imagem 34

*Vista da Baía de Santo Antônio.*

Fonte: Barbosa, 2022.

A interação entre o ambiente natural e as estruturas em ruínas cria um contraste visual intrigante, onde os barcos coloridos do porto e a beleza do oceano funcionam como pano de fundo para a história que se desenrolou nas pedras desgastadas. O projeto encabeçado pelo Consórcio Forte, aprovado pelo Iphan, para o reduto de Santo Antônio de Fernando de Noronha, viabiliza o acesso às ruínas do Fortim, respeitando, contudo, sua delicada situação. A presença de elementos como o chão de terra batida, cercas que guiam os caminhos, bem como demais construções nas proximidades, acrescenta um elemento de charme e espiritualidade à paisagem.



**Imagem 35**

*Detalhe da vista da baía e forte de Santo Antônio.*

Fonte: Barbosa, 2022.

A inclusão de informações históricas sobre a construção da fortaleza seus arquitetos e o contexto em que foi erguida, demonstra um esforço para oferecer um contexto mais profundo para os visitantes. Seguindo o exemplo desta intervenção, vale ressaltar a importância da marcação dos elementos-chave da paisagem na proposta deste trabalho, por meio da comunicação visual, espaços de descanso e estar. A sugestão de atividades, como tirar fotos sob os arcos e explorar os arredores para descobrir outras atrações, evidencia uma abordagem de turismo holística.



**Imagem 36**

*Ruínas do Fortim.*

Fonte: Barbosa, 2022.



**Imagem 37**

*Parede das ruínas do forte.*

Fonte: Barbosa, 2022.



**Imagem 38**

*Artilharia no entorno do forte.*

Fonte: Barbosa, 2022.

Fica claro, portanto, a importância do projeto para as Ruínas da Fortaleza de Santo Antônio, que não apenas preserva uma parte significativa do passado, mas também permite que os visitantes mergulhem na história e na paisagem deslumbrante. A combinação de elementos históricos, arquitetônicos e naturais cria uma experiência rica e envolvente que atrai tanto os entusiastas da história quanto os amantes da natureza, oferecendo uma visão única das interações entre o homem e o ambiente natural ao longo do tempo.

#### 4.1.3 Percurso para o mirante das antigas minas de gesso de Igualda

O projeto faz parte de um plano mais abrangente chamado Anel Verde de Igualada, na Espanha, cujo objetivo é estabelecer uma série de trajetos para pedestres e ciclistas em forma de cinturão verde ao redor da cidade. Essa nova infraestrutura de mobilidade sustentável tem como propósito criar um sistema de parques e espaços abertos nos arredores urbanos, formando uma rede adequada para atividades de lazer ecologicamente conscientes.

#### Imagem 39

*Vista do percurso para o mirante das antigas minas de gesso de Igualda, Espanha.*

Fonte: ArchDaily, 2018.



O projeto busca revitalizar e reutilizar, em grande parte, áreas atualmente degradadas ou subutilizadas. Nesse contexto, o Camí de les Guixeres, o caminho que proporciona acesso às minas, representa a restauração de um trecho de 1,65 quilômetros, dos quais os primeiros 800 metros já foram concluídos.

O projeto abrange dois objetivos centrais: um deles concentra-se no aprimoramento da conectividade, visando assegurar a coesão do empreendimento em escala urbana. O segundo conjunto de metas visa a restauração da paisagem e da biodiversidade, estabelecendo os elementos essenciais para instigar uma nova dinâmica no local, gradualmente elevando suas condições ambientais por meio da gestão hídrica. Nesse contexto, a proposta delinea um segmento característico composto por três zonas claramente distintas (areia granítica, concreto luminescente e concreto liso), adaptando-se às variadas configurações do percurso.



#### Imagem 40

*Vista superior do projeto.*

Fonte: ArchDaily, 2018.



### Imagem 41

*Relação de composição entre os materiais.*

Fonte: ArchDaily , 2018.

Ao abordar os desafios presentes na área, o projeto também busca maximizar seu potencial de desenvolvimento. Neste sentido, analisando a fundo o projeto, percebe-se seu potencial de replicação para outras regiões cuja paisagem natural predomina. Para o presente trabalho, interessa refletir sobre os aspectos de concepção do percurso que oferece acesso aos recursos naturais, se utilizando de mirantes, áreas de descanso, bem como a marcação do piso ao longo de todo o trajeto.

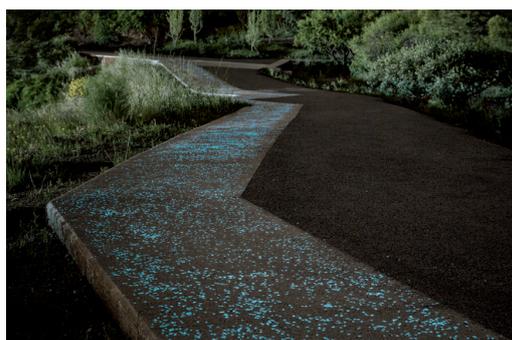
A faixa central, composta pela trilha principal em areia granítica, assegura a continuidade do Anel Verde. Esta trilha, que tem aproximadamente três metros de largura, segue em grande parte o traçado original. Complementando-a, encontra-se uma segunda faixa, configurada como um mirante linear com vista panorâmica para a cidade de Igualada. Esse mirante é concretizado através de uma faixa pavimentada, que possui 1,2 metros de largura e segue ao longo da extremidade da trilha, oferecendo vistas diretamente relacionadas. A superfície é feita de pavimentação resistente, aprimorando a acessibilidade da trilha. Adicionalmente, o concreto empregado contém agregados luminescentes, proporcionando uma visibilidade aprimorada durante o entardecer, ao liberar a energia solar captada ao longo do dia na forma de luminescência.



#### Imagem 42

*Vista do passeio ao mirante das antigas minas de gesso.*

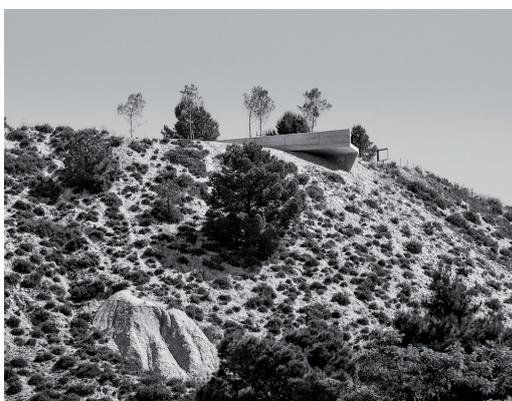
Fonte: ArchDaily , 2018.



#### Imagem 43

*Detalhe do material utilizado (Concreto fotoluminescente).*

Fonte: ArchDaily , 2018.



#### Imagem 44

*Vista do mirante.*

Fonte: ArchDaily , 2018.

# 4.2

A paisagem como mote de projeto

**AO LONGO DO** processo de criação do projeto de arquitetura, da escala da casa à escala da cidade, se faz necessária a completa leitura e posterior compreensão do objeto o qual se pretende intervir, ou seja, compreender as camadas que o compõem, sejam estas históricas, paisagísticas, arqueológicas ou de natureza imaterial. Acerca do pensamento crítico na construção de um discurso traduzido em desenho na cidade e para a cidade, se destacam as contribuições dos paisagistas Gordon Cullen (1961) e Jean Marc Besse (apud LOPES, 2022).

Gordon Cullen, arquiteto britânico e autor da obra “Paisagem urbana” de 1961, se tornou referência nos estudos da paisagem devido às suas contribuições no campo do desenho urbano. Ele defendia que a qualidade das cidades deveria ser medida pela experiência visual e emocional dos habitantes e visitantes, em vez de ser apenas um produto que deveria oferecer funcionalidade e eficiência. Ele argumentava que a beleza, a identidade e o caráter das cidades são vitais para o bem estar da sociedade.

Uma das principais ideias apresentadas por Cullen é a importância da “visão serial”. Ele argumentava que o modo como as pessoas experimentam uma cidade enquanto caminham ou dirigem por ela é crucial para sua apreciação e compreensão. Cullen explorou como a disposição de edifícios, espaços públicos, ruas e detalhes arquitetônicos podem criar uma sequência visual agradável e interessante, envolvendo o observador e criando uma sensação de surpresa e descoberta ao longo de um percurso.

Além disso, o autor também explorou a importância da escala humana no desenho da cidade, destacando como elementos a proporção, textura, cor e luz, e como estes podem influenciar a maneira como as pessoas se relacionam com o ambiente construído. Cullen defende a ideia de que o desenho urbano deve ser voltado para as necessidades e experiências das pessoas, buscando criar ambientes que sejam visualmente atraentes, intuitivos e emocionalmente envolventes.

Já o filósofo francês Jean Marc Besse, em sua obra “O gosto do mundo: exercícios de paisagem”, de 2014, se aprofunda no conceito de paisagem como sendo um elemento complexo do pensamento contemporâneo, dotado de expressões significativas intrínsecas à natureza humana, tais como: cultura, sociedade, arte, meio ambiente natural e construído bem como a subjetividade de um grupo social.

Para Besse, a paisagem é uma interpretação mais geral sobre a sociedade e está sujeita às técnicas e aos diferentes suportes de percepção, como a fotografia, o cinema, o vídeo, mas também, o trem, o automóvel, o avião, que são capazes de deslocar o problema da representação da paisagem, definir os objetos paisagísticos e produzir afetos específicos.

É por essas novas percepções e pelo surgimento de novas categorias estéticas que o autor considera a importância de incorporar as ‘novas sensibilidades paisagísticas’, a uma abordagem que dê conta das relações entre, por um lado, o surgimento de ‘novos objetos paisagísticos’ e, de outro, a definição de ‘novos valores e normas paisagísticas’ (LOPES, 2022, p. 281).

Fica claro, portanto, que toda intervenção, independentemente de sua natureza ou escala, surge da reunião e perfeita absorção das abordagens teóricas relativas à paisagem, cabendo ao projetista o dever de descobrir algo que já existe como elemento chave na construção de um discurso que constantemente se renova. Para um diálogo coerente entre

arquitetura e natureza, tem de haver um equilíbrio entre o novo e o existente. A prática desta arte tem de dialogar com a sua inserção no local e, para que isto aconteça, deve existir um estudo aprofundado do lugar, e neste caso da paisagem, englobando a sua biodiversidade.

#### 4.2.1 A intervenção na paisagem natural

A arquitetura contemporânea reflete o papel fundamental que o ser humano possui nos tratos com a natureza. Para estabelecer um diálogo congruente entre a arquitetura e o ambiente natural, se torna necessário sustentar um equilíbrio entre os elementos inovadores e aqueles já presentes. A proficiência inerente a essa prática artística requer uma interlocução intrínseca com a contextualização local, onde, para essa confluência ser efetiva, demanda-se uma análise aprofundada da região, bem como da paisagem que a circunda, abarcando sua riqueza.

Ao intervir em uma paisagem mais delicada, não se faz necessário manter suas características distintivas intocadas; porém, deve-se considerar as consequências para o espaço a ser modificado, a fim de evitar alterações irreparáveis nos recursos disponíveis. A concretização de um empreendimento visualmente marcante não é incompatível com o respeito ao meio natural circundante. O contexto natural subjacente pode ser transformado em um ativo valioso por meio de intervenções, que possibilitam a concepção de variados conceitos e ideias. Dessa maneira, o local serve como ponto de partida, conferindo origem à obra arquitetônica e estabelecendo, assim, uma íntima inter-relação entre a arquitetura e a natureza.

A integração do objeto arquitetônico na paisagem apresenta certa ambivalência, visto que, por um lado, ela facilita, em muitos casos, a apreciação do espaço natural selvagem, mas, por outro lado, a construção nestas regiões pode comprometer a verdadeira essência do lugar (CUTIERU, 2020 apud MOUTINHO, 2022, p. 21). Portanto, ao reconhecer a presença da arquitetura na paisagem

natural, é imprescindível adotar medidas preventivas e considerar as implicações de modificar um ambiente desse tipo, levando em conta as características do entorno e seus recursos. É fundamental estabelecer limites para a exploração do ambiente natural, avaliar a necessidade da intervenção e determinar a abordagem a ser adotada.

Tomando a paisagem como mote de projeto, leva-se em consideração o estabelecimento de um diálogo que cria uma lógica de respeito e hierarquia entre espaço construído e natural, que se adapta ao lugar, seu contexto, tudo isso alinhado aos desígnios do arquiteto para o lugar (FURTADO, 2017 apud MOUTINHO, 2022, p. 22). Dessa forma, se faz necessário criar uma metodologia que esteja alinhada ao equilíbrio com a paisagem natural, guiando as decisões de projeto do início ao fim, sejam elas a correta definição do programa de necessidades, a integração da arquitetura na paisagem, bem como dar destaque ao elemento que se insere sem maiores prejuízos à natureza.

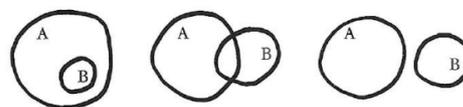
Para estabelecer um diálogo coerente, é essencial contar com um plano apropriado, assegurando que qualquer intervenção seja guiada por diretrizes claras. É de significativa importância incorporar um contexto histórico, cultural, arquitetônico e natural nos diversos cenários. A análise minuciosa dos variados componentes presentes na paisagem natural leva a intervenções apropriadas, garantindo assim um impacto mínimo sobre o meio ambiente.

Em resumo, a etapa inaugural da intervenção em na paisagem natural desempenha um papel crucial em relação aos possíveis impactos finais do projeto. Portanto, é nesse estágio que se torna imperativo estabelecer um programa, com o intuito de minimizar quaisquer efeitos adversos que possam surgir.

Segundo Francisco de Gracia (1992), existem três categorias base, que servem para classificar a intervenção em algo já existente e a produção de algo novo: inclusão, interseção e exclusão.

La relación con el mundo circundante no puede ser una operación de enmascaramiento o imitación; cuando existe esta, se trata de una signo de insuficiencia y debilidad cultural cuyos efectos no pueden ser sino negativos (GRACIA, 1992).

Segundo o autor, e de acordo com a representação esquemática fornecida em sua obra, torna-se possível compreender os conceitos subjacentes a cada tipo de relação. A relação de inclusão ocorre quando um elemento existente, identificado como A, compartilha todos os seus pontos com outro elemento B, sendo que o elemento B incorpora o elemento A. A relação de interseção se evidencia quando o elemento A, como entidade preexistente, engloba o elemento B, resultando em pontos em comum entre ambos, em que B introduz modificações. A relação de exclusão, por sua vez, é caracterizada pela ausência de pontos em comum entre os elementos A e B. Consequentemente, esses dois elementos estabelecem conjuntos de pontos distintos.



#### Imagem 45

*Relações de inclusão, interseção e exclusão, respectivamente.*

Conceitos apresentados por Francisco de Gracia, em sua obra “Construir en lo construído: la arquitectura como modificación”. Apresentam as relações intrínsecas entre o novo e o antigo nas composições contemporâneas.

Fonte: ArchDaily, 2018.

Ao estabelecer essas relações, torna-se mais fácil delinear estratégias para a integração de um projeto na paisagem natural. Conclui-se que a coesão de um projeto requer a presença das duas primeiras relações (inclusão e interseção), já que ambas compartilham pontos em comum e possuem alguma forma de conexão. Na relação de inclusão, a paisagem assume o papel do elemento A, enquanto o projeto arquitetônico se torna o elemento B. Aqui, a paisagem representa o existente que necessita de atenção especial, pois é um bem protegido (meio natural). O elemento B, ou seja, o projeto, é introduzido respeitando o elemento A e suas necessidades. Esse tipo de relação se torna a situação ideal para a abordagem em questão.

Por outro lado, na relação de interseção, não há uma adaptação completa do elemento arquitetônico à paisagem, resultando apenas em alguns pontos de compartilhamento. Embora não seja a relação ideal, também não é a pior, pois, mesmo não partilhando todas as características, existe alguma interação entre os dois elementos.

Por fim, o último tipo de relação, a exclusão, exemplifica o que não deve ocorrer quando um arquiteto intervém em uma paisagem natural. Nesse caso, a ausência de pontos em comum entre os elementos A e B indica a falta de harmonia. A probabilidade de o projeto não se integrar ao ambiente e, assim, causar um impacto negativo aumenta, o que não é desejável. Nas imagens seguintes, é possível compreender, através dos dois projetos, a manifestação das relações de inclusão e exclusão, conforme discutido.

Na primeira imagem, torna-se evidente a variedade de conexões entre a paisagem, representada por uma montanha rochosa, e o edifício: a harmonização das cores que se integram com o entorno, a forma discreta que não perturba a paisagem e até mesmo a disposição estratégica, onde pilares minimamente interferem com as rochas, entrando em contato direto somente com a montanha.



#### Imagem 46

*Exemplo da relação de inclusão: Allmannajuvet Zinc Mine Museum.*

Segundo Peter Zumthor, o equilíbrio depende da sensibilidade de cada arquiteto. Afirma: “Arrisco-me a dizer que cada um de nós sentimos imediatamente se a relação entre o edifício e a paisagem funciona, se a intervenção arquitetônica perturba ou enriquece a paisagem natural”.

Fonte: Andrea Cutieru, 2020.

Na segunda imagem, a disparidade entre o verde da vegetação e o edifício é marcante, pois as cores e as formas contrastam com a paisagem circundante. Pode-se concluir que o espaço da Ópera parece ter sido implantado no local sem uma busca pela conexão com o ambiente que o circunda. Além disso, a presença do edifício interrompe a continuidade visual da paisagem do rio, erguendo-se como uma barreira que fragmenta a coesão dos elementos na cidade.

## Imagem 47

---

### *Exemplo da relação de exclusão: Sydney Opera House.*

Há poucos prédios tão famosos como a Ópera de Sydney. O projeto arquitetônico foi concebido pelo arquiteto Jorn Utzon, na época um profissional desconhecido, que realizou alguns croquis simples que chegaram até a intrigar o júri pela simplicidade dos traços, mas o conceito apresentado de forma inovadora os convenceu.

Fonte: iHold, 2015.



A interação entre a arquitetura e a paisagem é forjada por meio das relações estabelecidas. É viável conceber um projeto arquitetônico singular, em sintonia com as particularidades do ambiente circundante. A seleção do local para a concretização do projeto assume uma importância crucial na concepção de um espaço.

O arquiteto, como figura central na elaboração do projeto, detém a capacidade de deliberar sobre sua intenção ao intervir na paisagem. A amplitude desse diálogo pode variar, apresentando distintos graus de intensidade. Especificamente em relação à paisagem natural, a abordagem ideal consiste em fomentar ao máximo esse diálogo. Independentemente das opções adotadas, todos os projetos têm a responsabilidade de levar em consideração o contexto circundante. Ainda que um projeto possa assumir uma característica distintiva, é sempre possível conceber uma evolução que coexista harmoniosamente com o meio natural.

Assim, pode-se optar por uma trajetória em que o projeto se destaque em relação à paisagem, assumindo protagonismo. Contudo, esse cenário por vezes se desvincula do entorno, subtraindo significado aos elementos naturais. Nesse contexto, as eventuais consequências, tais como a desconexão do projeto com a paisagem e a ausência de interação entre ambos, podem ser reconhecidas. Isso pode resultar na descontextualização do projeto e na inexistência de um diálogo eficaz com a paisagem.

Frequentemente, uma paisagem verde incorpora elementos de beleza singular que não são encontrados em outros espaços. Portanto, a intervenção nesses locais com essas características deve ser igualmente única e excepcional. Ao longo das estações do ano, uma paisagem natural passa por transformações, refletindo as mudanças da primavera, verão, outono e inverno. Essas variações se manifestam nas cores, densidade, fauna e flora, conferindo ao local uma qualidade mutável que é exclusiva daquele ambiente. Estas paisagens são espaços distintos, em constante meta-

morfose devido às suas particularidades.

*Construa em harmonia com a natureza e faça muito com pouco, observe e pense criticamente desde a primeira linha de um desenho. É melhor não construir de forma alguma do que construir em excesso! (MEISNER & MOLLER, 2015 apud MOUTINHO, 2022, p. 27). Tradução livre.*

A relação entre arquitetura e paisagem depende da busca pela harmonia e da combinação adequada dos vários elementos de ambas as partes que serão afetados. Essas ações contribuem para o desenvolvimento de um respeito pelo ambiente natural e reforçam a consideração dada a ele quando se antecipa uma modificação. Se esses aspectos forem cuidadosamente ponderados, especialmente nas fases iniciais do projeto, muitos problemas podem ser prevenidos, simplificando a trajetória tanto para o projeto quanto para a paisagem.

Ao criar um projeto em um ambiente natural, vários elementos merecem atenção, incluindo a cor e os materiais que influenciam a harmonia entre espaços. A cor, por exemplo, pode desencadear conflitos visuais entre o projeto e a paisagem, impactando significativamente a estética. Ao adotar cores da paleta já existente no local, o projeto se integra e se entrelaça de forma mais orgânica com os elementos da paisagem. Por outro lado, a escolha de cores divergentes do ambiente natural destaca o projeto, interrompendo a continuidade do cenário natural.

A seleção dos tipos de materiais segue a mesma premissa. Utilizar materiais que compartilhem semelhanças com a paisagem contribui para uma integração harmoniosa. As cores e texturas dos materiais escolhidos também desempenham um papel crucial na introdução de algo novo na paisagem natural. Portanto, optar por materiais mais rústicos e compatíveis pode minimizar o impacto visual no local.

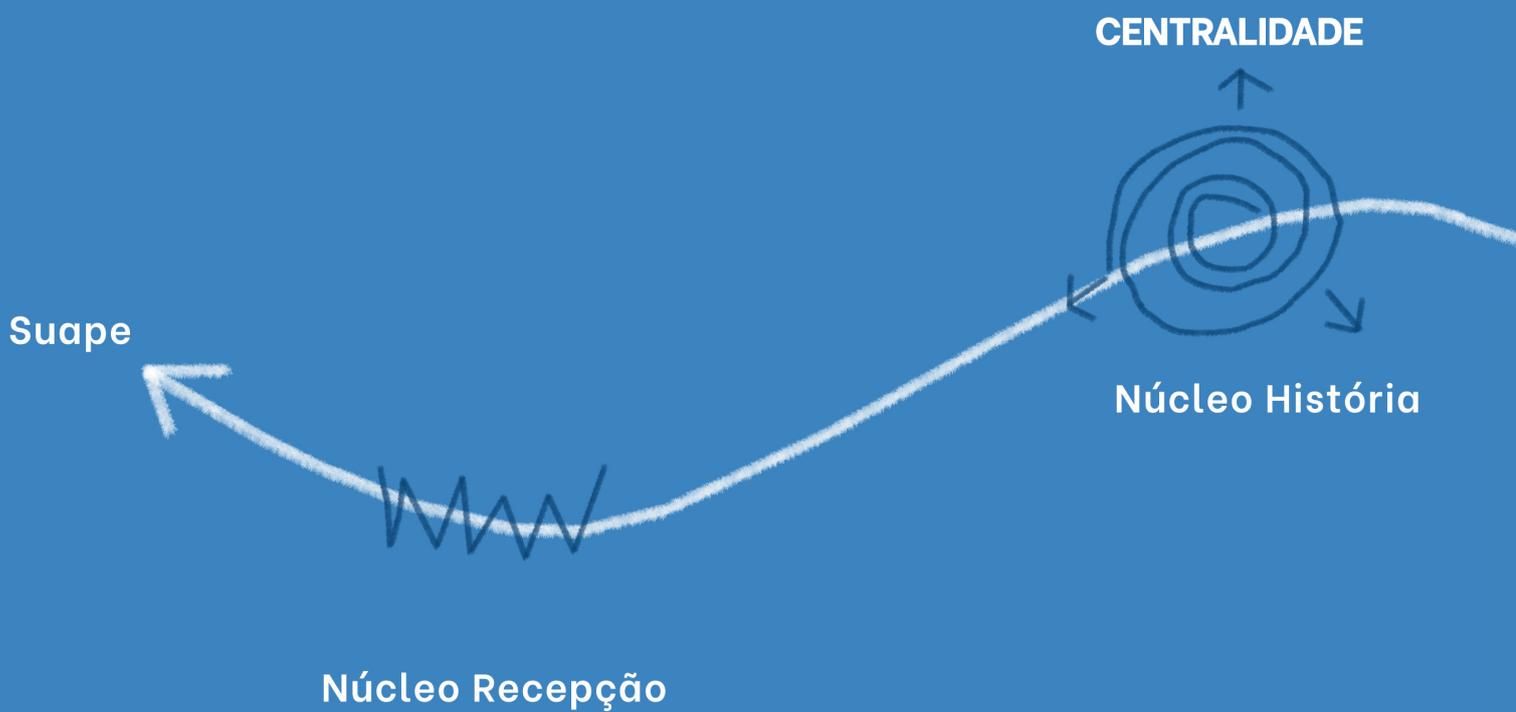
Resumindo, incorporar elementos que estejam em sintonia com as preexistências resulta em uma interpretação do projeto que é mais harmoniosa e coesa, em perfeita consonância com o ambiente circundante.

#### *4.2.2 Um percurso para o velho farol*

A partir da compreensão da perspectiva atual na qual as ruínas da Casa do Faroleiro, bem como a Vila de Nazaré e os demais bens culturais do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti estão inseridos, se torna possível avaliar as potenciais transformações na região, suas consequências para o sítio natural, a população local, turistas, organizações governamentais. Dá-se início à exploração do projeto, o cerne fundamental desta análise. De forma semelhante às demais escolhas que se desdobram ao longo do processo, essa fundamentação se apoia numa contínua e evolutiva discussão.

Retomando os conceitos abordados por Gordon Cullen em sua obra “Paisagem Urbana”, se inicia um percurso, de um extremo ao outro da “planta”, neste caso da região de estudo, com o propósito de revelar uma sucessão de pontos de vista, os quais guiam o transeunte por uma série de contrastes que têm grande impacto visual e dão vida ao percurso – visão serial (CULLEN, 1971, p. 19).

Mediante esse recurso que se torna possível o planejamento geral, em primeiro plano, tendo em vista a criação de um caminho que sirva de guia não somente para a Casa do Farol como destino final, mas também para o descortinar da paisagem pulsante que emoldura a arquitetura e vice-versa. Sendo assim, delimitou-se os pontos de interesse através da utilização de critérios próprios do que Cullen chama de visão seriada, tais quais privilégio, viscosidade, recintos, pontos focais dentre outros. Elencados os pontos principais do percurso desde a entrada da Vila de Nazaré até as ruínas do Farol, deu-se início ao processo de criação das diretrizes do que o projeto poderia ser.



#### Imagem 48

*Diagrama do conceito da intervenção.*

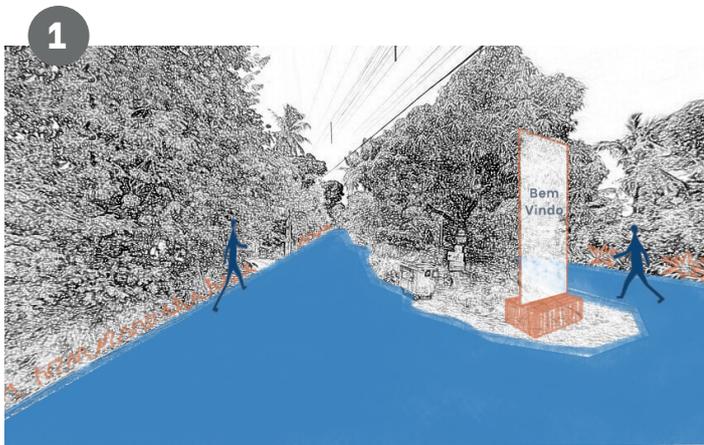
O projeto se pauta na criação de 4 núcleos temáticos, são eles: recepção, história, ambiente e cultura. Essa subdivisão está vinculada aos principais atrativos de cada área e facilita a criação de trajetos de visita que atendem a diferentes interesses dos turistas.

Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Núcleo Ambiente

Casa do Faroleiro

Núcleo Cultura



### ENTRADA DA VILA DE NAZARÉ

O percurso se inicia com a marcação dos elementos naturais e culturais, trazendo destaque a cultura local.



### EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS

Adiante se avistam algumas edificações históricas, de destaque na consolidação da Vila de Nazaré, a exemplo da edificação utilizada como Museu do Pescador.



#### ACESSO AO LARGO DA IGREJA

Aproximando-se da Igreja de Nossa S<sup>a</sup> de Nazaré, se avistam algumas edificações institucionais, bem como remanescentes.



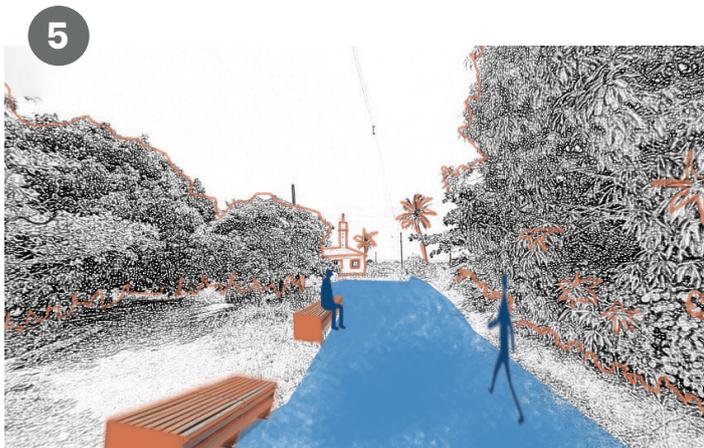
#### LARGO DA IGREJA DE NOSSA S<sup>a</sup> DE NAZARÉ

O largo da Igreja contempla toda a efervescência cultural e religiosa, que permanece como elemento de destaque até hoje.

### Imagem 49

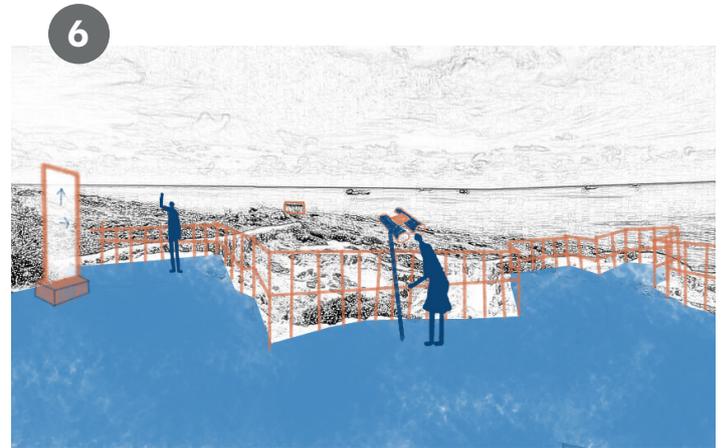
*Visão Serial - Vila de Nazaré*

Fonte: Acervo pessoal, 2023



#### ACESSO AO FAROL NOVO

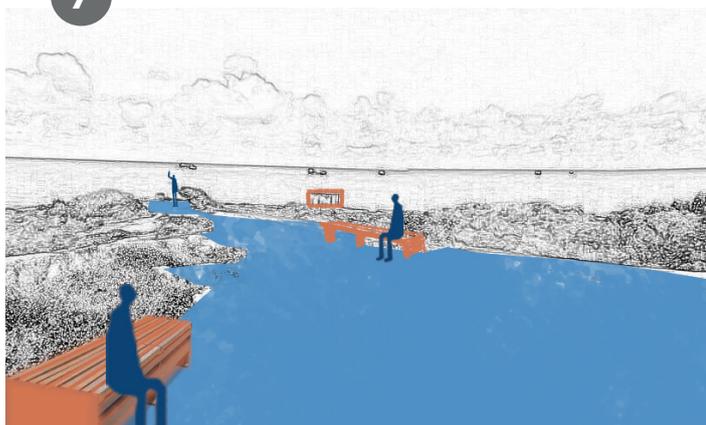
O caminho para o farol novo marca o início da área de interesse do projeto, consolidando o portal temporal entre o velho e o novo farol.



#### VISTA DAS RUÍNAS DO FAROL

É possível observar as ruínas da Casa do Faroleiro desde o farol novo, contemplando a composição quase simbiótica entre a natureza e a humanizada.

7



#### VISTA DAS RUÍNAS DO FAROL

Mirante natural que proporciona vistas paradisíaca do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho

8



#### RUÍNAS DA CASA DO FAROL

O percurso se encerra no elemento de destaque do trabalho, fazendo menção entre o passado e a contemporaneidade, destacando as preexistências.

Considerando as linhas de força do objeto de estudo, bem como do entorno imediato, foi possível perceber que o protagonismo da natureza natural, na sua forma mais primitiva e intocada deveria ser acentuado. Dessa forma, ao longo das visitas foi possível elencar trechos de destaque para a implantação de símbolos, com vistas a complementar a paisagem, no sentido de facilitar a leitura do lugar.

Setorizados os pontos de intervenção ao longo do percurso, precedeu-se os estudos de composição dos elementos, tomando como partida as escalas das edificações preexistentes. Segundo Cullen,

*A escala, tanto em edifícios como em estruturas e árvores, é dos instrumentos principais na arte da justaposição, [...] Escala não é dimensão, mas sim a dimensão que um edifício [ou a paisagem] reivindica, implicitamente, aos nossos olhos (CULLEN, 1971, p. 81). Grifo nosso.*

Outro ponto considerado ao longo dos estudos, foram às características do parque como um elemento único e ao mesmo tempo plural, tendo em vista seu potencial turístico devido aos atributos nas esferas paisagística, geológica, ambiental, histórica, religiosa e cultural, conferindo-lhe uma significativa importância regional. No entanto, sua infraestrutura restringe a experiência dos visitantes, pois geralmente não conseguem explorar a maioria dos atrativos devido à dificuldade de acesso e à ausência de sinalização, monitoramento e manutenção adequados.

Através de abordagens práticas e conexões com diferentes âmbitos da arte e arquitetura, foi observada a viabilidade de uma “evolução tipológica” por meio de processos de obsolescência e mutação em estruturas edificadas. Em outras palavras, identificou-se que edifícios em estado de declínio funcional podem, de fato, aspirar a uma longevidade material. Nessa dualidade, emergem novas possibilidades evolutivas de utilização na cidade contemporânea. Portanto, abordar uma utilização cuja perspectiva reflexiva torna-se um requisito essencial para a consistência de uma proposta de arquitetura que não distorce a paisagem.

## Imagem 50

### *Colagem do conceito da intervenção - Nazareth*

O projeto se traduz na busca por uma relação de equilíbrio entre a natureza natural, primitiva, e a natureza construída, sintética. Tendo em vista a relação de simbiose entre ambas, o que se pretende é criar um terceiro elemento que contenha tanto uma quanto a outra: a arquitetura da paisagem. Nesse sentido, busca-se destacar elementos importantes para a cultura local, entre o passado e o presente, para resgatar as vivências, potencialidades e protagonismo do Cabo de Santo Agostinho como condutor da efervescência cultural do Brasil.

Fonte: Acervo pessoal, 2023.



---

Assim, o conceito do programa emerge como uma visão de futuro relativamente abrangente: trata-se da arte de prever. Compreendendo o atual estado de degradação não só dos bens edificados do Parque, bem como de seus percursos e acessos, se reconhece que algumas atividades acabam por ser inviáveis, a exemplo da visitação, trilhas ecológicas, ou até mesmo o comércio local. Nesse sentido, a criação de um acesso, com condições de caminhabilidade, pavimentado e com elementos que potencializam a estadia do usuário nas dependências do Parque surge como peça fundamental da proposta de intervenção deste trabalho.

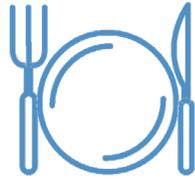
### **Imagem 51**

---

***Programa de necessidades da intervenção.***

Fonte: Acervo pessoal, 2023.

---



#### **BAR DO TEJU**

Espaço de estar com incentivo ao comércio local



#### **ATELIÊ DO ARTISTA**

Espaço de estar com fomento à cultura popular.



#### **RUÍNAS DA CAPELA VELHA**

Espaço de estar destinado à exploração da história e religiosidade



#### **IGREJA NOSSA SRª DE NAZARÉ**

Espaço de efervescência da vida pesqueira, festividades e turismo ecológico



#### **FAROL NOVO**

O início do trecho de interesse para o trabalho



#### **MIRANTE VILA VELHA**

Espaço de efervescência da vida pesqueira, festividades e turismo ecológico.



#### **RUÍNA DA CASA DP FAROLEIRO**

Espaço de estar destinado à reunião de pessoas e celebração da história do Cabo de Santo Agostinho

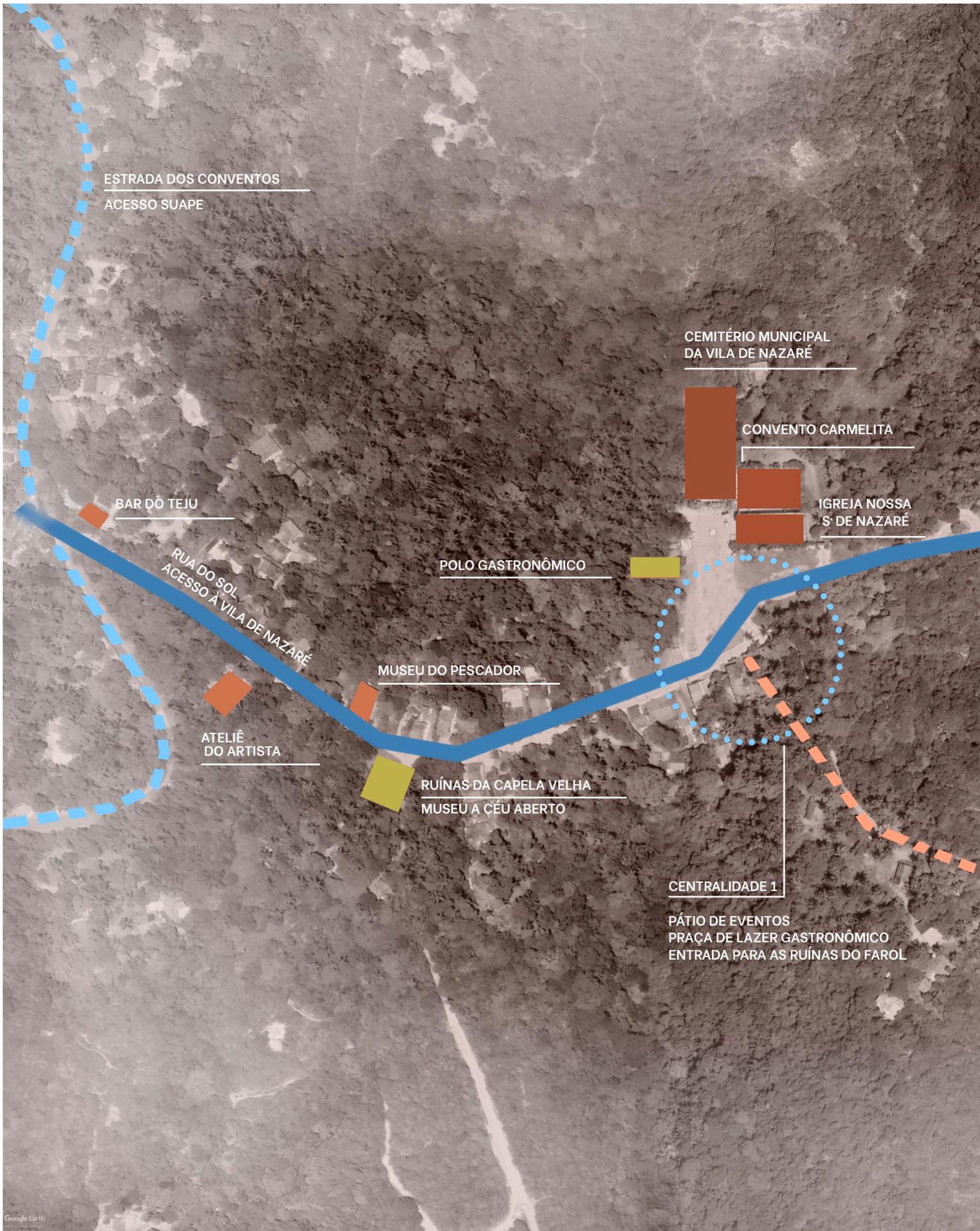
Vale destacar que as estratégias de conversão de uso – no caso das ruínas dos edifícios – são flexíveis e contemplam a eventualidade de futuros reajustes no programa, de forma que novas intervenções possam ser planejadas, tanto levando em conta as novas limitações da proposta como prescindindo delas.

Para atender as demandas do novo programa e, embasadas nas referências projetuais e teóricas apresentadas até o momento, são exploradas estratégias para a reintegração dos edifícios nos limites do Parque, num gesto de criar um sistema interconectado de atrações turísticas, no intuito de fomentar o turismo local, preservando o ambiente natural como peça de destaque. Isso é orientado pela construção de um fio condutor (o percurso) que se utiliza das estruturas existentes para criar os espaços de contemplação, passagem e permanência (URBANA, 2021).

A partir da avaliação de todas as possibilidades e da determinação da entrada principal, o trecho de estudo foi segmentado em quatro setores (Imagem 52). Essa subdivisão está vinculada aos principais atrativos de cada área e facilita a criação de trajetos de visita que atendem a diferentes interesses dos turistas. Os núcleos são: recepção, história, ambiente e cultura.

O núcleo de recepção serve como a praça de entrada do parque, de onde partem trilhas de diferentes níveis de dificuldade, um caminho para a circulação interna entre os bens culturais do Parque e espaços de contemplação da natureza. Esses trajetos atravessam mirantes, construções históricas, ruínas, fontes de água e piscinas naturais do parque, os quais constituem os demais setores. No entanto, esses percursos são, por si só, cativantes, oferecendo vistas espetaculares que ora se abrem para o Oceano Atlântico, ora para as formações geológicas, além da oportunidade de se engajar em atividades esportivas radicais como caminhadas e mountain bike.







### Imagem 52

#### Plano geral da intervenção

A intervenção se baseia no conceito de conexões, entre o novo e o antigo. Para isso, admite um eixo estruturador que permeia todas as edificações âncora (comércio, museus, ruínas etc) com o tratamento da paisagem natural, facilitando o acesso aos elementos de destaque do Parque. Além disso, são reforçados alguns acessos/trilhas para construções de destaque do Parque escolhidas como narrativas do projeto, a exemplo das ruínas da Casas do Faroleiro. Busca, acima de tudo, valorizar a região com vistas ao turismo ecológico sustentável e integrado ao planejamento urbano.

Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Os principais edifícios históricos do Parque compreendem o Forte Castelo do Mar, o Antigo Quartel, a Bateria de Calhetas e a Casa do Faroleiro. Este último, que outrora abrigava o responsável pelo farol da região, foi identificado como o principal edifício a ser restaurado e recebeu um novo propósito, com exposições que narram a história local. Apesar de sua forma simples, com apenas as paredes externas remanescentes, a Casa do Faroleiro possui um forte apelo devido à sua posição estratégica com uma vista privilegiada. Central no parque, é o ponto de encontro de todas as trilhas e núcleos. Para esse projeto, foi adicionada uma cobertura translúcida e passarelas que atravessam o edifício, alcançam o nível superior e se estendem para varandas em balanço, permitindo aos visitantes vivenciar a vista deslumbrante do pavimento superior.

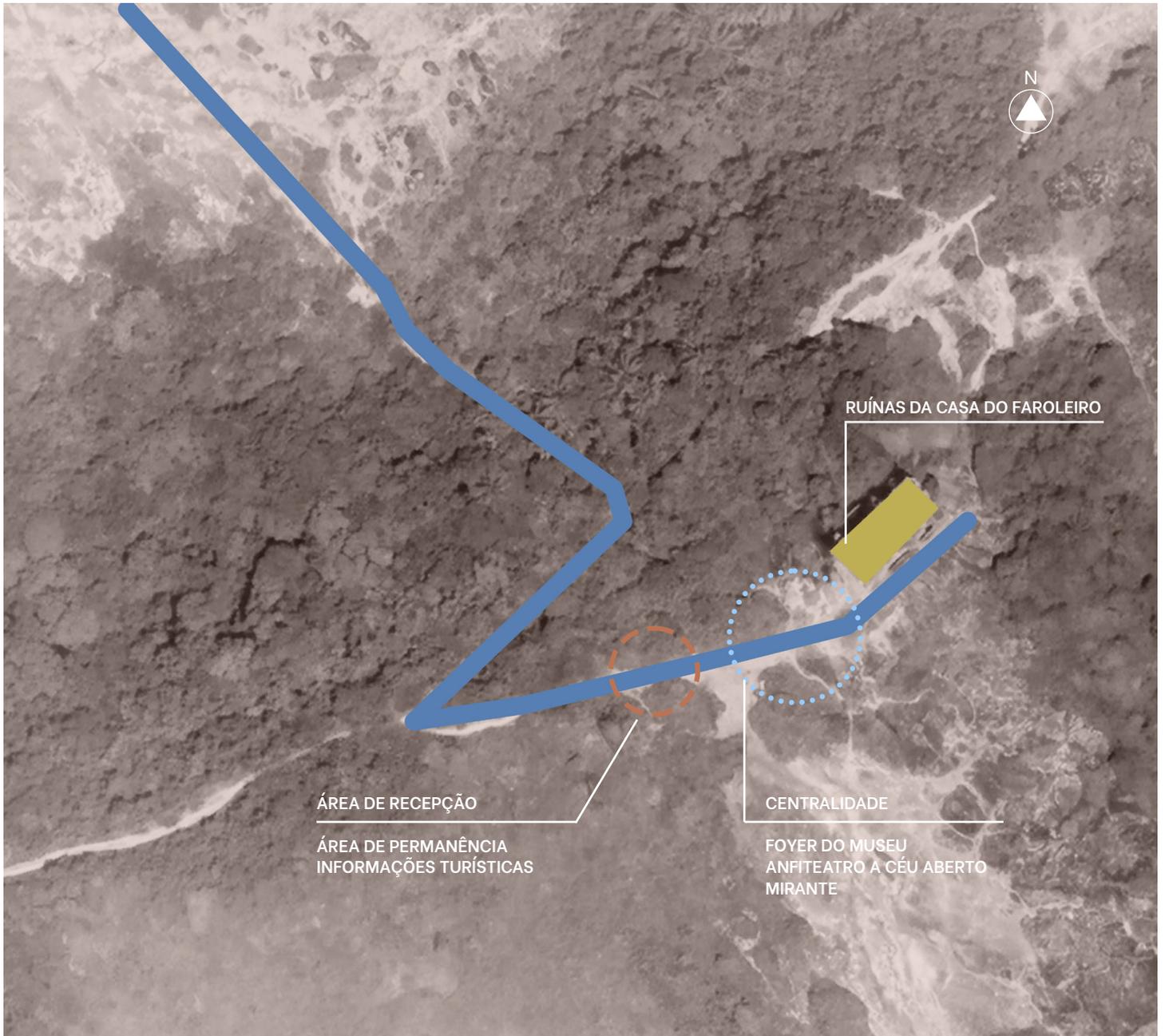
O projeto possui dois objetivos principais. Um deles concentra-se na ampliação da conectividade entre os bens do parque, buscando assegurar a sustentabilidade contínua das edificações, dando-lhes novos usos. Enquanto isso, o outro objetivo almeja a restauração da paisagem e da biodiversidade, estabelecendo os componentes essenciais para instaurar uma nova dinâmica na região, gradualmente aprimorando suas condições ambientais por meio da utilização eficiente dos recursos naturais. Nesse contexto, a proposta concebe um percurso distintivo que se desdobra em três faixas bem delineadas, adaptando-se às variadas situações do caminho. Assim, enfrenta as questões locais, ao mesmo tempo que desvenda seu potencial latente.

### Imagem 53

#### *Planta baixa da ampliação da intervenção*

Como elemento de destaque na narrativa do projeto, a Casa do Faroleiro recebe um tratamento especial, por ser um cartão postal da cidade. Em seu entorno, busca-se a criação de ambiências que facilitem o acesso, criem espaços de permanência e potencializem o caráter cultural deste monumento. Com a intervenção, pretende-se reconverter o uso das ruínas para um museu temático que conte a história da Vila de Nazaré, bem como a implantação de equipamentos para fotografia e um mirante.

Fonte: Acervo pessoal, 2023.



A faixa central, caracterizada pela pista principal em areia granítica, desempenha um papel crucial na manutenção da integridade do sítio natural. Com aproximadamente três metros de largura, ela segue em grande parte o traçado original do local, que, com seus aclives e declives, traz um ritmo descontraído para o usuário. Complementando essa pista encontra-se uma segunda faixa que se assemelha a um mirante linear, oferecendo vistas panorâmicas para as construções, bem como para o mar. Este mirante é concretizado por uma faixa pavimentada de 1,5m de largura, contornando a extremidade externa da pista e proporcionando um vínculo direto com as paisagens ao redor.

A superfície pavimentada é projetada com durabilidade, conferindo à pista uma acessibilidade aprimorada. Além disso, o material empregado, o concreto com acabamento polido, é enriquecido com agregados luminescentes, os quais aprimoram a visibilidade ao entardecer, irradiando a energia solar absorvida durante o dia sob a forma de luminescência.

A disposição dos mirantes ao longo do percurso, leva em consideração os pontos de referência proeminentes, a vegetação presente e as construções preexistentes. Isso resulta na expansão das áreas de repouso, as quais são aprimoradas pela adição de bancos alinhados. Conclusivamente, essa faixa também valoriza as vistas notavelmente magníficas do promontório do Cabo de Santo Agostinho a partir da elevação de alguns pontos, culminando em um ponto de observação final materializado como uma estrutura em balanço que se projeta sobre a vertente do promontório - o velho farol.

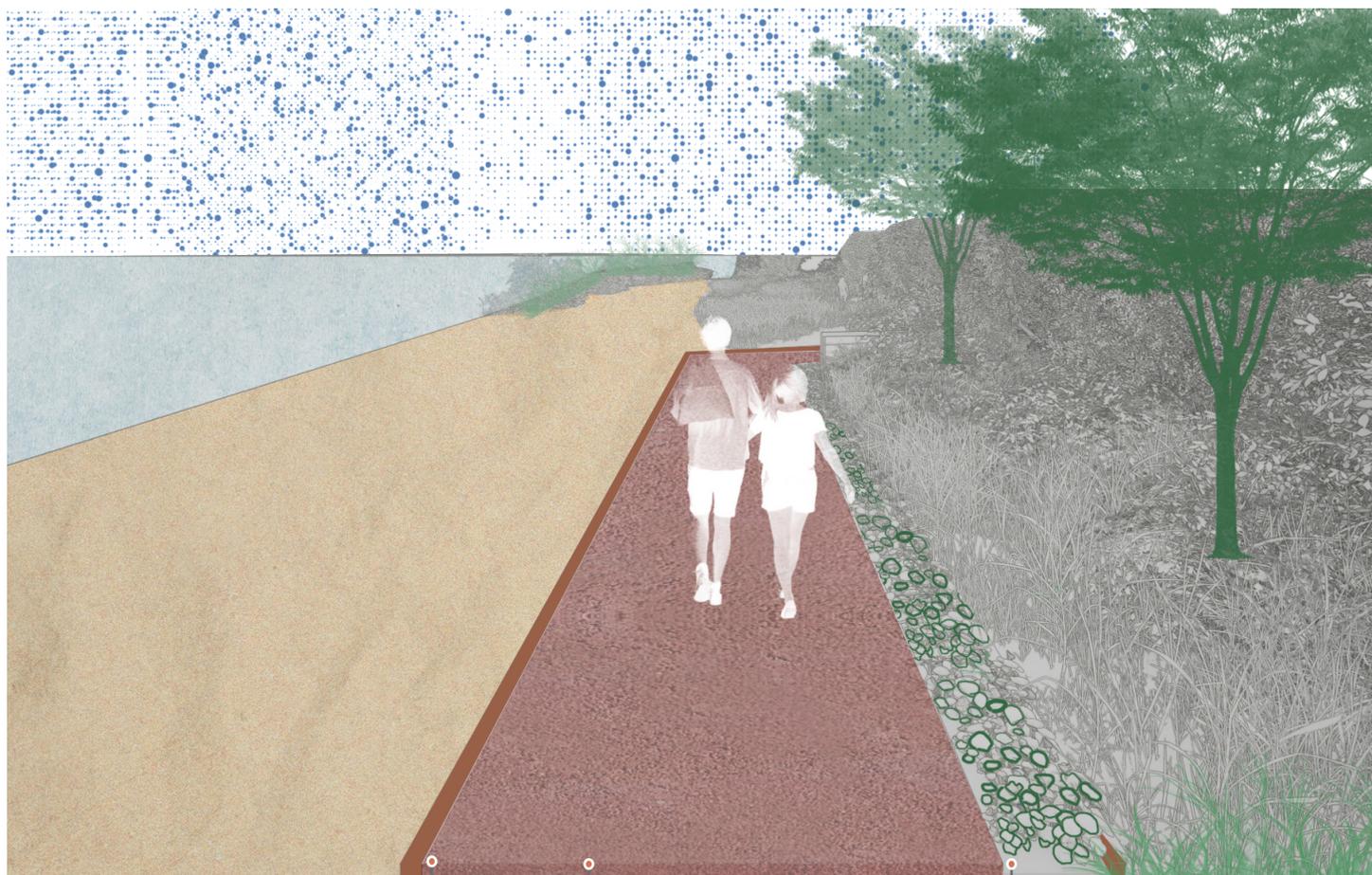
## Imagem 54

---

### *Corte esquemático da relação dos materiais utilizados*

Para facilitar o acesso às áreas de destaque do projeto, bem como seus atrativos, pretende-se utilizar materiais que ofereçam segurança ao caminhar, poucos desníveis, e espaços de contemplação e lazer. Nesse sentido, pretende-se utilizar o piso em fulget resinado na cor terracota mais o arremate em blocos de concreto na cor terracota para o eixo estrutural. Além disso, a implantação de jardins drenantes para auxiliar na drenagem das águas pluviais.

Fonte: Acervo pessoal, 2023.



**MEIO FIO**

ARREIMATE DO EIXO ESTRUTURAL FEITO EM BLOCO DE PISO INTERTRAVADO NA COR TERRACOTA

**EIXO ESTRUTURAL**

PISO EM FULGET RESINADO NA COR TERRACOTA, COM ESPESURA DE 10 CM DE ALTURA

**JARDIM DRENANTE**

ÁREA DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DE VEGETAÇÃO PARA AUXÍLIO NA DRENAGEM



## Imagem 55 à 58

### *Plano geral da intervenção*

Vistas do passeio para as ruínas da Casa do Faroleiro, trecho 1.

Fonte: Acervo pessoal, 2023.











## Seção

Considerações finais

Referências bibliográficas

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto a prática da preservação quanto a prática do restauro compartilham semelhanças, porém, apresentam igualmente nuances próprias e discrepâncias. O papel das circunstâncias locais, que se modificam conforme o cenário, exerce uma influência substancial na salvaguarda e manutenção do patrimônio cultural e, por conseguinte, na prática arquitetônica, superando quaisquer modelos ou padrões pré- estabelecidos.

No mundo globalizado, em constante e rápida evolução, a prática profissional no âmbito da conservação do patrimônio – seja pelo acadêmico ou pelo gestor público, encarregado das políticas de preservação – adquiriu um nível de complexidade ampliado, demandando atualização contínua, assimilação de conhecimento e experiência, além de discernimento e julgamento criterioso. No entanto, essas competências não são adquiridas ou cultivadas de maneira simples.

É fundamental reconhecer que quaisquer diretrizes regulatórias destinadas a novas incorporações e intervenções em áreas protegidas – independentemente de sua natureza técnica ou do quadro legal subjacente – não podem, por si só, assegurar a excelência dos projetos ou a produção de uma arquitetura de qualidade.

É necessário transcender as diretrizes básicas e assumir uma atitude crítica que aborde a questão de maneira holística, considerando de forma transparente e objetiva a complexidade dos cenários e contextos individuais de cada local. Tal abordagem deve ser livre de arbitrariedades ou rigidez dogmática, tratando as nuances de maneira integrada e aprofundada, sem evasões ou abstrações desconectadas da realidade concreta.

Deve-se levar em consideração o caráter singular de cada objeto que venha a ser objeto de intervenção. Nem todo novo projeto deve aspirar a tomar o protagonismo para si, visto que, na maioria dos casos, esse papel cabe ao conjunto urbano e/ou à paisagem que cada arquitetura contribui para moldar.

Nem tudo deve ser marcado pelo contraste ou destaque puramente por ser diferente: a coerência conceitual é primordial. O projeto de uma unidade residencial ou comercial, por exemplo, difere significativamente de uma intervenção, cujo foco está no equilíbrio entre os elementos naturais e construídos.

Ao se tratar de conjuntos urbanos de valor patrimonial, é essencial encontrar o equilíbrio adequado entre diferença e repetição. Segundo Deleuze (apud WEISSHEIMER, 2015, p. 181), a repetição transcende a mera cópia ou generalização, detendo uma ordenação qualitativamente significativa. Por outro lado, a diferença se transforma em repetição quando é aplicada exaustivamente. Portanto, os conceitos não podem ser dissociados um do outro.

Ainda há um vasto potencial para a criação de experiências criativas que têm a capacidade de reverter a situação de abandono e deterioração que afeta muitos conjuntos históricos, edifícios e sítios naturais, independentemente de se situarem em grandes ou pequenas cidades.

Mesmo compreendendo uma parcela diminuta da extensa rede urbana que se

consolidou nas últimas cinco décadas, os centros antigos e as cidades históricas, bem como o sítio natural – a exemplo do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti – detêm qualidades ambientais urbanas notáveis. Essas qualidades merecem ser conservadas, revitalizadas e redescobertas, apesar das adversidades que algumas delas possam enfrentar.

Para alcançar esse objetivo, toda intervenção – seja a substituição de uma porta ou a concepção de um plano de mobilidade completamente novo – deve ser guiada por um elevado senso de discernimento e dedicação ao contexto, que não se limita apenas à dimensão física, como também abrange aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Por fim, é importante reforçar a ideia proposta por Solà Morales (apud WEISSHEIMER, 2015, p. 183) de que toda intervenção arquitetônica, seja na escala da cidade ou do edifício, representa a interpretação singular de um contexto específico, repleta de significados e simbolismos. Essa intervenção estabelece um diálogo singular com o local onde está inserida, tanto no aspecto temporal quanto espacial.

No estudo de caso apresentado ao longo do presente trabalho, primou-se pela aplicação dos conceitos da boa arquitetura, por meio de uma intervenção que estabeleça um diálogo ao mesmo tempo singular e plural, tomando como objetivo final a contribuição para o avanço da prática da conservação integrada e da salvaguarda do patrimônio cultural.

Na boa arquitetura, não há diretrizes rígidas ou modelos a serem estritamente seguidos. Em vez disso, deve-se atentar para os elementos de ordem subjetiva que conferem caráter e distinção à arquitetura, assim como ocorre em outras expressões artísticas.

## Referências

- ALMEIDA, I. L.; QUEIROZ, K. S.; GOES, G. V. **UMA ANÁLISE DO RESTAURO À LUZ DAS TEORIAS CONTEMPORÂNEAS**: A conversão do edifício da antiga alfândega em caixa cultural fortalece. *Revista Projetar – Projeto e Percepção do Ambiente*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 51–65, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16553>. Acesso em: 10 jun de 2023.
- ANDRADE, G. O.; LINS, R. C. **Pirapama**: um estudo geográfico e histórico. Recife: Editora Massangana, 1984.
- BARBOSA, E. Com investimento de R\$ 10 milhões, a revitalização do Forte Noronha vai gerar 60 empregos. **Folha de Pernambuco**, 2022. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/economia/fernando-de-noronha-ganhara-um-novo-ponto-turistico-no-forte-noronha/241133/>. Acesso em: 27 ago de 2023.
- BARBOSA, E. Visite as Ruínas do Forte de Santo Antônio. **Expedia**, 2023. Disponível em: <https://www.expedia.com.br/Ruinadas-Do-Forte-De-Santo-Antonio-Fernando-de-Noronha.d6264534.Guia-de-Viagem>. Acesso em: 27 ago de 2023.
- BARRETO, R. R. O. L. **Processo nº 875-T-73**: Continuidade de estudos para instrução do processo de tombamento federal do “Conjunto das áreas da Baía de Suape e do Cabo de Santo Agostinho”. Supervisão de Cremilda Martins de Albuquerque. Recife: Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO (PEP), 2007.
- BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.
- BRASIL. Decreto-lei n. 25, de 30 de nov. 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Lex: Coletânea de Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Rio de Janeiro, vol. 03, p. 1–4, nov. 1937. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 08 jun de 2023.
- BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. **Carta de Atenas**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 11 jun de 2023.
- BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. **Carta de Burra**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acesso em: 08 jun de 2023.
- BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. **Carta de Florença**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1981. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenca%CC%A7a%201981.pdf>. Acesso em: 08 jun de 2023.
- BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. **Carta de Lausanne**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1990. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>. Acesso em: 08 jun de 2023.
- BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. **Carta de Veneza**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 10 jun de 2023.
- BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. **Carta do Restauo**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauo%201972.pdf>. Acesso em: 10 jun de 2023.
- BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 08 jun de 2023.
- BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. **Declaração do México**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaraao%20do%20Mexico%201985.pdf>. Acesso em: 08 jun de 2023.

BRASIL. Lei n. 3.924, de 26 de jul. 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Lex: Coletânea de Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Rio de Janeiro, vol. 140, p. 1-4, nov. 1937. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l3924.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm). Acesso em: 08 jun de 2023.

BRASIL. **Mapa do Turismo 2019-2021**. Brasília: Ministério do Turismo (on-line), s/d. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 04 jun de 2023.

CABO DE SANTO AGOSTINHO. Lei n. 2179 de 12 de abril de 2004. **Dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano no âmbito do município do Cabo de Santo Agostinho e dá outras providências**. Cabo de Santo Agostinho, 2004. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-cabo-de-santo-agostinho-pe-2004-04-12-versao-original>. Acesso em: 04 jun de 2023.

CARVALHO, J. **Um mar de problemas no litoral**. Recife: Jornal do Comércio, 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pe-noticia/2013/12/falta-de-estrutura-afasta-turistas-da-praia-de-gaibu-litoral-sul-de-pe.html>. Acesso em: 04 jun de 2023.

CAVALCANTI, C. [Correspondência]. Destinatário: Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Recife, 5 abr 1975. Disponível em: <http://clovis-cavalcanti.blogspot.com/p/manifesto-suape.html>. Acesso em: 10 abr de 2023.

CONSELHO GESTOR DO PMAHC. **Plano de Gestão do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC)**. Cabo de Santo Agostinho: Conselho Gestor do PMAHC, 2014.

COSGROVE, D. **A geografia está em toda parte**: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-123.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Edições 70, 2008.

CUNHA, P. J. A. M.; LAPA, T. A. Conflito na apropriação do patrimônio cultural: a conservação do parque Armando de Holanda. **Bitácora Urbano Territorial**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 215-227, 2021. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/86165>. Acesso em: 03 jun de 2023.

CUNHA, P. J. A. M. **CONSERVAÇÃO URBANA FACE AOS VALORES PATRIMONIAIS**: a instrumentalização do patrimônio na gestão do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, Pernambuco. 2021. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/41436/1/TESE%20Paulo%20Jos%C3%A9%20de%20Albuquerque%20Marques%20da%20Cunha.pdf>. Acesso em: 03 jun de 2023.

DEUS, M. D. C. **A ruína no contexto de reabilitação arquitetônica na contemporaneidade**: proposta de um centro arqueológico para o castelo de Sines. - Lisboa: FA, 2019. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/19830>. Acesso em: 11 jun de 2023.

FELIPE, I. **História do Cabo**. Recife: Arquivo Público/Imprensa Oficial, 1962.

FUNDARPE. **Processo de tombamento 166/1982**: Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho. Recife: Fundarpe, 1982-1993. Arquivos digitais.

GOMES, G. **Engenho & Arquitetura**: tipologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar de Pernambuco. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

- GONZÁLEZ, M. F. Reabilitação de Taberna Romana no Mercado de Trajano/Labics. **ArchDaily Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/955454/reabilitacao-de-taberna-romana-no-mercado-de-trajano-labics>. Acesso em: 24 jun de 2023.
- GRACIA, F. **Construir en lo construido**: La arquitectura como modificación. Barcelona: Editorial Nerea, 1992.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados - Cabo de Santo Agostinho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/cabo-de-santo-agostinho.html>. Acesso em: 10 abr de 2023.
- KÜHL, B. M. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. **Revista CPC**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.16-40, nov. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15579/17153>. Acesso em: 10 jun de 2023.
- LYRA, C. C. **Preservação do patrimônio edificado**: a questão do uso. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/preservacao\\_patrimonio\\_edificado\\_questao\\_do\\_uso.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/preservacao_patrimonio_edificado_questao_do_uso.pdf). Acesso em: 10 jun de 2023.
- LOPES, A. C. F. R. **O gosto do mundo**: Exercícios de paisagem. Resenha do livro de Jean-Marc Besse. *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)*, 20, 279-285, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/200012>. Acesso em: 11 set de 2023.
- MEDEIROS, H. M. P. **Significados e conflitos expressos na paisagem cultural do Cabo de Santo Agostinho/PE**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10962/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Helen%20Medeiros.PDF>. Acesso em: 10 abr de 2023.
- MELO NETO, João Cabral. **Museu de tudo**: poesia, 1966-1974. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.
- MELLO NETO, Ulysses Pernambucano de (coord.). **O Cabo de Santo Agostinho e a Baía de Suape**: Arqueologia e História. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, vol. LIII, 1981.
- MOUTINHO, A. R. B. O. T. **A arquitetura que não distorce a paisagem**: Integração da sustentabilidade ao projeto de arquitetura. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Fernando Pessoa. Porto, p. 133. 2022. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/11472>. Acesso em: 11 set de 2023.
- NASCIMENTO, M. A. L.; SOUZA, Z. S. **Granito do Cabo de Santo Agostinho, PE**: Único granito conhecido de idade cretácea do Brasil. Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos - SIGEP: 2005. Disponível em: <https://sigep.eco.br/sitio111/sitio111.pdf>. Acesso em: 08 jun de 2023.
- OLIMPIO, M. L. V. **O registro de procedimentos metodológicos em projetos de intervenção arquitetônica no patrimônio edificado: o caso de Natal/RN**. 2015. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/20597>. Acesso em: 10 jun de 2023.
- PERNAMBUCO. Decreto n. 5.554, de 6 de fevereiro de 1979. **Cria o Parque Metropolitano de Santo Agostinho**. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1979.

PERNAMBUCO. Decreto n. 5.765, de 15 de maio de 1979. **Dá nova denominação ao Parque Metropolitano de Santo Agostinho**. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1979.

PERNAMBUCO. Decreto n. 17.070, de 16 de novembro de 1993. **Homologa Resolução n. 02/93, do Conselho Estadual de Cultura, que declara o tombamento do Sítio do Cabo de Santo Agostinho e da Baía de Suape, localizado no Cabo de Santo Agostinho, neste Estado de Pernambuco**. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1993.

PERNAMBUCO. Decreto 37.160/2011. Institui o Plano Diretor - **SUAPE 2030 e dispõe sobre o ordenamento do solo da Empresa SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros**. Ipojuca: SUAPE, 2011. Disponível em: [https://www.suape.pe.gov.br/images/institucional/plano\\_diretor/P14-Plano\\_Diretor.pdf](https://www.suape.pe.gov.br/images/institucional/plano_diretor/P14-Plano_Diretor.pdf). Acesso em: 03 jun de 2023.

PERNAMBUCO. **Pernambuco para o mundo**: plano estratégico de turismo de Pernambuco. São Paulo: Fundação CTI Nordeste/Indústrias Criativas, 2008. Disponível em: [http://www2.setur.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?p\\_l\\_id=22093&folderId=30717&name=DL-FE-1984.pdf](http://www2.setur.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=22093&folderId=30717&name=DL-FE-1984.pdf). Acesso em: 04 jun de 2023.

PERNAMBUCO, Governo. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife**. Recife: Secretaria de Planejamento/Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - FIDEM, 1976.

REIS, N. G. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. CD-ROM.

ROCHA, D. M. **A dialética do local e do global**: os atores e a metamorfose dos lugares no litoral do Cabo de Santo Agostinho - PE. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

RODRIGUES, A. R. **RUÍNA E PATRIMÔNIO**: Atividades, aportes e desafios sobre a preservação de arquiteturas degeneradas na contemporaneidade. **Centro de Pesquisa e Formação - SESC/SP**, 2018. Disponível em: <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/atividade/ruina-e-patrimonio>. Acesso em: 24 jun de 2023.

SANTIBAÑEZ, D. Caminho de observação nas antigas minas de gesso, 16 de agosto de 2018. **ArchDaily Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com/899409/lookout-path-at-the-old-gypsum-mines-battle-i-roig-architecture>. Acesso em: 27 ago de de 2023.

SENA CALDAS & POLITO Associados Ltda. **Plano Diretor de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho, Vila de Nazareth, Povoados de Gaibu e Suape** - Plano Preliminar. Recife, 1979.

URBANA, N. **Site do Escritório Natureza Urbana**, 2023. Parque Armando de Holanda Cavalcanti. Disponível em: <https://naturezaurbana.net/projetos/parque-armando-de-holanda-cavalcanti/>. Acesso em: 11 set de 2023.

VIANA, Antonio Fernando. **Vila de Nazaré do Cabo de Sto. Agostinho**: um olhar sobre o passado. Recife: Nova Presença, 2003.

VIEIRA, N. M. **Gestão de sítios históricos**: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3106>. Acesso em: 10 jun de 2023.

VIEIRA, N. M.; NASCIMENTO, J. C. **A cristalização da “eterna imagem do passado” nas práticas preservacionistas dos sítios históricos brasileiros:** perspectivas para a sua superação? In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2, 2012, Natal. Anais... Natal: II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2012. 21 p. Disponível em: <http://projedata.grupoprojetar.ct.ufrn.br/dspace/handle/123456789/1324>. Acesso em: 10 jun de 2023.

WEISSHEIMER, M. R. **Arquitetura contemporânea e patrimônio no Brasil:** contornos e contextos. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 215. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/159644?show=full>. Acesso em: 11 set de 2023.

## Lista de Imagens

---

**Imagem 1**- Fórum de Trajano, 112 d.C, por Apolodoro Damasco

**Imagem 2** - Ruin Capriccio, 1786, por Hubert Robert. Óleo sobre tela

**Imagem 3** - Arches in Ruins, 1753, por Hubert Robert. Óleo sobre tela

**Imagem 4** - O projeto das Arcadas, 1927, Paris, França

**Imagem 5** - Londres inabitada, 1977, Londres, Inglaterra. Por John Savage

**Imagem 6**- Cúpula de Genbaku, 1945, Hiroshima, Japão

**Imagem 7** - Localização da área de estudo

**Imagem 8** - Descrição das Índias Ocidentais, 1622. Por Antonio de Herrera y Tordesillas, Amsterdam

**Imagem 9** - Terra non descoberta, 1565. Por Giovanni Battista Ramusio

**Imagem 10** - Detalhe do mapa “Terra non descoberta, 1565. Por Giovanni Battista Ramusio

**Imagem 11**- Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, 1597. Ordem carmelita

**Imagem 12** - Convento Carmelita, 1731.

**Imagem 13** - Forte Castelo do Mar, 1630. Por Giovanni di San Felice

**Imagem 14** - Complexo turístico Vila Galé Eco Resort do Cabo, 1997

**Imagem 15**- Poligonal do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho

**Imagem 16**- Sistema de construções no território do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti

**Imagem 17** - Limites da Zona de Proteção Cultural do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho

**Imagem 18** - Síntese da situação atual da Vila de Nazaré

**Imagem 19** - Vista das ruínas do Forte Castelo do Mar

**Imagem 20**- Ruínas do Quartel do Castelo do Mar

**Imagem 21**- Artefatos arqueológicos encontrados na praia de Suape

**Imagem 22** - Mameluca, 1641. Por Albert Eckhout

**Imagem 23** -Homem tapuia, 1643. Por Albert Eckhout

**Imagem 24** - Arquitetura típica da cultura local: (Ateliê do Artista, Museu do Pescador, Escola Municipal Vicente Yañez Pinzón

**Imagem 25** - Simbiose entre a paisagem construída e natural

**Imagem 26**- Formações rochosas do Cabo de Santo Agostinho: Praia do Paraíso e Pedra do Xaréu, respectivamente.

**Imagem 27** - Fórum de Trajano, 2004. Por Marco Cappelletti

**Imagem 28** - Via peatonal entre o Mercado e o Fórum de Trajano

**Imagem 29** - Detalhe da implantação da passarela

**Imagem 30** - Relação novo-antigo na composição

**Imagem 31** - Vista interna do Mercado de Trajano

**Imagem 32** - Planta baixa do projeto

**Imagem 33** - Vista das ruínas do Forte de Santo Antônio (Morro de Fora, ao fundo)

**Imagem 34** - Vista da Baía de Santo Antônio

**Imagem 35** - Detalhe da vista da baía e forte de Santo Antônio

**Imagem 36** - Ruínas do Fortim

**Imagem 37** - Artilharia no entorno do forte

**Imagem 38** - Vista do percurso para o mirante das antigas minas de gesso de Igualda, Espanha

**Imagem 39** - Vista do percurso para o mirante das antigas minas de gesso de Igualda, Espanha

**Imagem 40** - Vista superior do projeto

**Imagem 41** - Relação de composição entre os materiais

**Imagem 42** - Vista do passeio ao mirante das minas de gesso

**Imagem 43** - Detalhe do material utilizado (Concreto fotoluminescente)

**Imagem 44** - Vista do mirante

**Imagem 45** - Relações de inclusão, interseção e exclusão, respectivamente

**Imagem 46** - Exemplo da relação de inclusão

**Imagem 47** - Exemplo da relação de exclusão

**Imagem 48** - Diagrama do conceito da intervenção

**Imagem 49** - Sequência de imagens da visão serial

**Imagem 50** - Colagem do conceito da intervenção

**Imagem 51** - Programa de necessidades da intervenção

**Imagem 52** - Plano geral da intervenção

**Imagem 53** - Planta baixa da ampliação da intervenção

**Imagem 54** - Corte esquemático relação dos materiais utilizados

**Imagem 55** - Render 1

**Imagem 56** - Render 2

**Imagem 57** - Render 3

**Imagem 58** - Render 4



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO**  
*Curso Graduação em Arquitetura e Urbanismo*

---

**Ata de sessão pública, via remota, de apresentação e arguição do Trabalho de Curso do(a) Aluno(a):**

MARIA HELLENA BORBA LEAL

Ao 28º (vigésimo oitavo) dia do mês de abril do ano de 2023, realizou-se a sessão pública online de apresentação e arguição do Trabalho de Curso intitulado “Casa Chico: uma proposta de (re)ocupação da antiga Cerâmica Apipucos.”, de autoria do(a) aluno(a) MARIA HELLENA BORBA LEAL, CPF: 708.578.864/01. O Comitê de Avaliação, indicado pelo Comitê do Trabalho de Curso, foi composto pelos presentes membros: Prof. Lívia Morais Nóbrega, presidente e orientador(a) do trabalho, Prof. Paulo Raposo Andrade e Prof. Ênio Laprovítera da Motta, Arquitetos(as) e Urbanistas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco e o(a) Arquiteto(a) e Urbanista Bruno Firmino Costa da Silva, como componente externo à Instituição. Após a apresentação e arguição, em sessão secreta, o Comitê atribuiu as seguintes notas ao(a) candidato (a): 8,0 (oito), 8,5 (oito e meio), 8,5 (oito e meio), ficando o(a) aluno(a) com a média final 8,33 (oito e trinta e três), sendo considerado(a) aprovada. Para constar foi lavrada a presente ata, assinada pelo(a) aluno(a), pelos membros do Comitê de Avaliação e representante do Comitê de TC – Trabalho de Curso.

Recife, 28 de abril de 2023.

Banca realizada por videoconferência

Prof. Lívia Morais Nóbrega  
Orientador(a)

Banca realizada por videoconferência

Prof. Paulo Raposo Andrade  
Comitê de Avaliação

Banca realizada por videoconferência

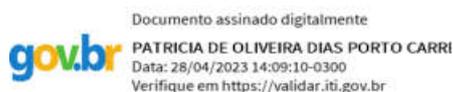
Prof. Ênio Laprovítera da Motta  
Comitê de Avaliação

Banca realizada por videoconferência

Bruno Firmino Costa da Silva  
Comitê de Avaliação

Banca realizada por videoconferência

Aluno (a) MARIA HELLENA BORBA LEAL



Representantes do Comitê do TC

Danielle de Melo Rocha  
Izabella Galera  
Patrícia de Oliveira Dias Porto Carreiro

( ) Indicação para premiação



**SOB A LUZ DO VELHO FAROL**

Construindo novas narrativas para a Casa do Faroleiro